AGROANALYSIS

PROGNÓSTICO SAFRA 79/80

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

VOL. 3 - Nº 7-8 5 DE SETEMBRO DE 1979

26 SET 1979
RECEBIDA
21.IX.79
BRASIL CORREIO
03,00
10416
0000000845
GUSTAVO DE SA E SILVA
DIRETOR EAESP
AV 9 DE JULHO 2029
SAO PAULO SP
0313
PERIÓDICOS

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

COORDENADOR Tito Bruno Bandeira Ryff

QUADRO TÉCNICO E ÁREAS DE INTERESSE

Pecuária Bovina	Antônio Roberto Marques Gonçalves
Fatores de Produção; Infraestrutura; Sistema de Safras	Bruno Marcus Rangel Pessanha
Serviço de Dados Básicos; Mandioca; Cana de Açúcar	Francisco Antônio da Fonseca Menezes
Agroindústria; Algodão	Inês Teresa Lyra
Animais de Pequeno e Médio Portes; Feijão	Irene Freire Raguenet
Milho; Sorgo; Rações; Serviço de Cadastro	Ivan Wedekin
Oleaginosas; Cereais de Inverno; Metais	Leila Tendrih de Freitas Almeida
Editoração	Lúcia Maria Murat Vasconsellos
Moeda e Crédito; Fumo; Arroz; Café	Régis Norberto da Cunha Alimandro
Cacau; Fruticultura; Horticultura	Rui Melo de Carvalho

QUADRO DE APOIO

Composição; Montagem; Arte Final	Emerson da Silva Martins
Mensageiro	José de Oliveira Melo Júnior
Secretárias	Maria Berni Medina de Abreu
	Brunhilde Dora Gabsch
Serviços de Documentação	Maria Eunice Rocha
Estagiários	Lauro Flávio de Faria
	Rogério Carneiro Campello
	Andréa Delmonte
	Iracema Bouza Pessôa
	Frederico A. N. B. Neto
	Márcia Mury Alves
	José Frederio Valladão Koplin

Agroanalysis. v. I – , n. 1 –; 1977 –
Rio de Janeiro, Grupo de Informação Agrícola
v. ilust. 30 cm Mensal (jan. a dez.)

1. Agricultura – Periódicos. I. Grupo de Informação Agrícola

CDU 631 (05)

Grupo de Informação Agrícola
Av. Gomes Freire, 647 – 10º – ZC-58
Fones: 232-5001, 232-6827, 232-8678 e 232-2548
Telex: 212-3840 FGVE BR
20.000 – Rio de Janeiro – RJ
BRASIL

BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
Escola de Administração de Empresas de São Paulo

ESPECIAL
ESPECIAL
ESPECIAL

PROGNÓSTICO SAFRA 79/80

ÍNDICE

	Páginas
AÇÚCAR	4
ARROZ	19
AVICULTURA	29
CACAU	33
CAFÉ	37
CARNE	44
FEIJÃO	48
LEITE	53
MILHO	56
SOJA	68
SUINOCULTURA	75
TÊXTEIS	79
TRIGO	84

NOTA DA EDIÇÃO

Como no ano passado, o Grupo de Informação Agrícola, procede, neste Prognóstico, a uma previsão das condições em que se darão a produção e a comercialização da próxima safra agrícola. Procura-se, com vários meses de antecedência, chamar a atenção das autoridades econômicas, bem como dos agentes privados que operam com produtos agrícolas, para os acidentes de percurso que poderão comprometer, até a entrada no mercado da safra 1979/80, o combate à inflação e a regularidade do abastecimento interno.

O objetivo é detectar, na trajetória da economia ao longo de um horizonte de oito meses, alguns pontos críticos que deverão merecer especial atenção dos formuladores de política econômica. Esses pontos críticos resultam da necessidade de: 1) atender ao suprimento de gêneros de primeira necessidade até a entrada da próxima safra; 2) conter a alta dos preços dos alimentos que ameaça acelerar-se; 3) assegurar o desenrolar normal da safra 1979/80.

Há, certamente, um bom número de produtos cuja oferta corre o risco de escassear, até o final do ano, caso não sejam tomadas as necessárias providências. É o caso, notadamente, do arroz, do milho, da soja, do feijão e da carne.

Em abril, o governo aprovou a importação de 700 mil t de arroz em casca. Naquela ocasião, a Comissão de Financiamento da Produção (CFP), estimava a safra brasileira em 8.100 mil t. Os cálculos mais recentes daquele órgão, contudo, indicam, que, em 1979, foram produzidas apenas 7.700 mil t de arroz em casca, e já se cogita de elevar as importações para um volume equivalente a 1 milhão de t de arroz em casca.

O balanço da disponibilidade total do produto não parece, portanto, de molde a preocupar. Ao todo, estima-se a oferta global em, aproximadamente, 8.985 mil t (400 mil de estoques privados mais 7.700 mil t, produzidas este ano, mais 885 mil t adquiridas no exterior), para um consumo em torno de 8.500 mil t. Restariam, portanto, cerca de 485 mil t para constituição de estoques de reserva.

Vale notar, no entanto, que à medida que o tempo passa e as importações não chegam, valorizam-se os estoques remanescentes e, consequentemente, crescem as pressões sobre o preço do produto. Seria conveniente, pois, apressar a chegada das partidas de arroz já adquiridas no exterior.

A situação no mercado de milho será igualmente difícil nos próximos meses. A safra, avaliada no começo do ano em 19 milhões de t, não deverá ultrapassar 16,5 milhões de t, abaixo, portanto, do consumo, estimado em 18 milhões de t. Há necessidade, pois, de cobrir uma carência da ordem de 1,6 milhão de t.

Inquieta, sobretudo, constatar que, das 1,5 milhão de t cuja importação foi autorizada pelo Conselho Monetário Nacional, apenas 430 mil t foram adquiridas até agora; sendo que a maior parte siquer chegou ao país. Cerca de 100 mil t foram distrubuídas internamente mas as restantes 330 mil t só chegarão em setembro, o que significa dizer que serão entregues ao consumo em outubro, provavelmente tarde demais para sustar a alta nos preços.

Prevê-se que, ao todo, serão importadas cerca de 800 mil t de milho (430 mil t já compradas e 350 mil t em processo de licitação) e 200 mil t de sorgo, o que parece insuficiente, todavia, para garantir um suprimento adequado do produto até a entrada da próxima safra. Por outro lado, a safrinha, cuja colheita se dará em fevereiro e com a qual o governo contava para aumentar a oferta em 600 mil t, não deverá ultrapassar as 350 mil

t. Sendo assim, o governo terá que aumentar as importações se quiser garantir um fornecimento normal do produto.

Um problema adicional pode surgir, caso a intenção seja vender o produto importado ao preço da tabela – pois, então, a despesa, com subsídios, montará a Cr$ 2,1 bilhões. A alternativa de comercializar o milho ao preço de mercado seria muito mais econômica para o governo mas implicaria reconhecer a falência do tabelamento. Uma solução possível para esse tipo de impasse seria aproximar o valor da tabela do preço de mercado, o que permitiria poupar cruzeiros do Tesouro Nacional.

O abastecimento de óleo de soja também pode ser arrolado entre as questões críticas a serem enfrentadas pelas autoridades competentes. No início do ano, a CFP previa uma produção de 13.750 mil t de grãos. Logo após a estiagem, a estimativa foi retificada para 11.300 mil t e, atualmente, está em apenas 10.300 mil t. Sendo assim fica claro que deverá faltar óleo de soja até a entrada da próxima safra, em março de 1980, caso o governo não providencie novas importações.

Das 10.300 mil t, devem ser deduzidas 800 mil t para sementes e 700 mil t a serem exportadas na forma de grãos. Sobram, portanto, 8.800 mil t para esmagamento, o que possibilita a produção de 1.530 mil t de óleo de soja. Esse total, no entanto, é insuficiente para atender, simultaneamente, ao consumo doméstico (cerca de 1,2 milhão de t) e às exportações já registradas na CACEX (515 mil t, sendo que 472,2 mil t já embarcadas). Portanto, o deficit a ser coberto por importações é de, aproximadamente, 185 mil t.

Até o momento, o Brasil já adquiriu, no exterior, 224 mil t de soja em grão em regime de "drawback", e há outras 87 mil t cuja importação está autorizada pela CACEX. Em termos de óleo, isso representa cerca de 56 mil t, o que reduz aquele deficit para 129 mil t. Deve-se descontar, ainda, o óleo extraído da colza importada do Canadá (46 mil t) e misturado ao óleo de soja para a venda. Desta forma, há ainda necessidade de cobrir uma diferença da ordem de 83 mil t entre a disponibilidade e a demanda futuras de óleos vegetais. Sem falar na conveniência de dispor de um estoque equivalente à demanda de, pelo menos, um mês, até a entrada da próxima safra em março/abril de 1980. Nesse caso, o deficit subiria a 210 mil t.

É possível, no entanto, que o longo período em que o óleo de soja sumiu do mercado ou em que só podia ser encontrado a preços extremamente altos, tenha tido o efeito de reduzir o consumo. A CACEX trabalha com a hipótese, que em condições normais seria certamente moderada, de um consumo interno de 1.080 mil t, inferior em 120 mil t à quantidade que serviu de base ao exercício acima. Caso o consumo fique em torno do previsto por aquele órgão, as necessidades futuras de importação caem para 90 mil t, cuja finalidade exclusiva seria a de garantir um estoque mínimo de reserva até o reinício das operações de esmagamento em março do próximo ano.

Cabe ressaltar, finalmente, que esses cálculos foram feitos a partir da hipótese mais otimista com relação à produção deste ano (10.300 mil t). A estimativa da FIBGE, que parece mais próxima da realidade, é de apenas 9.950 mil t; o que, em termos de óleo, representa 63 mil t a menos.

A forma mais indicada de cobrir o deficit de 90 mil t (ou mais) seria a importação de soja em grão e de colza (bem mais barata) para aproveitar a capacidade ociosa da indústria e economizar divisas, já que não faltaria mercado para o farelo produzido, tanto no Brasil, como no exterior, uma vez que a demanda internacional para rações continua ativa e as cotações mantém-se firmes. Ademais, como a quota de exportação de óleo, fixada em 567 mil t pela CACEX, ainda não foi preenchida, seria conveniente que a autorização viesse condicionada à prioridade ao abastecimento interno no que diz respeito ao óleo.

Também com relação ao feijão, houve revisão, para baixo, das estimativas iniciais da safra 1978/79. Previa-se, em janeiro, uma produção de 1.250 mil t para a safra das águas. Foram colhidas apenas 1.150 mil t. E, no tocante à safra da seca, houve redução de 40 mil t entre a primeira estimativa e a mais recente. A produção total ficará em torno de 2.250 mil t, cerca de 140 mil t a menos, portanto, do que no ano passado. Sendo assim, os próximos dois meses, até o início da colheita da safra das águas, em novembro, no Paraná, deverão ser críticos em termos de abastecimento e preços. Até lá, será difícil recorrer a importações como forma de suprir as carências do mercado interno, pois quase não há disponibilidade do produto no mercado internacional. Felizmente, tudo indica que em relação ao ano passado haverá expansão da área de plantio nos principais estados produtores para a safra das águas: Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo e Santa Catarina. Nesse caso, pode-se esperar que, por volta de dezembro/janeiro, quando as colheitas, nos estados sulinos, já estiverem em bom ritmo, os preços do produto passarão a crescer de forma mais lenta.

Embora os problemas do abastecimento de carne tenham origem em questões estruturais, a fase de recomposição do rebanho não basta para explicar a alta vertiginosa registrada no preço da arroba do boi gordo em pouco menos de 1 mês (de Cr$ 690,00 em julho, para Cr$ 1.000,00 no final de agosto). Ela parece decorrer, sobretudo, de uma reativação das expectativas inflacionárias e da conseqüente preocupação, por parte dos produtores, de se precaver contra futuras perdas do seu poder aquisitivo. Sendo assim, é justificável a intervenção do governo no sentido de frear a elevação dos preços. Pois, se de um lado, convêm garantir aos produtores uma rentabilidade compatível com a necessida-

de de recomposição do rebanho, de outro, é preciso evitar a disseminação de uma psicose inflacionária, cujos efeitos negativos acabam por recair, quase exclusivamente, sobre o consumidor.

Mesmo com o preço da arroba estabilizado em Cr$ 1.000,00, vai ser difícil evitar novos aumentos de preços no varejo nos próximos dois ou três meses. Isso porque, em pouco mais de um mês, enquanto o preço pago ao produtor subiu cerca de 45%, a elevação no varejo foi de apenas (!) 35%. Num futuro não muito distante, portanto, os intermediários tentarão recompor a sua margem de comercialização.

Outro motivo de preocupação, no tocante à carne, é o baixo nível dos estoques, que não devem ultrapassar, atualmente, as 60 mil t. À cadência de distribuição semanal de 6 mil t, as reservas estariam esgotadas no começo de novembro, o que tornaria crítica a situação do abastecimento caso houvesse atraso na safra. Por isso mesmo, já é possível detectar um arrefecimento no ritmo de distribuição do produto para os supermercados, que se queixam de estarem recebendo partidas semanais inferiores à cota. A alternativa de importar o produto mostra-se, no entanto, particularmente dispendiosa, pois o preço da carne, na Argentina, está acima daquele praticado no Brasil. Mesmo assim, talvez fosse aconselhável aliar, à administração criteriosa do estoque, a importação de uma quantidade de carne suficiente para reduzir as tensões que ocorrerão no mercado do produto aí pelo final do ano. Bastará, provavelmente, estender o alcance dos estoques por mais um mês, o que pode ser obtido com a importação de 30 mil t.

Finalmente, tão importante quanto garantir o abastecimento de gêneros alimentícios, nos próximos meses, é assegurar o desenrolar normal das etapas de produção da safra 1979/80. Nesse particular, há três questões que merecem atenção especial: 1) a disponibilidade de sementes de boa qualidade para o plantio; 2) a redução no fornecimento de óleo combustível para as atividades agrícolas; 3) o encarecimento excessivo dos insumos necessários à produção.

No Rio Grande do Sul, os produtores de feijão queixam-se da falta de sementes. No entanto, há, naquele estado, feijão tipo "rico 23" em mãos das cooperativas, que, submetido a um controle rigoroso, poderia ser utilizado como semente. Em São Paulo, igualmente, os produtores estão tendo dificuldades em encontrar sementes para o plantio de feijão das águas. Também com relação à soja o confronto entre oferta e demanda de sementes qualificadas configura uma situação de aperto que pode vir a comprometer o objetivo de se plantar 8,5 milhões de ha com a leguminosa.

A partir de janeiro de 1980, o governo deverá cortar o suprimento de óleo combustível às secadoras de grãos no país. Essa medida, além do possível desestímulo ao plantio, poderá acarretar sérios prejuízos aos agricultores e às agroindústrias na próxima safra. No Paraná, por exemplo, existem cerca de 1.200 secadores, sendo que 80% deles operam com óleo combustível e, dentro do prazo estipulado pelo governo, somente uma pequena fração daquele total (entre 150 e 200) poderá ser trocada por equipamentos alimentados a lenha ou carvão de lenha.

A razão é que as indústrias que fabricam os novos equipamentos já estão sobrecarregadas e recusam pedidos para os próximos meses. De tal forma que a decisão governamental provocou uma triplicação do preço dos equipamentos a lenha, que de Cr$ 400 mil/unidade passou para Cr$ 1.200 mil/unidade. Além disso, em determinadas regiões do Paraná, como, por exemplo, o Norte do estado, o recurso à lenha é extremamente caro devido à distância da fonte de suprimentos. É possível, portanto, que o governo tenha que adotar uma posição mais flexível com relação ao problema ou que venha a compensar os produtores pela elevação nos custos de produção decorrente da substituição do óleo combustível por fonte mais cara de energia.

Finalmente, é preciso acompanhar os efeitos que o encarecimento gradativo de certos insumos pode ter sobre os custos de produção dos agricultores. Considere-se, a propósito, os aumentos nos preços dos fertilizantes (+17%) e do óleo combustível (+50%) que ocorreram desde a fixação dos Valores Básicos de Custeio. Em média, esses dois reajustes de preços devem provocar uma elevação da ordem de 7% nos custos de produção. O impacto em cada uma das culturas, contudo, se fará de forma desigual. O aumento no preço do diesel, por exemplo, produzirá efeitos negativos sobretudo nas culturas da soja, algodão, arroz e milho. Há razões para temer, portanto, que a continuidade de taxas elevadas de inflação acabe por anular os efeitos positivos sobre a produção resultantes de uma expansão dos recursos de crédito, sobretudo quando se considera que os fabricantes de fertilizantes já reivindicam novo aumento de preços, desta vez de 35%.

A partir de agora, portanto, o governo começa a jogar, também, a cartada do abastecimento no próximo ano. Os Valores Básicos de Custeio e os preços mínimos parecem ter repercutido favoravelmente no meio agrícola, pelo menos naqueles segmentos mais capazes de vocalizar suas queixas e reivindicações. E as intenções de plantio são o reflexo desse estado de espírito positivo. Contudo, ainda pesam, sobre o futuro das próximas safras, os problemas apontados anteriormente e, talvez, mais importante que o resto, o imponderável das condições climáticas; ou, em outras palavras, a vontade de São Pedro, pois, nos últimos dois anos, ela se revelou mais forte do que a dos homens.

AÇÚCAR

A ÁREA PLANTADA DE CANA DE AÇÚCAR PARA ESTA SAFRA DEVE ALCANÇAR 2.489 MIL HA EM FUNÇÃO DOS INCENTIVOS CONCEDIDOS PELO PROGRAMA NACIONAL DO ÁLCOOL. A PRODUÇÃO TAMBÉM REGISTRARÁ CRESCIMENTO, DA ORDEM DE 5% SOBRE A SAFRA ANTERIOR. QUANTO AO AÇÚCAR, O PLANO DE SAFRAS DO IAA PREVÊ UMA PRODUÇÃO DE 120 MILHÕES DE SACAS DE 60 KG, O QUE IMPLICA PEQUENA REDUÇÃO NOS ESTOQUES BRASILEIROS. COMO OS PREÇOS INTERNACIONAIS NÃO REGISTRARAM NENHUMA ELEVAÇÃO SUBSTANCIAL DESDE O ANO PASSADO, O VALOR EXPORTADO PELO BRASIL NESTA SAFRA DEVE PERMANECER O MESMO.

A crise açucareira no mercado externo, que teve início em 1975, caracteriza-se por um excesso de produção em relação ao consumo, o que tem provocado, ao longo dos últimos anos, o acúmulo de estoques significativos. Para 1979, a expectativa é de que a produção mundial atinja o total de 92,562 milhões de toneladas, cifra pouco inferior ao recorde obtido ano passado, de 93,348 milhões de toneladas. Desta forma, a produção deverá superar o consumo em 1,367 milhão de toneladas, chegando-se a estoques finais de 31,029 milhões de toneladas.

Portanto, salvo fatores imprevistos que possam vir a alterar este quadro de forma substancial, persistirão os estoques excessivos, correspondendo a aproximadamente 34% do consumo; um índice bastante elevado e difícil de ser reduzido a curto prazo. Assim, o desafio da superprodução mundial coloca para os países produtores a necessidade de reduzir suas áreas de plantio, na medida em que o consumo mundial não apresenta possibilidade de crescimento a taxas superiores àquelas obtidas nos últimos anos. O baixo nível de preços no mercado externo — uma média pouco acima de US¢ 8/lb peso na bolsa de N. York — deve funcionar também como fator de desestímulo à produção de açúcar.

Neste quadro de crise, é importante compreender a atual situação e o papel desempenhado pelo Acordo Internacional do Açúcar. Aprovado no final de 1977, o A.I.A. visava cumprir a função de regulador do mercado livre, utilizando como seus principais instrumentos a fixação de quotas de exportação e a formação de reservas, com os quais pretendia manter os preços em uma cotação média de US¢ 15/lb peso. Desta forma, pretendia elevar o nível do comércio internacional e evitar flutuações excessivas de preços. Para isto, o A.I.A. esperava contar com a adesão dos principais países produtores e consumidores. Este objetivo, entretanto, não se concretizou até hoje, pois o Acordo não conseguiu ainda alcançar a representatividade que necessita entre países importadores e exportadores para cumprir o papel que lhe cabe. Deve-se destacar as ausências dos Estados Unidos, principal importador mundial, e da CEE, exportadora de peso no mercado do açúcar, que têm em muito enfraquecido o Acordo.

A expectativa atual, entretanto, é de que os Estados Unidos ratifiquem o Acordo. Uma das razões de seu ingresso ter sido protelado durante meses, foi o fato da ratificação estar na dependência da aprovação, pelo Congresso, da legislação doméstica açucareira norte-americana. A solução encontrada para que não persistam os frequentes adiamentos de uma resposta para o problema é a desvinculação dos dois acordos, evitando-se assim que questões internas do mercado açucareiro norte-americano continuem retardando uma definição dos Estados Unidos em relação ao convênio internacional.

O ingresso da CEE no A.I.A. já não apresenta as mesmas possibilidades de uma breve solução. Isto porque a Comunidade ainda não aceita submeter-se às bases atuais do Acordo no que se refere às quotas de exportação. Por outro lado, a tentativa do Acordo de reduzir as ofertas mundiais visando elevar as cotações do produto tem sido parcialmente frustrada pela atitude dos países da CEE que concedem fortes subsídios às suas exportações em face da capacidade instalada que possuem.

A questão que se coloca é se a CEE, mesmo não aderindo imediatamente ao Acordo, suportará por muito tempo manter o subsídio no nível atual, estimado em pouco menos de 300 dólares a tonelada.

Enfim, a possibilidade que o preço do açúcar fique em breve entre os limites de US¢ 11/lb e US¢ 21/lb, como é a meta do Acordo, não parece ser muito segura na medida em que a regularização do mercado depende fundamentalmente de que EUA e CEE tornem-se signatários do AIA, o que não é provável que ocorra de imediato.

ESTOQUES ELEVADOS NO MERCADO INTERNO

No mercado interno, em que pese o papel do Estado como elemento que fixa as cotas de produção e os preços para a tonelada de cana e do açúcar, o panorama se assemelha ao verificado no mercado externo, com elevados estoques. Isto tem provocado uma política, por parte do IAA, de restrição à produção de açúcar. Para a safra 1979/80, fixou-se uma meta de 120 milhões de sacas de 60 kg. A discreta cota é compensada pela produção de 3,8 bilhões de litros de álcool, de acordo com o objetivo do governo de transformar o produto na principal solução para o problema energético do país.

A área plantada de cana de açúcar para esta safra continua apresentando a tendência de pequena elevação registrada nos últimos anos, devendo chegar a um total aproximado de 2.489.000 ha. A expansão da área se deve, sobretudo, aos incentivos concedidos pelo Programa Nacional do Álcool, destacando-se o acréscimo de área da canavicultura paulista, com acréscimo de 5% sobre o ano passado, índice superior aos alcançados pela região Norte-Nordeste (+2,2%) e pela própria região Centro-Sul (+4,5%). Da mesma forma, destaca-se o estado de Alagoas, que deverá totalizar acima de 329.000 ha. Ou seja: uma elevação de aproximadamente 7% da área plantada, o que se explica pelo deslocamento da fronteira agrícola dos canaviais até as margens do rio São Francisco, no Sul do estado, com o objetivo de atender às metas fixadas pelo Proálcool.

ÁREA PLANTADA EM CRESCIMENTO

A produção de cana de açúcar segue, portanto, a mesma tendência de ligeiro crescimento, devendo nesta safra atingir 135.700.000 t, o que significa uma elevação de 5% sobre o que foi produzido na safra anterior. Nos últimos 10 anos, o produto tem apresentado um crescimento médio anual de 6%, o que demonstra que o crescimento da produção no período atual encontra-se dentro dos limites esperados. Neste quadro, a redução das quotas de açúcar não deveria significar um excesso de produção de cana desde que o excedente fosse dirigido para a produção de álcool.

Ainda dentro do quadro agrícola, vale observar a situação dos rendimentos médios. Na região Norte-Nordeste, o rendimento na safra 1979/80 deverá permanecer estável, apresentando uma média de 50 t/ha. A safra canavieira, favorecida por boas condições climáticas que

prevaleceram durante este período, tem sido fortemente atingida pela praga da "cigarrinha da folha". Este inseto, que suga a seiva das folhas, injetando toxinas que provocam a "queima" dos canaviais, tem causado grandes prejuízos nas zonas produtoras dos estados da Paraíba, Pernambuco e Alagoas. O combate à praga, inicialmente feito pela utilização do inseticida BHC, emprega no momento o fungo Metarrhizium anisopliae, tendo em vista os prejuízos ecológicos que o BHC provoca. Aliado a este fator, outros aspectos colaboram para a baixa produtividade da região, destacando-se a degeneração das variedades (cultivadas; e os problemas topográficos. Em áreas mais planas, o rendimento chega a atingir 55 t/ha enquanto nas áreas fortemente onduladas cai para 48 t/ha.

A região Centro-Sul deve apresentar rendimento agrícola ligeiramente superior ao alcançado pelo Norte-Nordeste. Vale destacar o resultado a ser obtido por São Paulo, que deverá ficar entre 65 e 70 t/ha, mantendo uma média semelhante àquelas logradas nos períodos anteriores. A safra de cana de açúcar para 1979/80 na região Centro-Sul, e mais especificamente em São Paulo, não deverá ser afetada, de forma a merecer destaque, por problemas de pragas ou doenças. O aspecto que pode ter produzido algum reflexo mais significativo sobre a produtividade agrícola, foi a geada ocorrida no fim de maio passado, que, embora não afetando a safra de uma maneira geral, causou prejuízos localizados, o que poderá vir a pesar negativamente no rendimento, caso provoque um amadurecimento mais rápido da cana.

IAA: REDUZINDO OS ESTOQUES

Com base nas prioridades que se impõem no mercado interno, e tendo em vista a necessidade de arrecadar divisas com a exportação de derivados de cana, o IAA ffixa as cotas de produção das usinas.

Para a safra atual, o açúcar teve sua produção estipulada inicialmente em 110 milhões de sacas de 60 kg, das quais a região Norte Nordeste produziria 44 milhões e a região Centro-Sul 66 milhões. Posteriormente, o plano foi reavaliado, acrescentando-se ao total a ser produzido, 10 milhões de sacas, que deverão ser rateadas entre as duas regiões. De qualquer maneira, as cotas de produção anunciadas pelo IAA representam um esforço de redução da produção açucareira perseguindo dois objetivos: reduzir os excessivos estoques hoje existentes e aumentar a produção de álcool, em face da prioridade que o Proálcool adquiriu com a crise energética.

A redução mais acentuada ocorrerá na região Centro-Sul, e particularmente em São Paulo, que teve sua cota reduzida em 17%. Tal fato, tem gerado conflitos de interesses entre os produtores do Centro-Sul e os do Norte-Nordeste, visto que os primeiros reivindicam cortes equitativos nas cotas fixadas pelo IAA, alegando que estão sendo punidos com cortes mais drásticos os estados que apresentam os melhores índices de produtividade. Entretanto, no caso de São Paulo, o corte na cota de açúcar está sendo compensado com a elevação da cota de álcool, agora fixada em 2,5 bilhões de litros. Além disso, São Paulo defronta-se com excessivos estoques de açúcar, que chegam a atingir 18 milhões de sacas. Neste sentido, tal redução pode significar uma tentativa de enfrentar o problema de acúmulo de estoques no estado.

RENDIMENTO INDUSTRIAL SE MANTÉM

O rendimento industrial açucareiro não deverá sofrer grandes alterações se comparado com os resultados obtidos nos últimos anos. Na região Norte-Nordeste, os índices de produtividade deverão ser inferiores ao Centro-Sul, ficando o estado de Pernambuco com uma média aproximada de 79,3 kg/t, enquanto que Alagoas deverá atingir 81,14 kg/t. Nestes estados, os baixos índices obtidos são atribuídos às deficientes condições infra-estruturais da região, destacando-se entre elas o problema de transportes. Em Pernambuco, a construção de estradas na zona da Mata aparece como uma antiga reivindicação do setor, já que nas condições atuais as canas estão sendo moídas até 72 ho-

ras após a colheita, comprometendo seriamente o rendimento industrial. A agroindústria açucareira da região Centro-Sul dispõe de condições mais favoráveis se comparada com a da região Norte-Nordeste. São Paulo poderá atingir um rendimento médio de até 91 kg de açúcar por tonelada de cana. Computando-se o desvio de caldo direto para a produção de álcool, o rendimento poderá alcançar 97 kg/t.

EXPORTAÇÕES: NO MESMO NIVEL DE 1977

Considerando, então, que o consumo interno de açúcar alcançará um total de 5.400.000 t e que nossa cota de exportação fixada pelo AIA deve permanecer em 1.910.000 t, conseguir-se-á pequena redução nos estoques brasileiros nesse período. Por outro lado, o valor total de nossas exportações, levando-se em conta os baixos preços do açúcar no mercado externo, não deverá ultrapassar em muito os US$ 350 milhões obtidos em 1978, resultado bastante inferior ao obtido no ano de 1974 quando o país arrecadou US$ 1.321 milhões com o produto. Esta redução de receita, associada ao subsídio à exportação, que atinge hoje US$ 100/t, cria um quadro de crise que justifica a busca pelo país de outras opções para o aproveitamento da cana de açúcar. O álcool aparece como a principal alternativa, tendo em vista a determinação governamental de substituir o petróleo por outras formas de energia. A fixação de uma quota de 3,8 bilhões de litros para este ano pelo IAA já reflete essa disposição do governo. A região Centro-Sul produzirá 77% da cota total de álcool fixada por aquela autarquia, sendo que somente às destilarias do estado de São Paulo caberão 54% daquele mesmo total.

Outro produto derivado da cana de açúcar é o melaço, do qual o Brasil aparece como o principal produtor mundial, com um total produzido na safra 1978/79 estimado em 5,8 milhões de toneladas. Com um preço no mercado externo bastante convidativo — aproximadamente US$ 85/t — este produto permanece como boa opção para nossas exportações, pondo em risco a execução do Programa do Álcool.

ENDIVIDAMENTO ATINGE PONTO CRÍTICO

A evolução da crise econômico-financeira no setor açucareiro parece nesta safra atingir seu ponto mais crucial. Suas causas podem ser identificadas na euforia que envolveu os produtores a partir dos altos preços que vigoraram no mercado mundial em 1974. Com base nesta conjuntura amplamente favorável, o país passou a perseguir o objetivo de safras cada vez mais volumosas, ainda que descuidando dos custos de produção. Os recursos acumulados durante o período de alta nas cotações do mercado externo serviram para financiar um ambicioso programa de modernização da agroindústria açucareira.

Acompanhando o estado de euforia que dominou o setor neste período, os preços dos equipamentos utilizados pelas usinas sofreram exagerados reajustes. Com a queda nas cotações, o setor viu-se, então, incapaz de superar os problemas decorrentes de seu crescimento desordenado e do seu endividamento excessivo. A crise, nos últimos anos, tornou-se bem mais grave, pois ocorreram seguidos recalques na produção de açúcar, e as cotas fixadas pelo IAA acabaram tornando-se inferiores àquelas previstas no momento em que eram contraídos os empréstimos iniciais.

Os problemas oriundos desta crise não atingem somente os usineiros, mas também os fornecedores de cana, provocando a crescente descapitalização do setor. Para estes últimos, o preço pago pela cana de açúcar não acompanhou as despesas com máquinas agrícolas, fertilizantes e veículos. Além disto, como elemento mais fraco dentro do sistema produtivo, o fornecedor nem sempre conseguiu fazer valer o direito assegurado pelo Instituto da Lavoura Canavieira, de participar com 60% da cana processada pelas usinas. Hoje, a crise da agroindústria açucareira exige soluções de curto prazo. O reescalonamento das dívidas aparece como uma das reivindicações das usinas que apresentam situação financeira mais deteriorada. No entanto, qualquer solução que pretenda ser mais duradoura deve ter como objetivo elevar a rentabilidade do setor. Para isto, dois aspectos deverão ser observados. Em primeiro lugar, deverá ser realizada uma política de preços mais jus-

tos para o setor, buscando recuperar para o açúcar uma condição de igualdade em relação aos preços dos demais produtos. O esforço neste sentido terá, como principal barreira, o combate à inflação. Não obstante esta limitação, os últimos preços a nível de produtor, aprovados pelo governo, parecem estar de acordo com a preocupação de uma remuneração mais compensadora para o setor. Em segundo lugar, cabe um esforço das partes interessadas, incluindo governo e produtores, para elevar a produtividade, tanto a nível agrícola, como a nível industrial. O sistema de pagamento da cana de açúcar pelo teor de sacarose, já aprovado pelo IAA para a safra 1980/81, deveria ser implantado de forma vigorosa, a fim de estimular uma maior produtividade agrícola, premiando os fornecedores mais eficientes e aumentando o rendimento industrial. Há necessidade, também, de substituir as variedades degeneradas, melhorar e ampliar as redes vicinais de transporte, controlar mais efetivamente as pragas que atingem a cana e de racionalizar a administração das usinas.

ÁLCOOL: MUDANÇA RADICAL NO SETOR

Como um fator a facilitar uma mudança mais radical no setor, aparece o álcool. Com o crescente aumento do preço do petróleo, o Brasil defronta-se com graves problemas em relação ao seu déficit comercial e à dívida externa. Esta situação obriga o país a colocar como questão de prioridade máxima, na pauta de sua política econômica, a busca de alternativas para o problema energético. Neste sentido, não basta identificar fontes de energia que possam substituir o petróleo, mas é preciso, sobretudo, selecionar, dentre elas, as mais capazes de serem utilizadas em larga escala e a um custo razoável.

Dentre as fontes básicas de energia à disposição do país, o álcool (etanol), é o que reúne melhores condições como substituto da gasolina. É por isto, que se justifica a fixação de uma quota para a safra 1979/80 de 3,8 bilhões de litros, como também a meta de 10 bilhões de litros para 1985. Um programa desta envergadura, que em termos de investimento representará para o país a inversão de US$ 5 bilhões, pressupõe uma prévia definição dos requisitos básicos para que tal meta se torne viável.

As barreiras técnicas que poderiam se contrapor à opção brasileira por esta fonte renovável de energia parecem estar sendo superadas, pois o país já dispõe de recursos tecnológicos que permitem o uso do álcool como substituto da gasolina em sua frota automobilística; quer pela adição de uma porcentagem de álcool anidro ao derivado do petróleo, sem exigir qualquer alteração no motor dos veículos, quer pela completa substituição da gasolina pelo álcool hidratado, o que é possível mediante adaptação dos motores, faltando apenas encontrar maneira de evitar os efeitos danosos da corrosão.

MAIS CARO QUE A GASOLINA?

Um problema que se coloca como decorrente do processo de destilação do álcool é a produção de vinhoto, subproduto tóxico com capacidade poluente elevada. A cada litro produzido de álcool, obtém-se aproximadamente 12 litros de vinhoto, o que exigirá que se desenvolvam paralelamente ao programa do álcool, formas de aproveitamento do vinhoto. No momento, ele já está sendo utilizado, na própria lavoura canavieira como fertilizante, através dos sistemas de irrigação.

As dúvidas maiores persistem no campo econômico. Em que pese os sucessivos aumentos que o petróleo vem sofrendo nos últimos anos, ele ainda se apresenta como uma das fontes energéticas mais baratas que existem. Assim sendo, uma primeira questão que se coloca diz respeito ao fato de que a gasolina com um preço de realização de Cr$ 4,5/l apresenta-se ainda mais econômica do que o etanol, cujo custo de produção fica em torno de Cr$ 6,50 a Cr$ 7,00 na destilaria. Este fator, entretanto, não pesa na decisão final acerca do Programa, visto que o objetivo de substituição das importações do petróleo assume um caráter estratégico em face da dependência que significa para o país. Uma segunda questão consiste em determinar qual a matéria prima ideal para a produção do álcool,

considerando nossas condições agrícolas e industriais. Estudos neste sentido apresentam diferentes conclusões, apontando a cana, a mandioca, o sorgo sacarino ou o babaçu como opções economicamente viáveis para a produção do etanol. Entretanto, os números de destilarias e projetos existentes demonstram clara vantagem para a cana de açúcar. Dos 223 projetos aprovados pela Comissão Nacional do Álcool até o momento, 212 utilizarão a cana como matéria prima, ficando 10 por conta da mandioca e 1 para o babaçú. Se a preponderância da cana de açúcar como matéria prima para a produção do álcool não enfrenta grande contestação, torna-se necessário que se discuta os principais problemas com que ela se defronta no desempenho deste papel. Inicialmente, deve ser considerado que, para que seja alcançada a meta de produção para 1985 de 10,7 bilhões de litros, e mantendo-se no nível atual a produção do açúcar, será preciso um acréscimo de 2,0 milhões de hectares na área plantada, e que esta atenda às condições de clima e solo que a cana exige. Isto pressupõe, ainda, gastos com mecanização e uma infra-estrutura adequada, que permita o escoamento da produção. Nesta safra, por exemplo, as usinas já se defrontam com o problema de escoamento do álcool anidro, pois a capacidade de tancagem não vem acompanhando o aumento de produção.

COMO ESTIMULAR A PRODUÇÃO DE ÁLCOOL

Um instrumento importante como estímulo para a produção do álcool seria uma paridade de preços que determinasse uma relação mais favorável para o álcool em comparação com o açúcar. A paridade atual de 40 litros/saca de 60 kg parece estabelecer um nível de indiferença entre produzir álcool ou açúcar, embora já se mostre mais adequada do que a paridade anterior de 42 litros/saca de 60 kg. Um outro aspecto a ser considerado é a distribuição das destilarias entre autônomas e anexas em função dos recursos exigidos nas fases de implantação e funcionamento. Dos 223 projetos aprovados, 143 são projetos de destilarias anexas, ou seja, vinculadas a usinas que produzem açúcar. As destilarias anexas apresentam um custo de implantação inferior ao das autônomas por aproveitarem parte da infra-estrutura já instalada das usinas de açúcar. Entretanto, de acordo com os objetivos de expansão da produção de álcool fixados pelo Programa, torna-se necessário que as destilarias autônomas venham a ser estimuladas, já que garantem uma maior estabilidade para os níveis de produção almejados, reduzem as disparidades regionais de renda e facilitam o escoamento da produção.

UM DESAFIO: ÓLEO COMBUSTÍVEL E DIESEL

Entretanto, o grande desafio que parece persistir em relação aos objetivos de redução da importação de petróleo, é o fato de que ainda não se viabilizaram substitutos para os óleos combustível e diesel. Na busca de alternativas para substituição do óleo diesel, considera-se a possibilidade de utilização do próprio etanol com um aditivo que preencha as condições técnicas e econômicas para tal. Outras possibilidades de substituição do diesel ficam por conta da utilização de óleos vegetais, dos quais se destaca o óleo de cdendê, que no entanto só atinge uma produtividade aceitável para um programa desta envergadura após quatro ou cinco anos de plantado. A menos viável das opções de substituição do diesel fica por conta da troca de motores diesel por motores a álcool, o que exigiria a reversão de toda uma estrutura já implantada.

A realidade é que o programa do álcool que, aliás, se caracterizou, até este ano, por uma certa lentidão em sua implantação, só conseguirá reduzir nossas importações de petróleo se forem encontradas fórmulas para substituição não somente da gasolina mas, também, dos demais derivados. Assim, a meta de produção de álcool para 1985, de 10,7 bilhões de litros, deve ser cautelosamente encarada, considerando-se o conjunto de questões levantadas. Se com relação às nossas necessidades energéticas ela pode parecer até discreta, do ponto de vista econômico ela se mostra ambiciosa, pela existência de problemas que exigem rápida solução.

ALGODÃO

O PREÇO MÍNIMO FIXADO PARA A SAFRA 1979/80 SERÁ SUFICIENTE PARA COBRIR O CUSTO VARIÁVEL EM CERCA DE 24%, DEVENDO SERVIR DE ESTÍMULO AO CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO. ENTRETANTO, ELE SUPERA EM 20% O PREÇO INTERNACIONAL, LEVANTANDO DÚVIDAS QUANTO À POSSIBILIDADE DE O BRASIL EXPORTAR ALGODÃO NO PRÓXIMO ANO. MAS ISSO NÃO DEVE REPRESENTAR MOTIVO DE MAIOR PREOCUPAÇÃO, POIS A PROBABILIDADE DE SE OBTER UM EXCEDENTE EXPORTÁVEL SIGNIFICATIVO, NA SAFRA 1979/80, É BASTANTE REDUZIDA. TUDO INDICA, POR OUTRO LADO, QUE NÃO DEVERÃO FALTAR SEMENTES PARA O PLANTIO. CONTUDO, NA REGIÃO MERIDIONAL, A FALTA DE MÃO-DE-OBRA PODE SER UM PROBLEMA NA HORA DA COLHEITA.

A comercialização do algodão da Região Meridional da Safra 1978/79 caracterizou-se pelo rápido escoamento da produção. Concorreu para isso a excitação da demanda motivada pelas notícias de quebra de safra, em decorrência da seca que se abateu nos primeiros meses do ano na região.

A expectativa de que os preços pudessem se elevar fortemente, fez com que os maquinistas (beneficiadores do algodão em caroço) adquirissem toda a safra que estava sendo colhida, enquanto a indústria textil, temerosa de uma possível crise de escassez, constituía estoques para 6 meses. Assim, a aceleração da comercialização, que ocorreu em fevereiro e março propiciou ao produtor um preço considerado bastante satisfatório — Cr$ 160,00/@ — liberando-o da necessidade de tomar empréstimos do governo federal (EGF), cujo cálculo se baseia no preço mínimo (Cr$ 135,00/@).

A introdução de uma nova variedade de semente (IAC-17), difundida internamente em São Paulo e Paraná, contribuiu para elevar a produtividade nestes estados para 1620 kg/ha, correspondendo a um aumento de 48% em relação à safra passada. Esta produtividade elevou a média global da região para 1.500 kg/ha, recorde da cotonicultura nacional.

O resultado final dessas marcas excepcionais (preço e produtividade) foi uma receita bruta média regional em torno de Cr$ 16.000,00/ha, sendo que em São Paulo e no Paraná ela foi maior — Cr$ 17.000,00/ha. Deduzindo-se as despesas operacionais (inclusive o juro de 15% pago ao empréstimo do governo) chega-se a uma receita líquida em torno de Cr$ 5.400,00/ha, que, comparada ao custo total, configura uma rentabilidade de 46% para os produtores de algodão de São Paulo e Paraná nesta safra. Este resultado é bastante satisfatório tendo em vista o obtido no ano anterior que, de acordo com os dados do IEA, não ultrapassou a 5%. Se compararmos, porém, o resultado deste ano com a rentabilidade média de 52%, alcançada no período 1972/77, depreende-se que a cotonicultura dessa região já foi mais lucrativa. Como o produtor tem sempre em mente o resultado da safra mais recente, o aumento atual de rentabilidade certamente influenciará positivamente as intenções de plantio do cotonicultor de São Paulo e Paraná.

Já o incremento de produtividade registrado na cotonicultura de Minas Gerais (terceiro maior estado produtor de algodão da região) não foi tão significativo quanto o obtido em São Paulo e no Paraná (estima-se que o rendi-

mento tenha se elevado de 716 kg/ha para 890 kg/ha). Além disso, o algodão que está sendo colhido não deve render ao produtor mais do que Cr$ 150,00/@, preço atual do algodão em caroço na região Centro-Sul. Em decorrência da baixa produtividade e do preço médio pelo qual será comercializada a maior parte da safra, a receita naquele estado será inferior ao custo de produção, como demonstrado abaixo.

Os números do Quadro 1 revelam também

QUADRO 1

A – Custo operacional estimado pela EPAMIG (77/78 – Cr$ 7.956,70/ha.

B – Custo operacional inflacionado[1] para 78/79 – Cr$ 10.790,00/ha.

C – Financiamento de custeio[2] – Cr$ 4.860,00.
(C/B) = 44%

D – Outras fontes de recursos[3] – (B-C) = Cr$ 5.930,00/ha.

E – Juros do custeio (15% a.a.) = Cr$ 486,00.

F – Total do desembolso (C+D+E) = Cr$ 11.276,00.

G – Receita total estimada: Cr$ 150,00/@ x 60@/ha = Cr$ 9.000,00.

H – Receita líquida (G-F) = -Cr$ 2.276,00.

(1) Utilizou-se o índice de abril da col. 2 – Conjuntura Econômica.
(2) Mínimo x produtividade = Cr$ 135,00/@ x 60 @/ha. i. é Cr$ 8.100,00 x 0.60 = Cr$ 4.860,00.
(3) Desconsiderando os juros de possíveis empréstimos particulares.

que o crédito de custeio cobriu apenas 44% do custo de produção.

Por outro lado, a situação atual dos maquinistas, que pagavam em março Cr$ 160,00 a arroba do algodão em caroço, não é das melhores pois não conseguem vender o pluma por preço compensador. As reavaliações dos números da safra sempre para mais em virtude da elevada produtividade[4] e o esfriamento das compras das indústrias vêm induzindo à colocação do produto em EGF ou à manutenção em estoque até que se reiniciem as compras pela indústria têxtil, previstas para agosto-setembro.

O primeiro semestre caracterizou-se por forte oscilação dos preços do algodão em pluma. Assim, no início da colheita, o preço do tipo 6 (tipo médio da safra) na Bolsa de Mercadorias de São Paulo era de Cr$ 500,00/@, o equivalente a Cr$ 160,00/@ em algodão em caroço. Em abril e maio ele caiu para Cr$ 455,00/@, como reflexo de uma redução nas aquisições das indústrias. Em meados de junho, as cotações começaram a se recuperar, alcançando Cr$ 460,00-470,00/@, devido às primeiras compras mais volumosas por parte de algumas indústrias, necessitadas de recomporem seus estoques. Releva mostrar que parte das aquisições feitas pelas empresas têxteis são colocadas em EGF, como forma de preservar o capital de giro. Aliás, em 1979, este artifício tem sido intensamente utilizado por industriais e maquinistas. O volume de financiamentos de comercialização do governo para o setor cresceu 25% no corrente ano. Esta demanda de financiamentos não se deveu somente à expansão da produção mas, também, à flexibilidade maior para liquidação do empréstimo. Ademais, os maquinistas, ao lado dos indícios de fortalecimento do mercado, têm na possibilidade de manutenção prolongada dos estoques em EGF a principal salvaguarda para recuperação do capital investido.

Neste sentido, é provável que os preços até

(4) 320 mil t de pluma na época da estiagem, 340 mil t no início da colheita e 370-380 mil t no final da colheita, número aliás próximo à expectativa inicial (ver Agroanalysis nº 20, vol. 2).

setembro, início do plantio da próxima safra, se elevem atingindo os mesmos níveis do início da colheita, ou seja Cr$ 160,00/@ pelo algodão em caroço. Entretanto, dois fatores podem frustrar esta expectativa: a) o término do prazo de vencimento dos EGF's contratados, em sua maioria em fevereiro, março e abril deste ano. Como este prazo já sofreu prorrogação em julho, dificilmente os devedores, na maioria maquinistas, ficarão isentos desta obrigação. Assim, mesmo que a reativiação da demanda pelo pluma seja insuficiente para elevar os preços a nível considerado remunerador (Cr$ 160,00), o maquinista terá de vender o produto para saldar o seu débito, e neste caso, se não houver demanda suficiente, os preços se reprimirão; e b) a entrada da safra setentrional (1979/80) que tradicionalmente é fator provocador de queda nos preços. Porém, como a produção deverá se situar aquém das expectativas, em virtude das adversidades climáticas, as indústrias nordestinas poderão elevar suas compras no Centro-Sul, minimizando, desta forma, a queda prevista nos preços desta região. À luz deste panorama, a expectativa é de que, no máximo, os preços do algodão em caroço da região Meridional, em estudo, se equiparem aos alcançados no início da atual safra 1978/79.

PEQUENO EXCEDENTE LIMITA EXPORTAÇÕES

De acordo com a estimativa do Sindicato da Indústria Têxtil de São Paulo, o consumo de algodão em pluma, em 1979, é de 520 mil t (ver Prognóstico para a Indústria Têxtil). Como o suprimento interno deverá alcançar a casa das 650 mil t (380 mil t da Região Meridional mais 170 mil t da Região Setentrional mais 100 mil t de "carry-over" da safra passada (1977/78), existiria teoricamente um excedente exportável de 130 mil t.

Para a indústria, entretanto, este volume é considerado como a nível mínimo de segurança, ou seja, equivalente ao consumo de três meses. Conseqüentemente, a alternativa mercado internacional está praticamente fora de cogitações do setor de processamento primário. Ademais, mesmo que houvesse excedente exportável, o algodão nacional não seria competitivo com o estrangeiro, que é comercializado a preço inferior ao nosso.

Entretanto, esse ano, houve razoável queda na gravosidade do algodão, gerando melhores condições de exportação do produto. A limitação do excedente constitui, porém, uma barreira para a efetivação de transações internacionais. Além do aumento da produtividade interna que reduziu os custos por unidade produzida, a desvalorização cambial e o aumento nas cotações externas foram as principais causas de redução do diferencial entre os preços internos e os internacionais. O preço no mercado futuro de Nova York, para entrega em julho, saltou de cerca de 61 ¢/lb-peso em maio para cerca de 68 ¢/lb-peso, na terceira semana de junho.

Aparentemente, as causas deste aumento não se encontram nos fundamentos de mercado. Ao contrário, os eventos neste campo são baixistas, A área prevista para a safra 1979/80, já praticamente plantada nos países do Hemisfério Norte, se situa em nível bastante superior ao da safra 1978/79 (só nos EUA a previsão é de um aumento de cerca de 5,8%); a produção esperada no mundo varia de 62 a 66 milhões de fardos, ou seja, de 3% à 10% superior à safra 1978/79. Por outro lado, o consumo em 1979, apesar da previsão de alcançar um novo recorde (cerca de 62,2 milhões de fardos) foi bastante fraco no primeiro semestre, em virtude do acirrado protecionismo prevalecente na área têxtil dos países desenvolvidos (ver Prognóstico sobre Indústria Têxtil).

Alguns acontecimentos, de ordem conjuntural, ocorridos no mês de junho, contribuiram para o aquecimento dos preços internacionais. Por exemplo, a necessidade de replantio na URSS (segundo maior produtor) e nos EUA, devido às más condições climáticas. Além disso, houve elevação nos preços dos metais, que influenciaram o mercado de produtos primários como um todo, e alta nas cotações da soja, que levaram o lavrador norte-americano a plantar a leguminosa em parte da área destinada ao replantio do algodão. A manipulação das cotações por um grupo de operadores na Bolsa de Nova Iorque é, contudo, apontada como a causa principal da elevação dos preços do algodão em meados de junho. Esse grupo, após ter com-

prado grandes quantidades de algodão a preços ainda baixos, exagerou a importância de uma alta futura nas fibras de poliester e, com isso, obteve grandes lucros.

Neste contexto, o algodão brasileiro teve sua gravosidade reduzida de 39% (início do ano) para 16,5% em meados de junho. Excluindo-se os problemas relativos à limitação do excedente interno, considera-se como terminada a fase mais vantajosa para a exportação no ano corrente, uma vez que há expectativa de queda das cotações internacionais, com a proximidade da entrada da safra do hemisfério norte, cuja produção é mais competitiva do que a brasileira. Acrescente-se a isso o fato de que, no momento, não há concessão de subsídios para a exportação do pluma. Nem mesmo do imposto de exportação fixado em 16,25% (13% de ICM, 2,5% de Funrural e 0,5% de PIS), percentual este bastante próximo da gravosidade de junho, o exportador do pluma ficou isento.

RECEITA LÍQUIDA E RENTABILIDADE SÃO FATORES IMPORTANTES

No que se refere à vantagem relativa das diversas culturas, os dados preliminares relativos à comercialização do algodão meridional brasileiro, principalmente o de São Paulo e Paraná, indicam que os cotonicultores teriam auferido uma receita líquida, por ha, superior a dos produtores de soja, o que historicamente é raro de ocorrer. No entanto, a taxa de rentabilidade do algodão situou-se em patamar inferior ao da leguminosa. Se tomarmos a relação receita líquida sobre o custo total como indicador da rentabilidade, cada cruzeiro investido na soja rendeu cerca de Cr$ 1,09, enquanto que no algodão, o retorno foi de apenas Cr$ 0,46. Sendo assim, pode-se esperar que se plante mais algodão na próxima safra, mas não ás custas de uma redução na área de soja.

Segundo fontes representativas da produção, além da rentabilidade relativa da cotonicultura, a variável de maior influência na decisão do plantio é a política de crédito destinada ao setor. Neste aspecto, o algodão tem sido uma cultura bem contemplada, em virtude de seu elevado custo de produção. Em 1969, o algodão recebia 15,19% do valor total do financiamento de custeio para todas as culturas, sendo o segundo produto, depois do arroz, a receber o maior montante. Na época, a soja participava com 3,29% e o milho com 13,4%. A partir daquele ano, a queda na participação do algodão torna-se visível, chegando, em 1976, a 6,54%. O contrário ocorria com a soja, cuja participação no total de crédito de custeio elevou-se para 12,18%, caracterizando a importância da oleaginosa no modelo agrícola exportador adotado.

Constata-se, também, que a cobertura institucional sempre favoreceu a oleaginosa. Em São Paulo, enquanto o crédito de custeio financiava, em 1971, 49% do custo operacional do algodão, a soja recebia um crédito de custeio superior ao custo estimado de produção, Cr$ 520,27/ha e Cr$ 505,56/ha, respectivamente. Em outros estados cotonicultores, a posição relativa da cobertura institucional favorece igualmente a soja.

O volume de crédito para custeio não parece ser uma variável absolutamente determinante da área de plantio. Em geral, constata-se que quando há queda no valor do crédito de custeio, há redução na área de plantio. Mas, nem sempre, o aumento do crédito se faz acompanhar de expansão da área. Assim, em 1973 e 1974, houve elevação no crédito de custeio, mas as áreas da região centro-sul cultivadas nessas temporadas se retrairam.

Em virtude da grande expansão da soja, a posição relativa do algodão nos empréstimos do governo para a comercialização de safras também tem declinado em favor da leguminosa. Em 1974, o valor financiado para os produtores de algodão correspondia a 22% do valor total, enquanto a soja participava com 34% e o milho com 9,3% do total. Em 1976 a percentagem do algodão caiu para 17% e a da soja elevou-se para 44%. Entretanto, se calcularmos quanto o produto recebia de financiamento médio por unidade produzida para ser comercializado, pode-se notar que, no período 1974/76, a soja foi menos contemplada do que o algodão nos principais estados algodoeiros da região meridional. Assim, por quilo de produto, o algodão em caroço, comercializado em São Paulo, recebeu um financiamento de Cr$ 1,62, enquanto à soja eram destinados apenas Cr$ 0,93. No Paraná, os valores foram de Cr$ 1,55 para o algodão e Cr$ 0,69, para a soja; e em Minas Gerais, de

Cr$ 1,82 e Cr$ 0,45, respectivamente.

Embora tenham sido liberados os novos níveis dos valores básicos de custeio dentro da nova sistemática, é prematuro fazer-se uma análise comparativa com os anos anteriores por não haver ainda dados disponíveis. O estado de São Paulo é o único que dispõe de uma série ininterrupta de dados divulgados sobre custos de produção, mas não liberou as estimativas para a próxima safra. Os dados do Quadro 2 constituem uma tentativa de inferir algumas conclusões sobre a nova sistemática na relação crédito de custeio/custo de produção do algodão no estado de São Paulo.

QUADRO 2

ESTADO DE SÃO PAULO – RELAÇÃO CRÉDITO DE CUSTEIO/CUSTO DE PRODUÇÃO PARA ALGODÃO E SOJA – 1971/72 a 1979/80

SAFRAS	ALGODÃO			SOJA		
	Custo de Produção (1) (Cr$/ha) (A)	Financiamento de Custeio (2) (Cr$/ha) (B)	Cobertura Institucional (em %) (B/A)	Custo de Produção (1) (Cr$/ha) (A)	Financiamento de Custeio (2) (Cr$/ha) (B)	Cobertura Institucional (em %) (B/A)
1971/72	1091,80	538,00	49,0	505,56	540,27	107,0
1972/73	1328,25	617,73	46,5	598,42	510,08	85,2
1973/74	2011,35	1073,91	53,4	612,10	723,79	118,0
1974/75	3247,44	2078,02	64,0	1243,58	997,00	80,2
1975/76	4532,79	2738,50	60,4	1434,83	1488,00	104,0
1976/77	6630,33	3857,40	58,2	1893,68	1822,41	96,2
1977/78	9625,24	5050,00	52,4	2940,08	1856,52	63,0
1978/79	12872,32	8640,00	67,0	4792,90	2625,00	54,8
1979/80	17604,94(E)	13680,00(3)	77,7	7092,61(E)	4874,00(4)	68,7

Fontes: (1) IEA de 1971/72 a 1977/78 (dados consolidados).
– Cooperativa de Orlândia (SP): 1978/79 (revisto) e 1979/80 (estimativa).
(2) Banco Central e FIBGE: de 1971 a 76; Cálculo: Valor do financiamento e produtividade.
CFP: 1977 e 1978 pela seguinte fórmula (preço mínimo x produtividade) . 0,60.
CFP: 1979 – Tabela dos Valores Básicos de Custeio (VBC).
(3) Faixa de Produtividade média prevista para São Paulo: 1601 a 1700 kg/ha para algodão e 1701 a 1800 kg/ha para soja.
(4) Supondo 100% de financiamento pela Tabela dos Valores Básicos de Custeio.
(E) Estimativa.

Assim, no período 1971/72–1977/78, constata-se que a média dessa relação oscilava em torno de 57%. Ou seja, o crédito de custeio situava-se bem próximo do limite máximo previsto de 60%, chegando mesmo a ultrapassá-lo nas safras 1974/75, 1975/76 e 1978/79. Com a nova sistemática muito embora o valor do crédito de custeio estipulado para a faixa de produtividade 1601/1700 kg/ha (média do Estado de São Paulo na última safra), tenha aumentado 58%, em relação ao ano anterior, fica ainda ssim 22,3% abaixo dos custos de produção estimados pela Cooperativa dos Agricultores da Região de Orlância para a safra 1979/80. Obviamente, o valor do custo de produção da Cooperativa não coincide com o da CFP, mas se atentarmos para o fato de não ser exagerado o aumento de 36,8% previsto por ela, para a próxima safra, concluimos que houve alguma melhoria na relação valor do crédito de custeio/custo de produção.

Supondo que permanecesse o critério anterior (baseado em 60% do preço mínimo), a cobertura institucional dos custos de produção seria inferior, mas não substancialmente. Senão, vejamos. Se computarmos a inflação oficial — em torno de 45% — sobre o preço mínimo do ano passado, a cobertura máxima institucional (60%) representaria 73% do custo de produção, ou seja, apenas 4,7% inferior ao previsto com o novo critério.

PREÇO MÍNIMO: UM PAPEL DECISIVO

Assim, não se pode esperar que este crescimento seja o fator decisivo a influenciar a área de plantio da próxima safra, pois, como já foi visto anteriormente, a influência do crédito de custeio sobre a área não é das mais significativas.

De fato, o produtor só decidirá com precisão o que plantar quando estiver ciente da receita mínima para saldar o financiamento junto ao governo. Neste ponto é que o preço mínimo passa a representar papel decisivo. Na nova sistemática, o preço mínimo é calculado a partir do valor básico de custeio (VBC), devendo ser, no mínimo, 66,7% superior ao VBC.

Como é manifesta a intenção governamental de estimular a produção agrícola, o preço mínimo não poderá ser inferior, em termos reais, àquele fixado ano passado. Assim, nessa análise comparativa, utilizaremos o valor-piso Cr$ 7,80/kg de algodão em caroço, menor VBC por unidade de produto correspondente ao limite superior da faixa de produtividade que vai de 1901 a 2000 kg/ha, estipulado pela CFP para a safra 1979/80. Se a esse valor, adicionarmos um aumento de 66,7%, teremos um preço mínimo de Cr$ 13,00/kg, que, deflacionado para julho de 1978, aproxima-se bastante do preço mínimo fixado para a safra 1978/79 (Cr$ 9,20/kg e Cr$ 9,00/kg, respectivamente).

INCENTIVANDO A SAFRA DE 79

Obviamente, o preço mínimo recém-divulgado — Cr$ 13,46/kg — veio de encontro àquela intenção, devendo atender primordialmente aos cotonicultores mais produtivos. Para os lavradores de tecnologia mais atrasada, a defasagem máxima entre o preço mínimo fixado e aquele que deveria ser concedido pela nova sistemática foi de Cr$ 3,16/kg (Cr$ 16,62 — Cr$ 13,46). Para aqueles que produziram 1.850 kg/ha, a defasagem foi nula. Entretanto, se o preço mínimo fosse calculado com base nas faixas de produtividade mais baixas, correria o risco de ultrapassar o preço de mercado.

De modo geral, entretanto, o preço mínimo, será suficiente para cobrir o custo variável (incluindo o aumento do preço de combustível) em cerca de 24% e, conseqüentemente, também o crédito de custeio, podendo então ser caracterizado como estimulante. Ademais, um preço mínimo superior à inflação pressionaria em demasia os preços internos e, por seu turno, gravaria mais ainda o produto frente ao mercado internacional, dando margem a que os industriais pressionem por importações. Contudo, o aspecto da gravosidade, apesar de entrar como subsídio na formulação dos preços mínimos, é fator secundário nas especulações da política de preços de garantia. Tanto é, que o preço mínimo ora fixado (livre de todas as despesas e impostos) supera em 20% o preço internacional. Porém, para não ser gravoso, o

preço mínimo do algodão deveria se situar em torno de Cr$ 10,92/kg, ou seja, em termos nominais, apenas 21% superior ao preço fixado ano passado. Como o objetivo primordial da política é aumentar a produção interna, o estabelecimento de um preço mínimo neste patamar teria efeitos totalmente contrários. A gravosidade, por seu turno, só é efetivamente eliminada agindo-se diretamente no rebaixamento dos custos de produção e/ou aumentando a produtividade da cultura, objetivos colimados, pelo preço mínimo, apenas de forma indireta.

A mudança de atividade por parte do cotonicultor que teve prejuízos na safra anterior esbarra na inflexibilidade da atual estrutura de produção. Assim, o produtor incorre no risco de arcar com a ociosidade de sua maquinária se resolver deixar de plantar algodão. Ou seja, se o capital que foi imobilizado na cultura não alcançar sua total depreciação, é economicamente desaconselhável mudar de atividade. Um outro fator inibidor da troca de atividades agrícolas que ocorre de uma maneira generalizada no país é a dependência econômico-financeira do produtor ao intermediário. Em 1970, dados do INCRA e do COMCRED revelaram que, no máximo (um estabelecimento pode receber mais de um financiamento anualmente), 23,7% dos estabelecimentos rurais brasileiros foram cobertos pelo Sistema Nacional de Crédito Rural. Assim, os 76,3% restantes devem ter recorrido a outras fontes emprestadoras, das quais, certamente, os intermediários detêm uma substancial fração. No caso específico do algodão, o maquinista além de ser a garantia de compra do produto do lavrador — quiçá a um preço inferior ao mínimo fixado! — é também o financiador das despesas da lavoura, criando-se, assim, um círculo vicioso de débito-financiamento.

Finalmente, em certas áreas, a inexistência de cultura alternativa impede, por vezes, que o cotonicultor desista da cultura. Em Minas Gerais, por exemplo, constata-se que, na safra 1978/79, tanto o nível de financiamento de custeio como a rentabilidade da cultura foram bastante ingratos ao produtor de algodão. Apesar disso, devido à inexistência de culturas alternativas e à forte dependência do lavrador à agro-indústria, a região algodoeira do norte de Minas deverá manter a área plantada com algodão.

Estes entraves, de ordem estrutural, atuam como fatores limitativos da expansão da produção e/ou produtividade da própria cultura, bem como inibem a maior oferta de outros tipos de produtos.

A disponibilidade de sementes, por outro lado, não será entrave ao plantio. De acordo com a CATI (Coordenadoria de Assitência Técnica Integral), somente para o estado do Paraná, existe em disponibilidade 350 mil sacas (30 kg), sendo que cerca de 60% do tipo IAC—17, variedade que este ano contribuiu para o recorde na produtividade. Levando-se em conta que o excelente desempenho do ano passado foi obtido sob condições meteorológicas não muito favoráveis, espera-se que a maior disseminação da variedade IAC—17, em São Paulo e Paraná, propicie novo recorde de produtividade, isto é, acima de 1620 kg/ha.

Em Minas Gerais esta variedade de semente ainda não é empregada. Existem sementes selecionadas locais, mas que só têm penetração na região mais tecnificada do estado (Triângulo Mineiro). Caso não ocorram adversidades climáticas ou incidência anormal de pragas e doenças, a produtividade média do estado deverá ser igual à da safra passada — cerca de 892 kg/ha.

A disponibilidade da mão-de-obra para colheita constitui um fator de permanente preocupação para os cotonicultores da região meridional. O êxodo rural tem contribuído sobremaneira para a escassez de trabalhador volante, encarecendo este tipo de mão-de-obra que, na atualidade, representa aproximadamente 30% do custo de produção. No norte do Paraná por exemplo, a geada de 1975 provocou a expulsão de contingentes da mão-de-obra que colhia café e algodão, deixando a região bastante carente. Além disso, é interessante destacar que a colheita precoce da safra paranaense provocou procura antecipada pela mão-de-obra empregada na colheita de outras culturas, encarecendo mais ainda a força de trabalho. De 1978 para 1979, foi previsto um aumento de 25% no custo da mão-de-obra para a colheita. Este problema pode se agravar mais ainda no futuro, a ponto de reprimir a expansão da cotonicultura na região Centro-Sul.

No que se refere aos demais insumos, prevê-se uma majoração nominal de 47%, principalmente nos itens adubos (+55%) (este item

corresponde a quase 14% do custo de produção), inseticida (+40%) e herbicida (+43%). O custo de mecanização da cultura deverá sofrer um aumento de 56%, sendo de 16,5% sua participação no custo total.

De forma generalizada, as culturas de nível tecnológico equivalente ao do algodão sofrerão um aumento de igual monta. Assim, a situação da malvácea, neste aspecto, não deverá ser pior ou melhor do que as prováveis culturas substitutas. Para a safra 1979/80, espera-se, pois, um incremento de área devido aos seguintes eventos: a) a receita da última safra, considerada bastante satisfatória; b) expectativa de novo recorde de produtividade e c) política oficial mais favorável ao setor. No Paraná, está previsto um aumento entre 5% e 15%, devendo a área de plantio situar-se entre 300 e 330 mil ha. Caso a produtividade repita a alcançada na última safra (1640 kg/ha), a produção de algodão em caroço prevista para 1979/80 ficaria entre 492 mil t e 541 mil t (entre 5% e 15% superior à de 1978/79).

Para São Paulo, a elevação prevista é de 5% a 10%, com a área variando de 287 mil ha a 300 mil ha. Neste caso, a produção ficaria entre 460 mil t a 480 mil t, supondo uma produtividade média de 1600 kg/ha. Este volume seria 4,5% a 9% superior ao da safra anterior. Assim sendo, São Paulo, pelo segundo ano consecutivo, perderia o primeiro lugar na produção de algodão para o Paraná.

Em Minas Gerais e Goiás, não se esperam acréscimos na área plantada de algodão, em virtude da forte concorrência que vem sofrendo da soja. Na melhor das hipóteses, a área permanecerá estável, sendo de 86,7 mil ha, para Minas, e de 35 mil ha, para Goiás.

Na região Centro-Sul, como um todo, a elevação da área deverá se situar num intervalo entre 5% e 15%, ou seja, entre 770 mil ha e 840 mil ha, o que daria uma produção entre 1.155 e 1.260 mil t, supondo uma produtividade média de 1.500 kg/ha, a mesma da safra passada. Assim, em 1979/80, a produção dessa região teria um incremento entre 4% e 13,5%, em relação à safra anterior, isto é, voltaria aos níveis atingidos antes das últimas safras frustradas pela estiagem.

Em termos de algodão em pluma (o rendimento industrial é de cerca de 32%), a produção meridional deverá situar-se entre 370 mil t e 400 mil t. Como a safra setentrional permanece estabilizada em torno de 170 mil t há alguns anos, a produção brasileira do pluma para o ano que vem deverá se situar entre 540 e 570 mil t. Adicionando-se o "carry-over" de 130 mil t previsto para a atual temporada, a oferta interna, para 1980, situar-seá entre 570 e 700 mil t.

E EM 1980, HAVERÁ EXCEDENTE EXPORTÁVEL?

Considerando-se que o consumo industrial interno do pluma cresce a uma taxa média anual de 6%, a demanda, em 1980, ficará em torno de 550 mil t. Entretanto, a estimativa do Sindicato da Indústria Têxtil é menor: 535 mil t. Supondo-se que o consumo do algodão em pluma fique nesta faixa — 535 a 550 mil t — haveria, para o próximo ano, um excedente mínimo de 120 mil t (670 mil t menos 550 mil t) e um máximo de 165 mil t (700 mil t menos 535 mil t). Retirando-se deste excedente o equivalente a três meses de consumo, restariam, para serem exportadas, um mínimo de 12,5 mil t, supondo-se um consumo de 550 mil t e um suprimento de 700 mil t e, um máximo de 31,0 mil t, na eventualidade de um consumo de 535 mil t e de um suprimento de 700 mil t. Na hipótese de a produção alcançar 540 mil t e de o consumo superar as 535 mil t, não haverá possibilidade de o país, exportar algodão no próximo ano.

Mas não é só a disponibilidade de excedente que permite ao país colocar algodão no exterior. A relação de preços entre o produto brasileiro e o estrangeiro e a concessão de subsídio, no caso de existir gravosidade, são fatores igualmente importantes. No plano externo, o balanço entre a oferta e a demanda de algodão revela, no máximo estabilização nos preços. Do lado da demanda, é esperada uma certa reativação nas transações internacionais, principalmente pelo mundo asiático, em virtude da previsão de expansão da capacidade instalada das indústrias têxteis Japonesas e Chinesas.

Em alguns países, o nível do estoque de artigos têxteis, no atacado, é considerado baixo, podendo ocorrer aumento da procura pelo comércio junto às indústrias. Na Europa, entretanto, grande bloco mundial consumidor de algodão, os estoques deste produto, no início da safra recém finda, situavam-se bem acima do normal e, como existem fortes barreiras protecionistas aos têxteis naqueles países, é provável que não haja reaquecimento na demanda por algodão. Nos EUA, a entrada maciça no ano passado, de têxteis mais competitivos que os fabricados naquele país reduziu o consumo interno por algodão e levou o país a praticar forte protecionismo, limitando as importações de têxteis e, portanto, o comércio mundial de algodão. Compensando, em parte, esses acontecimentos que prejudicaram o aumento previsto no consumo por algodão, existe a elevação dos preços das fibras químicas, mormente aquelas fabricadas à base de petróleo, (poliéster, por exemplo) que poderá tornar o algodão mais competitivo. Porém, a recessão em nível mundial, prevista para o 2º semestre, juntamente com a inflação, são fatores significativos para retrair a demanda por algodão no final deste ano e início do ano que vem.

Do lado da oferta, a produção mundial, na temporada 1979/80, pode se situar abaixo do previsto, devido principalmente às más condições climáticas ocorridas na época de semeadura dos EUA e URSS, que forçaram o replantio num período fora do cronograma habitual. Entretanto, em relação à safra 1978/79, a produção de algodão deverá ser superior em cerca de 3 a 10%, superando o consumo mundial previsto para 1979/80. Assim, a elevação prevista nos estoques finais da atual safra recém iniciada (1979/80) pode ser caracterizada como fator indicador de queda futura nos preços do algodão. Mas o nível atual dos estoques mundiais não foi, como deveria ser, elemento reativador dos preços. A perspectiva de uma grande safra vindoura e as atuais condições climáticas ocorridas nos principais países produtores, benéficas para o desenvolvimento da planta, foram fatores que atuaram mais fortemente no mercado que a queda em mais de 2 milhões de fardos no estoque final da safra 1978/79 deixando-o a um nível equivalente a somente 4,3 meses de consumo.

De acordo com o panorama acima, esperar estabilidade nos preços internacionais para o próximo ano seria bastante otimista. Na verdade, isto poderá ocorrer se houver quebras de safras. Mas desconsiderando-se a atuação de variáveis exógenas (clima, pragas, etc.) os preços deverão apresentar-se em queda durante o ano agrícola 1979/80).

Em 1980, a expectativa de que a produção brasileira, na pior das hipóteses, repita a deste ano, permitirá maior regularidade nas compras das Indústrias Têxteis, fazendo com que os preços não sofram substanciais modificações em termos reais, em relação aos que estão sendo praticados este ano.

CONDIÇÕES DESVANTAJOSAS PARA O BRASIL NO MERCADO EXTERNO

No plano externo, a retração prevista nos preços internacionais e a estabilidade nas cotações internas deixarão o produto brasileiro em condições desvantajosas. Entretanto, a política de desvalorizações cambiais mais acentuadas, pode reduzir, artificialmente, a gravosidade do produto brasileiro. Ao contrário deste ano, existirá, ainda que pequeno, um excedente exportável e o governo poderá conceder subsídios ou isentar o produto do pagamento de impostos no ato de exportação, a fim de colocá-lo no mercado internacional.

Entretanto, só haverá uma possibilidade razoável de o país voltar a ser exportador de algodão em pluma, se houver uma melhor adequação da produção interna de algodão ao consumo da indústria têxtil. Como fruto dos excessivos favorecimentos ao setor industrial, no tocante aos subsídios à exportação, a procura pela fibra tem-se elevado sistematicamente, reduzindo, desta forma, o excedente exportável. Distribuindo-se menos desigualmente os prêmios entre os setores industrial e agrícola, quiçá a gravosidade do algodão no exterior se reduzisse em decorrência da diminuição nos custos internos de produção (com o que a própria Indústria se beneficiaria) e a oferta da fibra se tornasse suficiente para abastecer o mercado interno e gerar um excedente exportável.

A CULTURA DE ARROZ NO BRASIL ESTÁ ESTAGNADA. E, DIFERENTEMENTE DOS PAÍSES DESENVOLVIDOS, A QUEDA NA PRODUÇÃO NÃO DECORRE DE UM DESEJO DO CONSUMIDOR DE MUDAR O SEU PADRÃO ALIMENTAR. NESTE QUADRO, OBSERVA-SE UMA EXPULSÃO DA CULTURA DO CENTRO-SUL, QUE REDUZIU A ÁREA PLANTADA EM 6,7%, EM RELAÇÃO À SAFRA ANTERIOR. APESAR DAS DIFICULDADES DE ESTABELECER PREVISÕES, POIS AS CONDIÇÕES CLIMÁTICAS PODEM SER DETERMINANTES NO CURTO PRAZO, ESTIMA-SE QUE DEVERÁ HAVER UM AUMENTO DE PRODUÇÃO COMPATÍVEL À FRUSTRADA SAFRA DE 1979.

Em todo processo de industrialização, sobretudo quando acompanhado de forte expansão da população urbana, como ocorre no Brasil, cabe ao setor agrícola fornecer alimentos e matérias-primas em quantidades e preços capazes de viabilizar a absorção de grandes contingentes humanos pelo sistema produtivo, a um custo que permita a geração de recursos excedentes para reinvestimento. Nos últimos anos, a forma inócua com que se tem combatido a alta do custo da alimentação no país — atacando seus efeitos e deixando imunes suas causas mais profundas — bem como a ênfase excessiva às lavouras de exportação — vêm impedindo que o setor agrícola desempenhe aquelas funções de forma satisfatória.

Os controles de preços conjugados à exagerada concentração do crédito, assistência técnica e pesquisa agrícola nas culturas de exportação, acabaram reduzindo a rentabilidade de grande parte da atividade agrícola voltada primordialmente para o abastecimento interno. A conseqüência foi a diminuição dos recursos privados alocados neste segmento do setor agrícola, o que, em última análise, contribui para aumentar a carência interna de alimentos. A cultura do arroz constitui exemplo elucidativo da questão.

Nos últimos anos, o cereal vem perdendo sua importância relativa, tanto em termos de área ocupada quanto de valor da produção, na maioria dos estados da região Centro-Sul do país. Nas áreas de fronteira agrícola, ao arroz tem sido reservado, principalmente, o papel de barateador da tarefa de desmatamento para posterior implantação de pastos ou de outra cultura adaptável às condições locais. Nas regiões produtoras tradicionais, a substituição de plantio processa-se a taxas elevadas sempre que as condições climáticas locais favoreçam culturas mais rentáveis.

O estado de São Paulo, por exemplo, viu sua participação na produção brasileira de arroz declinar fortemente nos últimos anos. No período 1967/70, o estado contribuía com 13,6% da produção brasileira, enquanto que nos anos 1976/78, esta contribuição reduziu-se para 5,6%.

Em Minas Gerais, o mesmo fenômeno se verificou; no período 1967/70, o estado destinou em média 824 mil ha para o plantio de arroz. Esta área declinou para 731 mil ha nas safras 1976/78.

Segundo dados da FIBGE, durante o período 1970/78, a área colhida de arroz no Brasil sofreu incrementos anuais médios da ordem de apenas 2,5%. Por sua vez, a média das taxas anuais de crescimento da produção brasileira do

cereal situou-se, no mesmo período, em torno de 2,1%(1). Ou seja: o crescimento médio da produção foi menor do que o alcançado pela área.

Evidentemente, esta constatação indica que os ganhos de produtividade média obtidos em alguns estados (Rio Grande do Sul e Santa Catarina entre outros) foram insuficientes para compensar os decréscimos de área e rendimento verificados nos demais. Em outras palavras, o avanço tecnológico efetivamente implementado não foi capaz de compensar a pequena expansão da área de plantio. Como não conseguiu, também, reduzir a susceptibilidade da cultura às adversidades climáticas.

Na verdade, todos esses fenômenos encontram explicação na pequena rentabilidade que têm caracterizado esta atividade. É evidente, por exemplo, que a pequena expansão da área plantada decorreu, basicamente, da inviabilidade econômica de implementação generalizada das inovações tecnológicas capazes de reduzir a vulnerabilidade da cultura às adversidades climáticas.

Como não poderia deixar de suceder, esta relativa estagnação deste setor produtivo no Brasil resulta em uma evolução pouco satisfatória do seu consumo. Segundo cálculos apresentados em "O Consumo Interno de Trigo", publicado recentemente pela CFP, a média das taxas de variação do consumo per capita de arroz situou-se, no período 1967/78, em torno de -0,75% a.a., considerando-se, para cálculo médias móveis trienais. Tendo em vista o deficiente padrão alimentar dos segmentos mais pobres da sociedade brasileira, tal redução revela-se bastante significativa do ponto de vista nutricional.

Mesmo com a retração verificada no consumo per capita do cereal, este ainda desempenha papel de relevância na composição da cesta alimentar básica do brasileiro. Segundo o estudo "Perspectivas da Agricultura Brasileira para 1977/78", publicado em 1977 pela SUPLAN, o consumo de arroz no Rio de Janeiro preenche cerca de 20% das necessidades de calorias da população, além de 12,5% de proteínas e 10,8% de ferro.

Vale destacar também que alguns estudos evidenciam a tendência crescente do consumo de massas alimentícias em substituição ao do arroz e do feijão. Tal modificação nos hábitos alimentares da população, é explicada, ao menos em parte, pelos aumentos dos preços daqueles dois produtos ocorridos nos últimos anos, que, por sua vez, decorrem das bruscas oscilações verificadas na oferta desses bens. Há necessidade de estudos que indiquem a real extensão dessas modificações nos hábitos de consumo, uma vez que caracterizam uma deterioração do padrão alimentar da população.

(1) Ambas as taxas de crescimento foram obtidas a partir de médias móveis trienais.

ESTAGNAÇÃO DA CULTURA DE UM PRODUTO BÁSICO

Quando, ao contrário do que tem ocorrido no Brasil, os frutos do aumento da renda ***per capita*** são distribuídos de forma mais homogênea entre os diversos agentes promotores do processo de crescimento, é de se esperar que, gradualmente, a população substitua o consumo de bens agrícolas de menor teor nutritivo por alimentos mais completos. É justamente este fenômeno que explica a redução do consumo de arroz nos países desenvolvidos. Nestes países, a redução da produção se deve, em grande parte, à diminuição gradual da demanda interna pelo cereal. A grave estagnação que o setor produtivo de arroz apresentou ultimamente no Brasil não pode ser vista como fruto desse tipo de evolução, pois a reduzida renda per capita e, principalmente, os elevados índices de concentração de renda vigentes no país, indicam, ao contrário, que ainda é alta a elasticidade-renda da demanda para produtos alimentares, incluindo-se até mesmo aqueles mais pobres do ponto de vista nutricional, como o arroz. Em outras palavras, a carência alimentar de grande parte da população brasileira ainda faz com que eventuais incrementos da renda pessoal das camadas mais pobres da população, sejam gastos com a aquisição de quantidades adicionais de alimentos. Aliás, é possível que a deterioração verificada na distribuição da renda brasileira, nos últimos anos, tenha, em alguma medida, contribuído para evitar crises mais graves no abastecimento interno do país, mascarando a redução ocorrida, no mesmo período, na disponibilidade interna dos bens alimentares.

A discussão sobre política agrícola está centrada, ultimamente, em torno da questão do cré-

dito. A expansão do volume de financiamento, sobretudo para custeio, é vista como fundamental para o crescimento da produção agrícola brasileira. No entanto, o problema reduz-se a uma dimensão mais realista quando se recorda que o crédito subsidiado para a agricultura beneficia um número reduzido de produtos (segundo recente declaração oficial, apenas 20% dos estabelecimentos rurais são atingidos pelo SNCR), enquanto o severo controle de preços imposto aos produtos agrícolas em geral e, particularmente àqueles destinados ao consumo doméstico, prejudica a todos os agricultores.

- Além disso, uma análise retrospectiva mostra que, pelo menos no caso do arroz, os agricultores são mais intensamente motivados por aumentos de preço do que por elevações, mesmo substanciais, do volume de crédito que lhes é conferido.

O gráfico 1, objetiva identificar, ainda que superficialmente, a existência de uma possível aderência entre a evolução anual da área colhida de arroz na região Centro-Sul e as variações verificadas nos recursos reais de crédito de custeio, destinados aos produtores de arroz da região, no período 1969/76 (não estão disponíveis dados de crédito de custeio para os anos seguintes). No gráfico II, estão colocados os mesmos dados de área e a evolução real dos preços recebidos pelos produtores de arroz no Brasil. Procurando facilitar a observação visual da questão proposta, os preços sofreram deslocamento de um ano, porque as variações da rentabilidade da atividade agrícola, ocorridas em determinado período, afetaram a área plantada somente na safra seguinte. Assim, o preço relativo a 1975, por exemplo, aparece no gráfico referindo-se a 1976.

No período 1971/74 (gráfico I), enquanto a área de arroz praticamente não se alterou, os recursos creditícios sofreram um aumento real

GRÁFICO 1

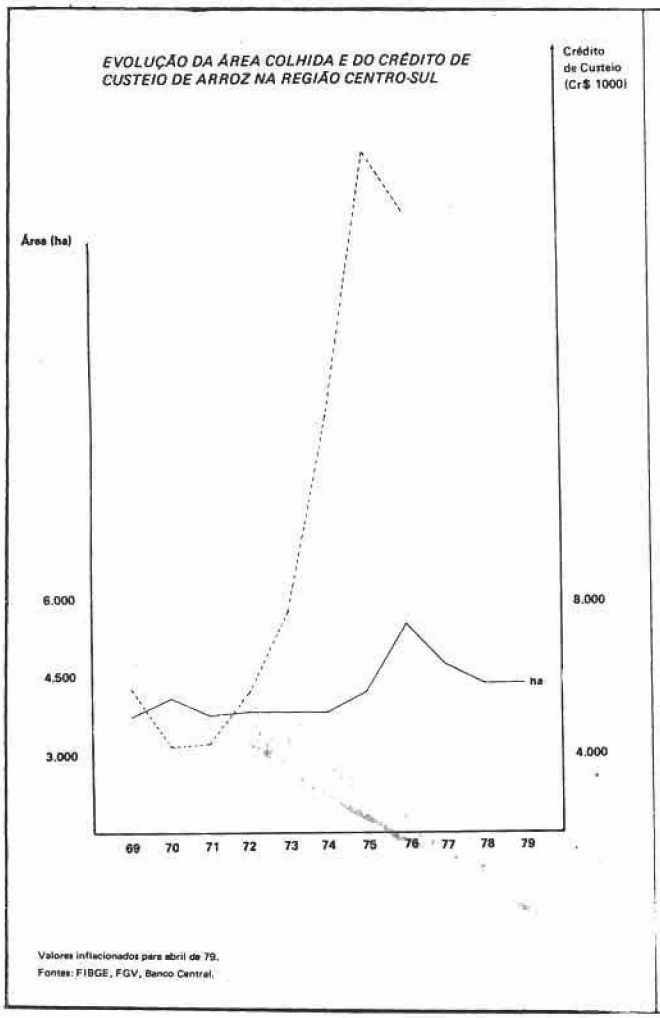
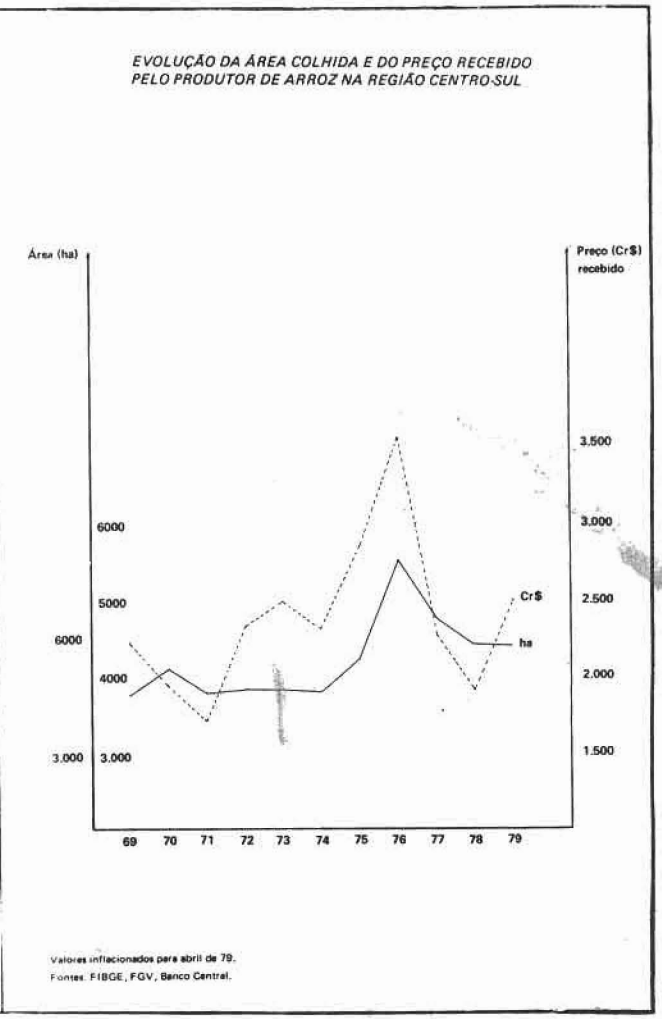


GRÁFICO 2



de 292%. Em 1975 (safra 1974/75), o crescimento de área registrado (13,7%) foi acompanhado por um movimento no mesmo sentido do volume real de crédito (52,4%). No entanto, pode ser observado no gráfico II que, em 1974, após dois anos de preços estáveis, tal tendência é modificada, e os preços ascendem fortemente. O mesmo movimento é observado no período seguinte, quando as três variáveis sofreram significativos aumentos. A área da safra 1975/76, no entanto, apresenta um crescimento recorde da ordem de 25,4%, o que, em alguma medida, resultou da elevação dos preços recebidos verificados em 1974 e 1975. Por sua vez, os recursos creditícios aplicados na safra recorde 1975/76 haviam sofrido decréscimo real da ordem de 7,4%.

É PRECISO MELHORAR A DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS SUBSIDIADOS

Sendo assim, é lícito indagar se uma melhor distribuição dos recursos subsidiados não poderia ter um efeito positivo maior sobre a área plantada e a produtividade do que a simples expansão do crédito nas bases atuais. Isto porque o potencial para a obtenção de aumentos de produtividade deve ser maior nos pequenos e médios estabelecimentos marginalizados da política de crédito, do que naqueles que já recebem financiamentos para a aquisição de insumos modernos. Além disso, essa redistribuição poderia proporcionar um ganho líquido de recursos para a agricultura, já que os agricultores mais prósperos, cujo crédito subsidiado seria reduzido, têm possibilidades financeiras de aumentar a parcela de capital próprio comprometida na produção.

Finalmente, a excessiva preocupação com o problema do crédito contribuiu para o esquecimento de uma série de outros fatores fortemente responsáveis pelo desempenho pouco satisfatório do setor agrícola. Dentre eles, notadamente no caso da agricultura de abastecimento interno, a estrutura fundiária altamente concentrada e os diversos fatores que vêm permitindo sua perpetuação, bem como sua reprodução, de forma inclusive ampliada, nas regiões de fronteira agrícola.

Parece claro, portanto, que a utilização do crédito subsidiado como instrumento de incentivo à atividade agropecuária, em substituição aos incentivos que resultariam de uma evolução normal dos preços, pelo menos em relação ao arroz, não tem obtido bons resultados. Contudo, o que dificulta a liberação dos preços internos dos produtos agrícolas, como forma de substituir os mecanismos artificiais de incentivo à produção até hoje utilizados, é a necessidade de manter baixos os custos de utilização da mão-de-obra pelo setor industrial. No entanto, se o controle dos preços do arroz assegura a uma parcela dos consumidores dos grandes centros urbanos preços relativamente acessíveis, por outro lado, coloca o governo e os consumidores diante do espectro permanente de crises de abastecimento. Isso porque a baixa rentabilidade econômica da produção de arroz não incentiva a modernização tecnológica da maior parte da área cultivada com este produto. Assim, perpetua-se a vulnerabilidade da cultura diante de problemas meteorológicos e inibe-se a utilização de insumos modernos. Segundo dados da Associação Nacional de Produtores de Sementes (ABRASEM), 81% do valor das sementes melhoradas comercializadas no país, em 1977, referem-se apenas a duas culturas: trigo (23%) e soja (58%). Ainda segundo os dados da ABRASEM, enquanto apenas 35% das sementes de arroz utilizadas em 1977 eram melhoradas, os triticultores utilizaram 92% e os sojicultores 81%.

Desta forma, não só a lenta evolução da área plantada de arroz explica o insatisfatório desempenho da cultura, mas, também, a instabilidade da produção que resulta da tecnologia incipiente empregada na maioria dos estados produtores.

Naturalmente, a resposta do produtor que reúne determinadas condições sócio-econômicas e que está localizado em regiões onde as condições de clima e solo sejam apropriadas, vem sendo a substituição do plantio do arroz por outras culturas que propiciem, ao menos, maior estabilidade nas taxas de retorno. Assim é que, no período 1969/78 a média anual de crescimento da área colhida de arroz na região Centro-Sul, situou-se em apenas 2,8% (calculada como em 1). Em São Paulo, onde os produtores dispõem de melhores condições técnico-econômicas de opção de plantio, a área colhida de arroz apresentou recuo em termos absolutos, situando-se a média anual das taxas de variação da área em torno de -5,4% (também calculado como em 1).

Se considerarmos o período 1975/77, em todos os estados da região Centro-Sul, excetuando-se Santa Catarina e Rio Grande do Sul, verificou-se uma retração substancial de área (ver Quadro I). A essa redução no plantio de arroz, somaram-se as secas e inundações verificadas nas duas últimas safras, responsáveis por uma redução significativa na disponibilidade interna do cereal.

Por ocasião do plantio da safra 1977/78, a produção brasileira de arroz era estimada pelas autoridades governamentais em aproximadamente 8,4 milhões de t. Esta previsão incorporava uma redução de 0,8 milhão de t em relação à média das produções obtidas nas duas estações anteriores. Assim podemos concluir que, naquela época, já era do conhecimento das autoridades a situação de desestímulo a que estavam entregues os produtores. No entanto, nenhuma medida extra de incentivo à lavoura foi adotada, provavelmente sob a justificativa de que os estoques governamentais eram suficientes para conter uma evolução indesejada dos preços do cereal.

No entanto, as condições meteorológicas não se mostraram favoráveis, e todas as reavaliações de safra realizadas apontavam para uma perspectiva de menor disponibilidade interna. Por ocasião da colheita, a produção atingia a apenas 7,4 milhões de t.

A essa altura, restava ao governo, além de administrar seus elevados estoques, recorrer às medidas emergenciais de sempre: tabelamento, importação, vista grossa ao desrespeito aos critérios de classificação do produto, e dirigir quantidades crescentes de arroz dos estoques da CFP para mercados como RJ e SP. Tudo objetivando manter sob controle os índices oficiais de preços, já que os preços praticados em centros menores, há muito, haviam escapado às rédias institucionais. No final do ano, o país havia importado 115 mil t do produto e os preços do varejo no RJ, ape-

QUADRO 1

ARROZ – Área Plantada (Centro-Sul)

Estados / Safras	77/78 1000 ha (1)	Média de 75–78 1000 ha (2)	78/79 1000 ha (3)	Variações Percentuais (3)/(1)	(3)/(2)
Minas Gerais	612,4	731,4	550,3	(10,1)	(24,7)
Espírito Santo	48,7	45,7	37,3	(23,4)	(18,4)
Rio de Janeiro	45,0	45,8	24,3	(46,0)	(46,9)
São Paulo	326,7	438,0	320,0	(2,1)	(26,9)
Paraná	532,0	572,7	473,0	(11,1)	(17,4)
Santa Catarina	143,0	146,4	149,0	4,2	1,8
Rio Grande do Sul	537,7	547,6	584,7	8,7	6,8
Mato Grosso	1526,4	1471,8	1323,6	(13,3)	(10,1)
Goiás	883,5	1074,9	882,5	(0,1)	(17,9)
Total	4655,4	5074,3	4344,7	(6,7)	(14,4)

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – FIBGE
Obs.: Como estimativa da área plantada foi considerada a 1ª avaliação de cada safra.

sar de tabelados, haviam aumentado em 52 %.

Os preços mais remuneradores, praticados em 1978, eram vistos por alguns analistas, à época do plantio da safra 1978/79, como garantia suficiente de que se verificaria, a seguir, significativa expansão da área plantada. Afinal de contas, os preços recebidos pelos produtores de arroz, por exemplo, haviam se elevado em 56 % no período jan-set. Esta argumentação, provavelmente, justificou a não adoção de medidas mais realistas de incentivo à cultura, apesar da inexistência de estoques oficiais de arroz e da explicitada preocupação governamental com o balanço de pagamentos e com a inflação.

CENTRO-SUL APRESENTA REDUÇÃO NA ÁREA PLANTADA

No entanto, a primeira avaliação de safra da FIBGE, realizada em janeiro de 1979, indicava que a tendência à redução de área na região Centro-Sul, não seria, ainda desta vez, revertida. Segundo os dados da FIBGE, a área plantada dos estados da região Centro-Sul apresentava uma redução de 6,7% em relação à estação anterior, e de 14,4% em relação à média das 3 safras anteriores. Além disso, todos os estados da região, com exceção de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, apresentavam uma redução de área tanto em relação à temporada anterior, quanto em relação à média das 3 últimas safras (ver Quadro I).

Se, por um lado, os preços praticados em 1978 podiam ser vistos como estimulantes, pelo menos em relação aos de 1976 e 1977, por outro, o tabelamento do produto continuava em vigor e sem prazo para extinção. E assim como na safra anterior, o veranico e a seca demonstraram novamente seu poder de destruição em relação ao cultivo do arroz. Evidentemente alguns outros fatores contribuiram para a retração do cultivo do arroz, tais como a perspectiva de preços crescentes da carne bovina, a boa adaptabilidade da soja às antigas áreas de arroz, etc.

As condições meteorológicas adversas verificadas quando do desenvolvimento da cultura, em algumas das principais regiões produtoras do país, colocaram uma pá de cal sobre a esperança, a esta altura já bastante minguada, de uma normalização do abastecimento de arroz em 1979. Mais uma vez, as estimativas de produção tiveram de ser reavaliadas: dos 8,9 a 9,5 milhões de t previstas inicialmente pela CFP em novembro, apenas 7,7 a 7,9 milhões terão sido colhidos.

No Rio Grande do Sul, era previsto um aumento da área plantada de 10% em relação à estação anterior. Esta previsão, no entanto, não foi concretizada, uma vez que, à época do plantio, determinadas regiões apresentavam pequena disponibilidade de água para irrigação. Em conseqüência, os agricultores optaram por não semear a totalidade da área inicialmente planejada. Posteriormente, algumas regiões do estado foram afetadas por inundações, fato que obrigou ao replantio nas áreas mais fortemente atingidas. Como resultado, parte da safra gaúcha teve sua colheira atrasada e o frio, que este ano veio mais cedo, pegou parcela significativa da safra ainda na terra. Esta sucessão de adversidades climáticas reduziu a produção do estado para apenas 1,677 milhões de t, contra 2,2 milhões de t previstas, em novembro, pela CFP.

A seca que atingiu o Sul do país em fins de 1978 e início de 1979 provocou uma quebra de safra da ordem de 66% no Paraná, segundo levantamento da Secretaria da Agricultura. A produção obtida (286,7 mil t) é insuficiente para o atendimento das necessidades do estado, avaliadas em 600/650 mil t e a qualidade do produto deixa muito a desejar, segundo informam fontes locais.

Por sua vez, o desempenho do estado de Goiás foi surpreendente. Apesar da produção vir se reduzindo ano após ano, e com uma colheita da ordem de 700 mil t, estimada em novembro/78 pela CFP, o estado obteve uma produção de 1.186 mil t. Isto porque o veranico, um dos maiores problemas da cultura de arroz do Centro-Oeste, não se fez presente este ano em Goiás, permitindo a obtenção de uma produtividade média da ordem de 1.080/1.200 kg/ha. Não tiveram a mesma sorte os produtores do Mato Grosso do Sul. A região de Dourados, principalmente, foi mais uma vez atingida pelo veranico, o que contribuiu para reduzir a produção do estado, prevista em 650 mil t, para aproximadamente 470 mil t.

A diminuição da safra está se refletindo também nas agroindústrias de beneficiamento, principalmente nos estados do Sul do país. No Paraná, que pelo segundo ano consecutivo sofreu uma quebra de produção elevadíssima, os engenhos estão enfrentando um sério problema de capacidade ociosa, devido à reduzida oferta interna de arroz e aos elevados preços praticados nos estados vizinhos. As dificuldades que atravessam os engenhos paranaenses são ainda maiores, pois os empresários encontram-se descapitalizados desde o ano passado, quando a atividade se reduziu em função, também, de quebra da safra.

Assim, a produção brasileira de arroz, atualmente entre 7,7 e 7,9 milhões de t, revela-se inferior à necessidade interna, avaliada em 8,5 milhões de t, obrigando o país a desenbolsar divisas com a importação do produto. Mesmo assim, a inexistência de estoques oficiais dificultará a tarefa de controlar, os índices de inflação.

SERÁ POSSÍVEL CONTROLAR A ESPECULAÇÃO?

O recurso ao mercado internacional foi anunciado no início de março, quando as necessidades de importação eram avaliadas em apenas 140 mil t de arroz beneficiado. Posteriormente, o CMN autorizou a aquisição de até 700 mil t de arroz em casca (equivalente a aproximadamente 470 mil t do produto beneficiado). Após alguns adiamentos, em julho foi realizada a concorrência, mediante a qual a CFP adquiriu 331,5 mil t de arroz beneficiado a um custo de US$ 150 milhões, cujo desembarque em portos brasileiros está previsto para o período de 15/7 a 15/12 de 1979.

As importações contratadas até o momento, mantendo-se a atual previsão de produção, elevarão a disponibilidade interna da atual safra para 8,6 a 8,8 milhões de t de arroz em casca (500 mil t importadas; 7,7 a 7,9 milhões de t produzidas este ano e 407 mil t referentes ao estoques remanescente em 28/2/79, segundo estimativa da CFP). Esta quantidade será suficiente para o atendimento das necessidades internas.

No entanto, a folga da quantidade de arroz disponível é suficientemente reduzida para tornar impossível o controle da oferta. Este problema ficará mais crítico durante o período setembro-março quando os preços do arroz tendem a se elevar a taxas maiores. O combate aos eventuais movimentos especulativos, este ano, estará comprometido, uma vez que os estoques oficiais praticamente inexistem, e o governo só poderá exercer controle efetivo sobre o produto importado.

É bom lembrar, ainda, que a chegada do arroz estrangeiro está escalonada ao longo do ano, estendendo-se até dezembro, o que torna ainda mais difícil a administração do estoque. Isto sem contar com a possibilidade de eventuais atrasos de entrega. Objetivando engordar seu minguado estoque, a CFP vem empreendendo, desde o início da colheita, tentativas de adquirir o produto no interior, dispondo-se, inclusive, a pagar um preço acima do mínimo. No entanto, as cotações vigentes atualmente no mercado encontram-se em patamar bastante superior ao que a CFP pode atingir. Assim tais tentativas não tem frutificado.

Portanto, a esperança de que se normalizasse o abastecimento interno de arroz em 1979, torna-se cada vez menor. Da ágil e eficaz ação dos órgãos oficiais, dependerá a ocorrência ou não de maiores problemas nos diversos centros de consumo do país. Por outro lado, a moderação e o realismo com que forem implementadas as ações governamentais de curto prazo, por certo contribuirão para a formação, desde já, de expectativas otimistas entre os produtores para a próxima safra.

O "PACOTE AGRÍCOLA" DISTRIBUI OTIMISMO

A experiência recente da produção de arroz no Brasil tem mostrado que, no curto prazo, as condições climáticas determinam, de forma importante, a quantidade a ser colhida em cada safra. No entanto, esta constatação não nos autoriza a desprezar variações de produção decorrentes da expectativa do produtor rural, a qual é formada, em linhas gerais, pelo comportamento dos mercados dos diversos produtos agrícolas, bem como pela política econômica relativa ao setor.

Neste sentido, a divulgação do chamado "pacote agrícola" tem desempenhado importante papel. Apesar das fundadas dúvidas que parcelas do setor agropecuário conservam quanto ao alcance das medidas anunciadas, o otimismo com que foram veiculadas as medidas, bem como a constante reafirmação, em pronunciamentos oficiais, da prioridade à agricultura, são fatores que provavelmente, vêm contribuindo para a formação de expectativas otimistas entre os produtores rurais.

Entretanto, a investigação sobre as intenções de plantio dos produtores de arroz, deve partir de um quadro de análise composto pela significativa tendência à retração da área cultivada verificada em alguns estados produtores. Acreditamos, contudo, que em 1979 esta tendência deverá ser refreada pelo otimismo que já prevalece no setor produtivo. Otimismo derivado tanto dos preços praticados no mercado, quanto das inovações de política agrícola recentemente divulgadas.

Uma das medidas incluídas no pacote a vigorar na próxima safra, refere-se à determinação de valores básicos para cálculo do custeio agrícola, relacionados com as diversas faixas de produtividade. Objetivando investigar o aumento, em relação à safra passada, do crédito disponível por unidade de produto, foi elaborada o Quadro 2. Nas colunas 2 e 4 estão listados os valores financiáveis por saca de 50 kg de arroz que se referem, respectivamente, aos limites inferior e superior de cada faixa de produtividade. Assim, a segunda linha da tabela, que se refere à faixa de produtividade de 1.001 a 1.300 kg/ha, apresenta: o VBC por hectare cultivado (col. 1) o valor financiado de cada saca, calculado considerando-se os limites inferior e superior da faixa de produtividade (col. 2 e 4); os aumentos percentuais dos valores financiáveis por saca, em relação ao percentual financiável (Cr$ 112,00/sc) do preço mínimo da safra passada (col. 3 e 5).

Observando-se as colunas 3 e 5, nota-se que os percentuais de reajustes, relativos aos limites inferiores das faixas de produtividade, apresentam sempre aumentos significativamente mais elevados do que os relativos aos limites superiores de produtividade. Esta distorção não se verificava na antiga sistemática, que permitia a determinação de montantes de financiamento por área cultivada para níveis contínuos de produtividade.

O outro aspecto importante refere-se aos reajustes de valores financiáveis por saca que na nova sistemática, são significativamente inferiores nos níveis maiores de produtividade. No entanto, é difícil acreditar que os gastos de custeio de um produtor de arroz irrigado, cuja produtividade esperada, em 1978, era de 4.000 kg/ha, por exem exemplo, tenham-se elevado em apenas 29% este ano.

PREÇOS MÍNIMOS: SEM CONFLITOS ESTE ANO

Em relação à fixação dos preços mínimos, provavelmente não se verificarão em 1979 as tradicionais disputas entre as autoridades do setor agrícola e da área monetária. Isto porque o preço mínimo, ao deixar de ser valor de referência para o cálculo do crédito de custeio, não terá influência sobre a tão temida expansão do crédito. Adicionalmente, a necessidade iminente de formação de estoques de segurança, no próximo ano, deverá facilitar ainda mais o entendimento quanto aos reajustes que deverão ser concedidos.

Vale acentuar que os preços relativamente elevados do arroz talvez dificultem a situação. Entretanto, não deverá ser difícil demonstrar que a elevação dos preços veio tão somente permitir um retorno a patamares mais estimuladores de rentabilidade econômica. Não é, tampouco, difícil especular sobre os efeitos desestimulantes que resultariam de um reajuste insatisfatório. Em 1980, frente às medidas de estímulo à expansão da produção, o produtor de arroz, assim como o agricultor em geral, necessitará mais do que nunca de uma garantia contra as reduções de preço que decorreriam de uma possível safra abundante.

Atuando em sentido contrário, as quebras das duas últimas safras de arroz deverão levar o produtor a, pelo menos, considerar a hipótese de substituir o plantio do arroz. Evidentemente, esta decisão pressupõe a existência de alguma cultura que preencha condições tais como: adaptabilidade ao clima e ao solo da região; menor risco de quebra de safra; perspectiva de preços remu-

neradores; e uma rentabilidade esperada que compense os custos de substituição.

Assim, a hipótese de substituição reúne mais condições de concretização nos estados do Paraná e do Mato Grosso do Sul. Neste último, principalmente na região de Dourados, o veranico provocou redução substancial da colheita de arroz nas últimas duas safras, enquanto a soja tem conseguido, ano após ano, resultados mais animadores. O Paraná apresentou, nas duas últimas safras, quebras de produção acima de 50% em relação à expectativa inicial da colheita. No entanto, parcela substancial da produção do estado é originária de lavouras de subsistência. Essas áreas, evidentemente, deverão apresentar uma redução de plantio bastante inferior a dos estabelecimentos maiores em conseqüência de diversos fatores, entre os quais a desinformação do produtor.

DISPONIBILIDADE DE SEMENTES: PROBLEMA GRAVE

O estado do Rio Grande do Sul sofreu este ano quebra da ordem de 23% em relação à previsão inicial, percentual bastante elevado, considerando-se os padrões tecnológicos da cultura de arroz gaúcha. No entanto, a infraestrutura de produção, beneficiamento e comercialização de que dispõe o estado anula, quase que por completo, a possibilidade de substituição. Acrescente-se, como ponto favorável, que a organização dos produtores gaúchos, em torno de cooperativas, permitirá uma compensação aos possíveis prejuízos financeiros através de um maior preço médio de venda que obterão durante o ano.

A disponibilidade de sementes para a safra 1979/80 constitui questão de suma gravidade. A pressão da demanda pelo arroz gaúcho, verificada desde a entrada da safra, vem sendo de tal ordem que, segundo fontes locais, quantidades ponderáveis de semente de arroz estão sendo negociadas como grão. Isto porque o preço mínimo da semente de arroz (Cr$ 240/sc 50 kg) que serve de referência para obtenção de EGF, está de tal forma distanciado do preço de mercado do arroz que induziu alguns produtores à negociação imediata. Um pedido de reajuste do preço mínimo da semente de arroz foi encaminhado às autoridades competentes, que, diante da gravidade do problema, deverão se mostrar sensíveis. Na verdade, a venda de sementes como grão por parte de produtores de sementes deve receber sanção imediata (cancelamento de registro), uma vez que tal atitude ameaça a safra seguinte.

DIFÍCIL AVALIAR O EFEITO SOBRE A ÁREA

Nas regiões em que a cultura do arroz é uma exploração secundária em relação à pecuária, algumas variáveis específicas devem ser consideradas. Em fins de 1977, verificou-se no Brasil a reversão da tendência do ciclo pecuário, iniciando-se um novo período de preços ascendentes para a carne bovina. Esta fase do ciclo que deverá prevalecer até 1981/82, caracteriza-se, ao contrário da anterior, por uma acentuada retenção de bovinos e, conseqüentemente, por um aumento da demanda por fatores de produção para a bovinocultura. Este aumento da demanda é crescente durante o ramo ascendente do ciclo, uma vez que a disponibilidade de animais jovens é reduzida na fase de reversão e, em seguida, aumenta gradativamente.

Assim, a requisição de terras para pastagens deverá aumentar este ano, principalmente nas regiões onde se pratica pecuária mais intensiva, como no estado de São Paulo. Nas áreas de fronteira agrícola, é evidente o incentivo à formação de pastos, o que indiretamente, beneficia a expansão do arroz. Isto porque, nessas áreas, como já foi dito, o pecuarista utiliza-se do cereal, como forma de baratear a tarefa de desmatamento. Nos estados do Maranhão e Mato Grosso, este fenômeno deverá ocorrer em proporções significativas.

Finalmente, devemos ressaltar que as variações anuais da área de arroz, são resultantes da interação de fatores cuja vigência temporal é passageira. O relativo otimismo com que o setor voltado para a produção do cereal encara a próxima safra não permite que seja diagnosticada qualquer reversão das tendências de longo prazo já analisadas. Estas se devem em suma a uma rentabilidade econômica deprimida, cujas causas estão intrinsecamente relacionadas às diretrizes maiores da política econômica dos últimos anos.

QUADRO 2

ARROZ — Valores Básicos de Custeio

Arroz de sequeiro

Faixas de Produtividade kg/ha	VBC Cr$/ha 1979 (1)	Considerando limite Inferior de produtividade		Considerando limite Superior de produtividade	
		VBC por saca de 50 kg (2)	Variação do valor financiado (1979/1978) (3)	VBC por saca de 50 kg (4)	Variação do valor financiado (1979/1978) (5)
até 1000	3.064,00	—	—	153,20	40%
1001 a 1300	3.825,00	191,06	75%	147,12	34%
1301 a 1600	4.550,00	174,86	60%	142,19	30%
1601 a 1900	5.427,00	169,49	55%	142,82	30%
1901 a 2200	6.009,00	158,05	45%	136,65	25%
acima de 2201	6.612,00	150,20	38%	—	—
Arroz irrigado					
até 2200	7.343,00	—	—	166,88	52%
2201 a 2500	8.131,00	184,71	69%	162,62	49%
2501 a 2800	8.772,00	175,37	61%	156,64	43%
2801 a 3100	9.243,00	164,99	51%	149,08	36%
3101 a 3400	9.827,00	158,45	45%	144,51	32%
3401 a 3700	10.472,00	153,95	41%	141,51	29%
3701 a 4000	11.024,00	148,93	36%	137,80	26%
4001 a 4300	11.555,00	144,40	32%	134,36	23%
4301 a 4600	12.163,00	141,39	29%	132,21	21%
Acima de 4601	12.669,00	137,67	26%	—	—

Fonte: CFP.

AVICULTURA

AS PERSPECTIVAS SÃO DE UMA PRODUÇÃO TOTAL DE CARNE DE AVES PRÓXIMA DE 1 MILHÃO DE T, EM 1979, O QUE REPRESENTA INCREMENTO DE 16% SOBRE O ANO PASSADO; SENDO QUE SÓ A OFERTA DE FRANGOS PODERÁ EXPANDIR-SE 20%. COM ISSO, A PARTICIPAÇÃO DE FRANGOS NO TOTAL DA PRODUÇÃO DE CARNE AVÍCOLA ALCANÇARÁ 93%. JÁ A PRODUÇÃO DE OVOS, DEVERÁ SOMAR MAIS DE 601 MILHÕES DE DÚZIAS SUPLANTANDO, TALVEZ, A DEMANDA DO PAÍS. DAQUI ATÉ ABRIL, NO ENTANTO, O SETOR DEVERÁ ENFRENTAR DIFICULDADES CRESCENTES NO ABASTECIMENTO DE MILHO E RAÇÕES. HAVERÁ, CERTAMENTE, ELEVAÇÃO DOS PREÇOS DESSES INSUMOS, O QUE PODERÁ RESULTAR EM DESESTÍMULO À PRODUÇÃO.

A partir de 1974, a produção de carne de aves acelerou bastante o seu ritmo de crescimento. Tal fato ocorreu apesar dos transtornos observados no suprimento interno de matéria-prima e da constante turbulência no mercado de carnes, decorrente da indefinição de política governamental para o setor de pecuária bovina.

Por outro lado, o país vem se impondo, gradativamente, no comércio exterior de frango congelado. Assim é que, após um tímido início com 3,4 mil t exportadas em 1975, o país captou, ano passado, um volume de divisas da ordem de US$ 47 milhões através de uma exportação total de 50,8 mil t, aproximadamente 5,2% do total comercializado mundialmente (veja Quadro 1).

O expressivo crescimento da produção de carne de frango nos últimos anos (60% entre 1975 e 1978) se constituiu em uma resposta ao deficit existente no abastecimento interno de carnes, na medida em que o setor de carne bovina vem registrando seguidas baixas no total produzido anualmente. Assim, os níveis de preços praticados no período são responsáveis por uma significativa alteração no perfil do consumo de carnes no país, favorecendo os segmentos pecuários produtores de carnes substitutas.

A colocação de parte considerável da produção de frangos no mercado externo (apesar da necessidade de alocação de subsídios para sua efetivação) torna evidente a premência destas vendas para regular o mercado, já que a destinação total da produção para o consumo interno resultaria em desestímulo ao setor produtivo, devido à excessiva compressão dos preços. Por esta razão é que se verifica um crescimento do excedente exportável a um ritmo superior ao experimentado pelo aumento do consumo interno, estimado em mais de 10 kg per capita/ano nas áreas urbanas. Deve-se ressaltar que este índice leva em conta tão somente a produção industrial de frangos, desconsiderando-se o consumo e a produção extensiva da zona rural.

Por outro lado, o setor avícola ***de postura*** vem apresentando um ritmo de crescimento bem inferior ao da produção de carne de aves, em razão, sobretudo, da incerteza com relação à política governamental para o setor. O tabelamento efetivo dos preços de ovos, ou a constante ameaça de o mesmo vir a ser adotado, constituem sérios entraves ao planejamento da produção e, por conseguinte, obstaculizam a entrada de novos investimentos no setor. Dessa forma, a produção brasileira de ovos, entre 1973 e

1978, apresentou crescimento de somente 21%, o que pode ser encarado como uma evolução bastante modesta se comparada àquela registrada, no mesmo período, no setor de corte.

Na verdade, tem ocorrido um certo desinteresse pelo setor de postura, uma vez que, no início da década, a expansão acelerada da capacidade produtiva interna de ovos gerou uma oferta superavitária do produto, depreciando seus preços de mercado. Em anos recentes, a constante preocupação governamental quanto à evolução dos preços do produto, levou os avicultores a não intensificar o ritmo de crescimento da produção, que se manteve totalmente estagnada em 500 milhões de dúzias, entre 1974 e 1975.

Eventualmente, porém, o comportamento sazonal do mercado de ovos (manutenção de cotações elevadas durante o 1º semestre e queda após) pode apresentar alteração em conseqüência de movimentações atípicas da demanda, ditadas por algum fator conjuntural. Isto verificou-se em 1978, quando o processo sazonal de queda dos preços de ovos, geralmente observado a partir de julho, iniciou-se apenas no último trimestre. Tal fato ocorreu porque as classes de renda mais baixa pressionaram a oferta do produto, visto como um substituto da carne. Ainda em 1978, o crescimento da produção de ovos pode ser considerado atípico, pois, em comparação a 1977, evoluiu em mais de 10% (enquanto a média dos incrementos anuais, de 1969 a 1977, vinha sendo de 2,5%). Assim, a produção brasileira de matrizes para postura fechou o ano com um total de 766.497 aves (ou seja, 24,9% a mais do que o verificado em 1977).

A causa do aumento inédito na produção de ovos e de matrizes pode ser encontrada na razoável lucratividade alcançada, ano passado, pelo setor. Assim, a média anual do preço relativo ovo/ração atingiu 2,95, que é o nível mais elevado desde 1972. Esta alta apoiou-se, em grande parte, na média (3,35) deste indicador para os seis primeiros meses do ano (veja gráfico 1). Já no 2º semestre de 1978, enquanto o aumento acelerado (44,9%) do preço do kg da ração para poedeiras denunciava o aperto cada vez mais acentuado no fornecimento deste insumo à avicultura, o preço médio recebido pelos produtores por uma dúzia de ovos, decrescia em 14,6%. Daí a compressão verificada nos lucros do setor de postura, evidenciada pela queda de 41%, de julho a dezembro, no preço relativo ovo/ração.

Os preços para o setor de corte, por sua vez, também não chegaram a repetir, em 1978, a sazonalidade que lhes é inerente (queda acentuada no 1º semestre e elevação após). As altas cotações atingidas pela carne bovina na primeira metade do ano contribuíram de modo a transferir para a carne de aves parte da preferência do consumidor. Esse aumento na demanda inverteu a tendência sazonal de baixa de preço e fez com que o

QUADRO 1

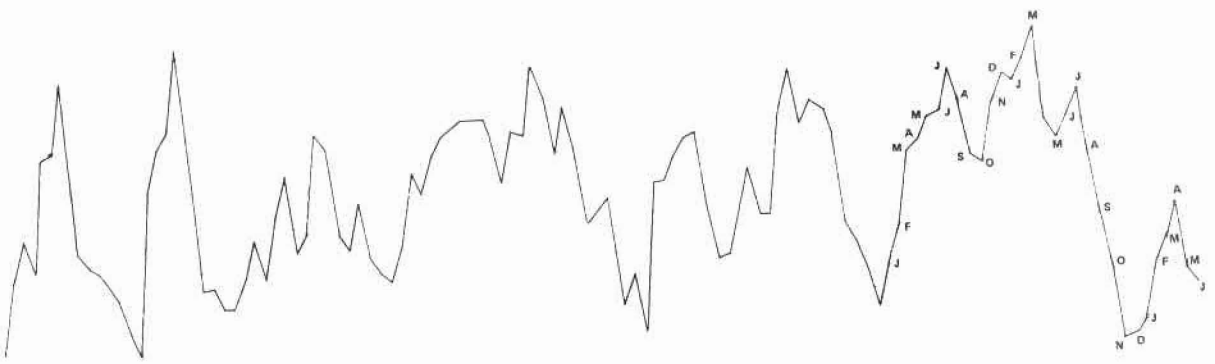
BRASIL
Produção e Incremento de Carne de Frango, Exportação, Valor das Exportações e Valor por Tonelada Exportada de Frangos Congelados
1973-1978

ANO	Produção (mil t)	Incremento (%)	Exportação (mil t)	Valor das Exportações (mil US$)	Exportação (US$/t)
1973	401,0		–	–	–
1974	434,0	+ 8,2	–	–	–
1975	484,0	+11,5	3,4	3.300	971
1976	551,6	+14,0	19,6	19.500	995
1977	631,5	+14,5	32,8	31.500	960
1978	772,8	+22,4	50,8	46.900	923

Fontes: UNEF, UBA, ABEF.

GRÁFICO 1

PREÇOS RELATIVOS OVO/RAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO
(1970-junho-1979)



Fonte dos Dados Brutos: IEA/Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo.

kg do frango no varejo, em São Paulo, se elevasse de Cr$ 20,68, em janeiro, para Cr$ 23,87 em junho (no mesmo período, o preço médio, também no varejo, do kg da carne bovina, em São Paulo, foi de Cr$ 32,36).

É importante destacar também que os aumentos ocorridos nos custos de produção pesaram bastante no setor durante todo o ano, o que pode ser comprovado através do preço relativo frango/ração, que, de março a junho de 1978, experimentou decréscimo de mais de 40% (veja gráfico 2). Comparando-se os 2 semestres de 1978 com os de 1977, observa-se que, enquanto o ganho, no 1º semestre do ano passado, foi de 28,3%, no 2º semestre a média do preço relativo ficou 7,5% abaixo daquela de 1977. Esta queda na rentabilidade da exploração, na segunda metade do ano, deveu-se, primordialmente, à pequena disponibilidade de milho, tendo ficado os avicultores à mercê da liberação das exíguas cotas do grão, fornecidas pela CFP com bastante atraso. À medida que se aproximava o final do ano, as fábricas de ração aumentavam a relutância em aceitar novos clientes, deixando claro que sua produção já se encontrava totalmente comprometida.

Desta forma, de janeiro a dezembro de 1978, os preços de rações para frango de corte apresentaram uma evolução acumulada de 63,2%, contra 57,3% no preço do frango de corte no mesmo período, ficando, assim, evidente o descompasso entre receita e custos operacionais do setor de corte, apesar de ter ocorrido um aumento considerável no consumo interno de carne de frango.

Não é arriscado dizer que o setor avícola nacional iniciou 1979 com uma intenção definitivamente tomada: a de continuar a tirar partido da alta continuada dos preços da carne bovina para expandir sua parcela do mercado consumidor. Parte desse propósito evidencia-se pelos números da produção acumulada de matrizes para postura e para corte que, de janeiro a maio de 1979, apresentou aumento, respectivamente, de 20,4% e de 12,9% em comparação ao mesmo período de 1978.

Reina, no entanto, no setor de postura, expectativa de que a queda sazonal de preços no 2º semestre deste ano (devido à maior ofer-

ta) venha a ser bastante acentuada. O grande aumento verificado, durante os 5 primeiros meses do ano, no preço da dúzia de ovos (25,9%), contraposto à elevação de 10%, no mesmo período, no preço da ração para poedeiras, se, por um lado, aumentou a lucratividade do setor, por outro, permite levantar a hipótese de um incremento de 5% na produção de ovos, este ano, em comparação ao produzido em 1978. Desta forma, a oferta total do produto deverá somar mais de 601 milhões de dúzias, suplantando, talvez, a demanda do país.

A partir de agora, o setor deverá enfrentar dificuldades crescentes no abastecimento de milho e rações, que deverá ser deficitário (em decorrência da entressafra de milho e de soja), o que, forçosamente, elevará os preços destes insumos que respondem por 90% dos custos das rações. Um comportamento pouco favorável dos preços relativos poderá resultar em desestímulo à produção, levando os avicultores a ampliar a taxa de descarte através do envio ao abate de maiores quantidades de poedeiras.

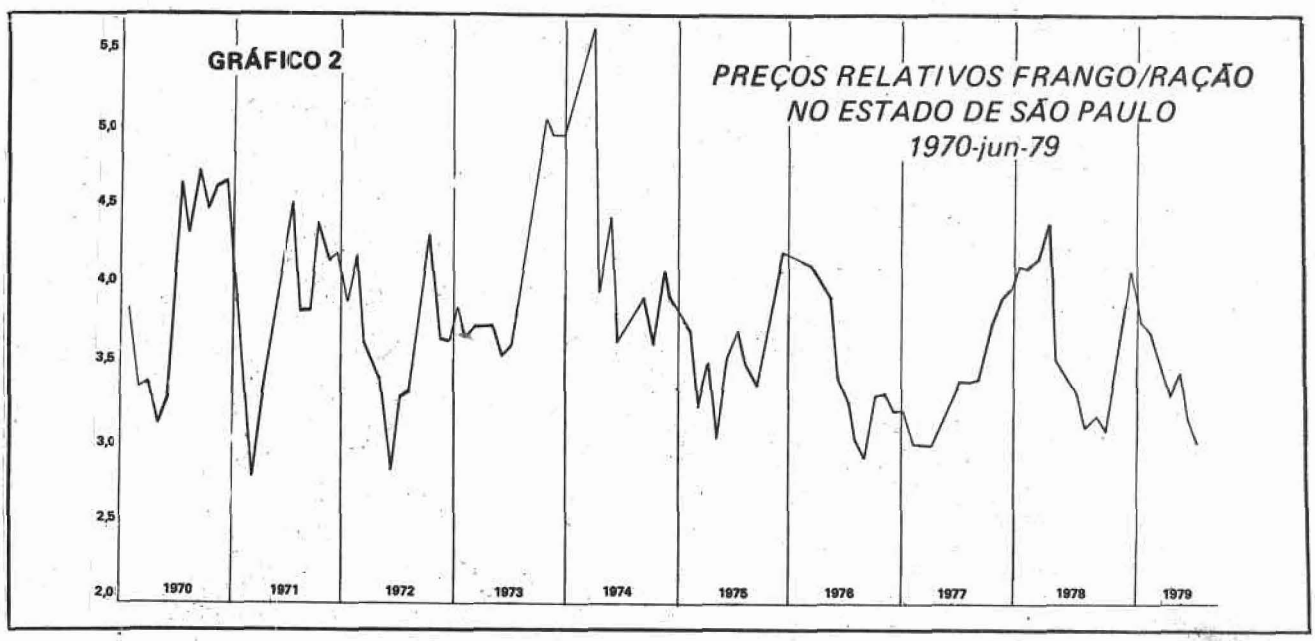
No setor avícola de corte, as perspectivas para 1979 apontam uma produção total de carne de aves próxima a 1 milhão de t, num incremento de 16% sobre o montante produzido ano passado (863.000 t).

Observe-se, no entanto, que o crescimento isolado do setor de carne de frango, no presente ano (aproximadamente 20% a mais do que o produzido em 1978), levará a 93% a participação deste sobre o total de carnes avícolas, contra 90% ano passado.

Paralelamente, as exportações brasileiras de frangos congelados deverão somar mais de 70 mil t, ou seja, 38% acima do volume exportado em 1978.

No entanto, a maior rentabilidade da produção de carne de aves, apoiada no tripé preço do milho atrativo, incremento do consumo e preços relativos favoráveis, poderá ser uma faca de dois gumes, uma vez que o consumo interno, embora em expansão, pode não acompanhar o aumento da produção, tornando a oferta interna superior à demanda. Desta forma, a regulação do mercado interno ficaria numa dependência ainda maior das medidas de estímulos à exportação de frangos congelados, de modo a intensificar a agressividade brasileira no mercado internacional.

Mesmo levando-se em conta que estrangulamentos mais sérios já foram superados (tais como a insuficiência de navios frigoríficos), ainda persistem alguns, que, ao desaparecerem, deverão aumentar a competitividade do produto nacional frente aos tradicionais exportadores norte-americanos e europeus. A falta de linha de crédito governamental destinada à estocagem do produto a ser exportado e a insuficiência dos subsídios à exportação são, hoje, os principais problemas do setor. Apenas uma mudança nestes dois itens poderia significar, em 1980, uma exportação de mais de 100 mil t de frangos congelados.



A BARREIRA DAS 300 MIL T DE AMÊNDOAS DEVERÁ SER SUPERADA EM BREVE, PELO BRASIL, GRAÇAS AO RÁPIDO PROCESSO DE RENOVAÇÃO DE CACAUAIS E AMPLIAÇÃO DA ÁREA PLANTADA. AS ÚLTIMAS ESTIMATIVAS DIVULGADAS PARA O ANO AGRÍCOLA DE 1978/79 JÁ MOSTRAM O BRASIL OCUPANDO A SEGUNDA POSIÇÃO ENTRE OS PRODUTORES MUNDIAIS. ENTRETANTO, A ELEVAÇÃO DAS COTAÇÕES INTERNACIONAIS PODE ESTIMULAR UM GRANDE PRODUTOR, COMO GANA, A MOBILIZAR OS SEUS "ESTOQUES" DE CACAUAIS COM O OBJETIVO DE AUMENTAR A SUA PARTICIPAÇÃO NO MERCADO. TAL POSSIBILIDADE PODERIA MODIFICAR A ATUAL HIERARQUIA DE PAÍSES PRODUTORES.

A safra temporã da região cacaueira baiana deverá alcançar entre 156 mil t e 174 mil t de amêndoas no período maio-setembro de 1979. Com isto, não se realizará a previsão estimativa de muitos corretores de que, durante o ano agrícola internacional de 1978/79 (1/10/78 a 30/9/79), o Brasil produziria 300 mil t.

De fato, considerando que a Bahia é responsável por aproximadamente 95% do cacau do país, e que a safra principal do ano agrícola brasileiro de 1978/79 (1/5/78 a 30/4/79) alcançou, naquele estado, 108 mil t, teríamos, para o período internacional equivalente, produção total de 277,8 a 297 mil t. Um pouco abaixo, portanto, das previsões que estão sendo divulgadas.

Quanto à estimativa para a safra principal do ano agrícola brasileiro de 1979/80 (de 1/10/79 a 30/4/80), a previsão é de que se mantenha a produção do ano anterior.

Neste quadro, o comportamento das exportações de cacau segue a mesma tendência. Apesar de muitos acreditarem que este ano se deverá alcançar, pela primeira vez, o patamar de 1 bilhão de dólares, o Brasil deverá receber em divisas com o cacau cerca de 900 milhões de dólares, que representam um volume total exportado de 260 mil t de amêndoa (ou o equivalente em produtos). De qualquer modo, é preciso destacar que o valor das exportações deste ano ainda terá sido beneficiado pelos altos preços externos praticados em fins de 1978, que estavam entre 30 a 35% acima das cotações atuais do cacau em amêndoas. Isto porque muitas entregas que se realizaram no primeiro semestre foram contratadas no final do ano passado.

Uma produção privilegiada

Em função da estrutura de comercialização interna do cacau que, ao contrário da existente nos grandes produtores africanos, não sofre influência governamental direta sobre os preços pagos aos agricultores, a lavoura de cacau brasileira tem sido bastante beneficiada por estes três últimos anos de cotações elevadas no mercado externo.

O agricultor brasileiro tem recebido entre 70 a 80% do valor médio, em cruzeiros, do preço diário dos mercados (calculado como a média dos três primeiros futuros das bolsas de Nova Iorque e Londres) enquanto os produtores africanos não chegam a receber 40% daquele valor. Considerando ainda os subsídios dados ao cré-

dito para investimento e custeio das lavouras, verifica-se que o quadro existente para os cacauicultores era bastante favorável.

Assim, grande parte dos produtores aderiram ao programa de renovação e implantação de cacauais – PROCACAU, aumentando suas propriedades. Observou-se mesmo a entrada no ramo de novos produtores, diante das margens de lucro alcançadas.

Esta capitalização acelerada, ocorrida entre 1975 e 1977, com inversão de grande parte dos lucros em aquisição de terras, permitindo também aos produtores uma maior capacidade de obtenção de empréstimos para a implantação de novos cacauais, vai explicar, por sua vez, alguns problemas vividos hoje pelo setor.

Baseando-se em um rápido programa de expansão da cultura, com todas as vantagens oferecidas pelo PROCACAU, os custos da produção aumentaram consideravelmente sem que houvesse compensações proporcionais do lado dos preços no mercado internacional, como era esperado.

O crescimento da demanda por mão-de-obra, por exemplo, fez com que seus custos se elevassem com grande rapidez, atingindo, hoje, valores equivalentes a até 2,5 vezes a diária do salário-mínimo regional para a mão-de-obra temporária. Com isto os lavradores começam a defrontar-se com reduções em suas margens de lucro. A confrontação entre a elevação dos preços de insumos e a dos valores internos do cacau; a cada ano, mostra uma queda gradativa na relação preços recebidos/preços pagos por produtores.

Segundo os produtores, os preços atuais, apesar de já terem atingido entre Cr$ 900,00 e Cr$ 1.000,00 por arroba, para entrega futura, não são considerados remuneradores. A verdade, no entanto, é que a aceleração das desvalorizações cambiais vêm contribuindo para atenuar essa queda da lucratividade.

Por outro lado, são remotas as perspectivas de ganhos reais nas cotações internas nos próximos anos, em vista da entrada em produção das áreas implantadas e renovadas dentro do sistema PROCACAU, que tendem a oferecer incrementos constantes na oferta sem a devida cobertura de crescimento da demanda interna e externa, provocando quebras nas cotações internacionais, com reflexos na remuneração interna.

O maior produtor mundial?

As projeções do PROCACAU apresentavam o Brasil como o futuro maior produtor de cacau. Algumas considerações sobre o mercado internacionais devem ser feitas, para julgar-se a validade deste objetivo.

A barreira das 300 mil t de amêndoas por ano deverá ser superada em breve (no máximo em três anos). Tal fato se deve basicamente a que o Brasil é o único país produtor cuja lavoura de cacau passa por um rápido e vultoso processo de renovação e ampliação, além de ser o único entre os grandes produtores onde os preços internos não sofrem controle direto do Estado.

As últimas estimativas divulgadas para o Ano Agrícola de 1978/79 dão ao nosso país a garantia da segunda posição entre os maiores produtores mundiais com estimativa de produção total entre 275 e 300 mil toneladas, superado apenas pela Costa do Marfim, que deverá produzir entre 300 e 320 mil toneladas, dentro de uma produção mundial atualmente calculada como situada entre 1.438.000 e 1.467.000 toneladas.

Por outro lado, as produções de Gana e Nigéria continuam apresentando quebras continuadas. Nesta safra tais quebras deverão alcançar um total de 55.000 t, representando cerca de 12% da produção dos dois países na safra 1977/78. Entre outros motivos para tal situação, destacamos a perda de interesse relativo da Nigéria, ao passar à condição de país produtor de petróleo, com a conseqüente migração interna para atender à demanda por mão-de-obra da exploração de óleo, em prejuízo da lavoura, e a aceleração do abandono de lavouras em Gana como conseqüência dos baixos preços internos do produto.

Entretanto, não se pode esquecer, principalmente no caso de Gana, que uma elevação nas cotações internacionais, associada a uma maior estabilidade política e a uma maior participação dos produtores nas receitas obtidas com a exploração, poderá fazer com que se mobilizem os "estoques" de cacauais existentes. E, mesmo, que se estruturem programas de renovação e implantação de lavouras, a exemplo do que está ocorrendo no Brasil. Tal possibili-

dade, então, poderá inverter a atual hierarquia no mercado produtor.

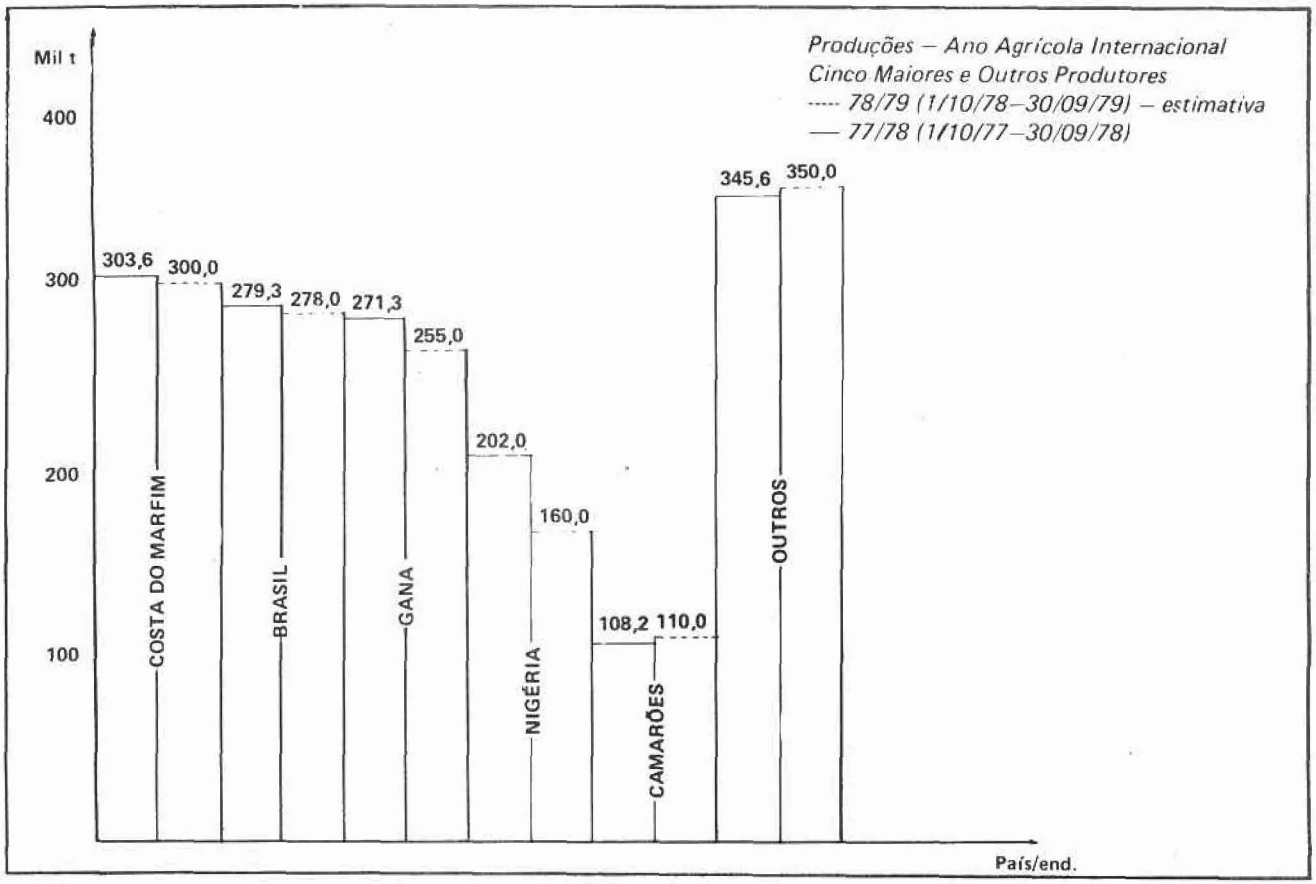
Dificuldades para um acordo

Quanto à hipótese de uma regularização do mercado através da ratificação de um acordo internacional, as possibilidades não são muitas. A segunda sessão de negociações para substituição do acordo de 1975 teve início em 16 de julho último, em Genebra, sem que tenha havido progresso aparente nas posições de produtores e consumidores. Os primeiros fecharam questão em torno de um preço mínimo de US$ 1.86/lb peso, enquanto os consumidores não admitiram um preço superior a US$ 1.15/lb peso.

A primeira hipótese é de que simplesmente se ratifique o acordo de 1975. Como seu prazo de validade termina em 30 de setembro deste ano, a sessão de negociações em curso, sob pressão constante, poderá optar pela revalidação, mesmo entendendo sua total ineficácia como regulador de preços do produto.

Uma segunda hipótese – de conciliação – talvez seja ainda mais remota. Em tese, ambos os lados poderiam se apresentar mais flexíveis, chegando-se a um consenso quanto a um preço médio em torno de US$ 1.50/lb peso. Assim, seria mais fácil acomodar o mercado, sem que fosse preciso efetivar grandes compras (o que seria necessário para a criação de um estoque regulador que pretendesse elevar as cotações anuais para a faixa de US$ 1.86 a US$ 2.26/lb-peso, segundo foi proposto inicialmente pelos produtores).

Entretanto, parece certo que a delegação americana não ratificará qualquer solução, se esta estiver fora dos limites de preços propostos pelos países consumidores durante a primeira sessão de negociações (75 cents a 115 cents/lb-peso). E, por sua posição de primeiro consumidor mundial, os Estados Unidos seriam de primordial importância para a manutenção da tendência de crescimento positivo da demanda. Sua ausência, inclusive, tem sido um dos fatores impeditivos de um maior crescimento na demanda do produto, pois é o responsável pelo incentivo à utilização de substitutos de cacau. Assim, sem sua participação, parece irreal a



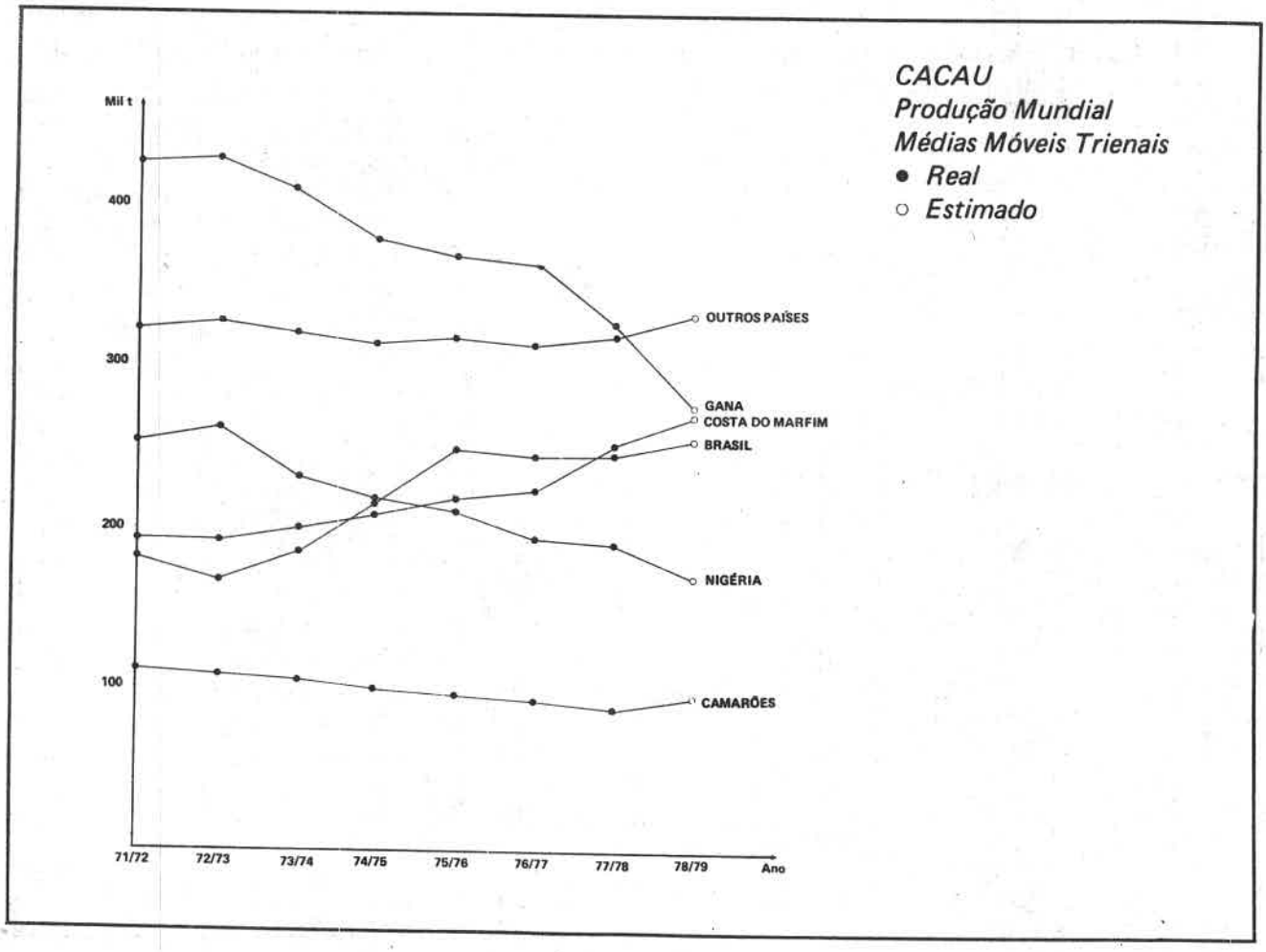
possibilidade, por exemplo, de se efetivar bloqueios à utilização de sucedâneos.

A terceira hipótese — a não ratificação de qualquer compromisso internacional — talvez constitua, neste quadro, a melhor opção para os países produtores. Isto porque os aumentos havidos nos custos de produção de amêndoas e produtos de cacau, devidos à elevação dos preços de energia, transporte e mão-de-obra, não permitem que os países produtores se satisfaçam com preços inferiores aos existentes, no momento, nos principais mercados do mundo. Este será, provavelmente, o comportamento adotado pelo Brasil, entre outros motivos pela facilidade que proporcionaria à liberação de cotas internas de exportação.

Uma política mais eficaz

Tratando especificamente da produção cacaueira no Brasil, observa-se hoje a necessidade de uma política mais eficaz de comercialização da produção, de modo a obter maiores ganhos no mercado externo, ao mesmo tempo em que possibilita o repasse destas vantagens ao produtor. Para isso, programas de treinamento e especialização de pessoal se tornam tão ou mais essenciais que os de aumento acelerado da produção. Do mesmo modo, maior liberdade de atuação de cooperativas de produtores, com utilização de linhas de crédito de comercialização e liberação de cotas de exportação, permitirá a efetivação de melhores preços internos a um maior número de produtores.

Finalmente, a podridão parda, que até agora apresentou baixa incidência, pode tornar-se um fator de redução da safra cuja colheita será iniciada em outubro deste ano, o que trará uma redução na disponibilidade do produto brasileiro nos últimos meses de 1979 e no início de 1980, mas não deverá comprometer o volume total exportado, bem como as receitas de exportação previstas para o ano em curso.



EM 1979, O BRASIL CERTAMENTE ALCANÇARÁ, PELO MENOS, A MESMA RECEITA ATINGIDA NO ANO PASSADO PELAS EXPORTAÇÕES DE CAFÉ. MAIS UMA VEZ, AS GEADAS OCORRIDAS NO PAÍS IRÃO ELEVAR AS COTAÇÕES INTERNACIONAIS DO PRODUTO NO SEGUNDO SEMESTRE DESTE ANO. ESTA EXPECTATIVA, ENTRETANTO, NÃO PODE SER VISTA APENAS SOB O ÂNGULO OTIMISTA. A PRODUÇÃO POTENCIAL BRASILEIRA – DE 30 MILHÕES DE SACAS/ANO – EXIGE UM ESFORÇO TANTO PARA A RECONQUISTA DE MERCADOS TRADICIONAIS QUANTO PARA A ABERTURA DE NOVOS.

O inverno do hemisfério sul sempre provoca nos negócios de café um nervosismo ainda maior que o habitual. Isso porque a possibilidade de uma geada no Brasil pode afetar o suprimento mundial do produto por uma, duas e até mais safras. Assim, de maio a agosto, as cotações internacionais incorporam uma componente altista cuja intensidade maior ou menor, dependendo dos níveis dos estoques mundiais, da perspectiva de produção dos demais países produtores, etc.

A conjuntura do mercado, nesses períodos, caracteriza-se, então, por uma grande sensibilidade às variações de temperatura nas regiões produtoras do Brasil. Tentando tirar proveito do nervosismo que domina o mercado nesta época do ano, tanto ofertantes quanto demandantes de café lançam mão de diversos artifícios. Assim é que os produtores dão amplo destaque às notícias de massas frias situadas em regiões próximas às áreas de produção, bem como, ao primeiro sinal de queda de preços, anunciam o fechamento dos registros de exportações, promovem reuniões de países produtores, etc. Por sua vez, os importadores tentam, discretamente, antecipar suas compras correspondentes aos meses de frio, para tornar possível um relativo afastamento do mercado naquele período. Tampouco se cansam de, ao menor sinal de elevação dos preços, acenar mais uma vez com o perigo da redução de consumo de café em seus países.

A respeito, vale lembrar que a redução do consumo ***per capita***, nos principais países consumidores, se verifica há vários anos e decorre de uma série de fatores, e não apenas das oscilações dos preços internacionais do café. Em 1976 e 1977, no entanto, a campanha de boicote ao consumo de café acelerou fortemente a tendência pré-existente de substituição do produto pelos consumidores. Na época ela serviu, também, aos interesses de curto prazo das empresas, uma vez que, de início, seu efeito sobre os preços internacionais se fez sentir mais fortemente do que sobre os preços de venda no varejo. Assim, a margem de lucro das torrefadoras norte-americanas e européias foi inflada. Quando os preços domésticos voltaram a declinar, no entanto, as empresas passaram a ser também prejudicadas. Não é por outro motivo que, atualmente, essas empresas cogitam de aplicar recursos para promover o consumo do produto. É difícil supor, portanto, que as grandes torrefadoras norte-americanas e européias em-

preendam, como no período 1976/77, ou sequer permitam que se verifique em seus países, novas campanhas de boicote ao consumo de café.

Mas, no mercado livre, ameaçar, pressionar, seja lá com que armas for, é sempre permitido. No entanto, os países produtores vêem, ano a ano, reduzir-se seu poder de influência sobre o mercado, apesar das pressões desencadeadas por eles próprios. Isso porque depois de superada a situação de escassez decorrente da geada de 1975, vem se verificando uma gradual recuperação dos estoques internacionais de café e, em conseqüência, reduzindo-se os possíveis efeitos da tática de retrações leves da oferta. Até mesmo a perspectiva de modificações mais duradouras, não tem logrado efeito maior sobre os níveis de preços. No inverno de 1978, por exemplo, os grandes importadores anteciparam suas compras de algumas semanas e mantiveram-se praticamente afastados do mercado durante os meses de frio. Em conseqüência, os preços cairam dia após dia, até que, em agosto, geou no Brasil.

Este ano, no entanto, a geada antecipada surpreendeu a todos. No dia 31 de maio, antes portanto da chegada do inverno, uma geada relativamente forte atingiu o sul de Minas Gerais e o norte de São Paulo. Como de costume, seguiu-se a já famosa guerra de estatísticas de quebra de safra. Enquanto os produtores afirmavam que as colheitas, deste e do próximo ano, estariam comprometidas em percentuais elevadíssimos, o Departamento de Agricultura dos EUA (USDA) garantia que a safra atual não seria afetada e a próxima talvez sofresse redução de, no máximo 25%. Interessante notar que estas estimativas foram levantadas em tempo recorde, e anunciadas poucos dias após a geada. Avaliações mais confiáveis só se tornaram disponíveis cerca de 15 dias mais tarde.

Não obstante a incerteza inicial com relação aos verdadeiros danos provocados pela geada, os preços sofreram contínua elevação até fins de junho. A cotação do café em Nova York para entrega em setembro, elevou-se de US$ 1,5825/libra peso em 31/5 para US$ 2,2153/libra-peso em 29/6. No entanto, assim que foi superado o pânico inicial, voltou a acontecer o jogo de boatos e ameaças dos negociantes. Assim, muito se acenou com a iminente retração do consumo de café; uma série de denúncias foram feitas de que os produtores — todos países subdesenvolvidos — estariam organizando um cartel do café, esquecendo-se de que café não é petróleo; e, finalmente, quantidades de reuniões de exportadores foram realizadas para que, evidentemente, nada fosse decidido. Com toda essa encenação, as cotações começaram a declinar a partir dos primeiros dias de julho.

PIORA A QUALIDADE DO CAFÉ DEVIDO À GEADA

Mesmo que a geada não tenha sido forte a ponto de afetar o suprimento mundial para os próximos dois anos, a antecedência com que ocorreu em relação à época de maior risco climático, teve conseqüências que devem ser analisadas. Primeiro, destaca-se o fato de que alguns cafezais das áreas atingidas ainda estavam com seus grãos verdes (a geada não afeta grãos maduros), o que resultou em pequena redução da safra deste ano, bem como na piora da qualidade do café das regiões atingidas.

Além disso, a safra 1979/80, quando da geada, ainda não tinha sido colhida. Assim, os cafeicultores das regiões atingidas, sabendo que sua produção do próximo ano será bastante reduzida, tentarão vender o café da safra 1979/80 pelo melhor preço possível. Em outras palavras, eles procurarão obter, nesta safra, parte da receita que perderão na próxima.

Finalmente, vale assinalar que, devido à sistemática que já vai se tornando praxe, de os países consumidores acelerarem suas compras por volta de abril, o processo de alta iniciado com a geada já encontrou os preços num patamar relativamente elevado. Assim é que a média das cotações da última quinzena de maio do café em Nova York para entrega em setembro era superior em 25% à média de janeiro de 1979 e em 6% à do mês de abril. Contudo, como essa operação de antecipação das compras apenas se iniciava, os estoques dos países consumidores ainda eram reduzidos, o que explica a permanência no mercado das principais empresas durante o período de alta.

Todos esses fatores combinados, aparentemente, deveriam ser suficientes para determinar um comportamento estável dos preços até o fim do inverno. No entanto, durante o mês de julho, as cotações sofreram quedas quase que diárias nas principais bolsas de café. A média do preço do café para entrega em setembro em N.Y., da última semana de julho é inferior em 7% à da última semana de junho. Esta redução de preços, no entanto, pode ser explicada pelo comportamento no mercado do Brasil e da Colômbia, os dois principais exportadores do produto.

De acordo com sua política de expansão de vendas, a Colômbia procurou manter seu preço em um patamar particularmente atrativo em relação aos outros exportadores. Assim, as quedas registradas no mercado internacional foram sempre imediatamente acompanhadas, na Colômbia, por reajustes, para menos, no preço de exportação. Mais uma vez, uma campanha de sustentação de preços foi praticamente anulada pela política colombiana de "vender a qualquer preço", trazendo prejuízos aos demais exportadores.

Por sua vez, as vendas "frias" registradas no IBC logo após a geada, ainda hoje pressionam o mercado para baixo. Quando da ocorrência da geada, era evidente que o IBC, com o objetivo de realizar uma primeira avaliação dos prejuízos, iria suspender os registros de exportação e, ao reabrí-lo, elevaria o preço mínimo e o confisco cambial. No entanto, somente no dia 4 de junho, a suspensão das vendas foi efetuada, permitindo assim que diversos negócios fictícios (avaliados entre 700 e 1 milhão de sacas) fossem registrados.

Contudo, em relação aos 5 primeiros meses do ano, a conjuntura do mercado é ainda favorável, o que permitirá, dentro em breve, a concretização desses negócios. Até lá, os lotes já vendidos, mas ainda à espera de comprador, continuarão impedindo melhores transações para os demais exportadores. Objetivando justamente acelerar a efetivação dessas vendas, o IBC tem manipulado constantemente os valores do confisco cambial e do preço mínimo de registro.

Há poucas semanas, por exemplo, a autarquia reabriu o registro de exportações para embarques apenas em outubro, fixando a cota de contribuição em US$ 122,00/sc (elevada posteriormente para US$ 135/sc) e o preço mínimo em US$ 2,00/lb-peso. Considerando-se os atuais níveis de preços internos e externos, bem como a perspectiva dos preços para os próximos meses, esta determinação, na prática, tem o efeito de deixar livre o mercado para as ofertas de café "pré-registrado".

Assim, os possuidores de registros "frios", bem ou mal, estão realizando suas vendas. Por sua vez, aqueles que não quiseram ou não ousaram utilizar-se do expediente, estão hoje à procura de compradores a US$ 2,00/lb-peso para entrega em outubro próximo. Enquanto isso, como já é rotina, a Colômbia vende.

COLHEITA BRASILEIRA DEVE ATINGIR 19,5 MILHÕES DE SACAS

Alguns analistas têm afirmado que este refreamento da oferta brasileira, objetivando esquentar as vendas "frias", não trará prejuízos maiores, uma vez que, em outubro, as disponibilidades dos principais ofertantes latino-americanos estarão exauridas e as novas safras desses países só aumentarão a oferta mundial em novembro e dezembro. No entanto, é preciso ter em mente que, depois de superado o período de maior risco de geadas no Brasil, as cotações internacionais certamente serão menos atraentes.

As estimativas recentemente divulgadas pela Organização Internacional do Café (OIC) respaldam esta expectativa. Segundo levantamento da OIC, o estoque mundial de café, em 01/06/79, montava a 29,1 milhões de sacas. Ainda segundo a OIC, a produção exportável mundial de café, no período junho/79-julho/80, atingirá 60,3 milhões de sacas (59,5 milhões em 1978/79), enquanto o consumo dos países importadores é previsto em 58 milhões de sacas (57,5 milhões em 1978/79). A estimativa da produção exportável considera uma colheita brasileira da ordem de 19,5 milhões de sacas, já incorporando, portanto, a previsão de quebra decorrente da geada. Assim,

o crescimento esperado da produção supera o aumento previsto para o consumo. Enquanto a produção exportável, segundo a previsão, aumentará em 800 mil sacas, em relação a 1978/79, o consumo dos países importadores deverá sofrer incremento de 500 mil sacas. Em valores absolutos, a produção exportável deverá superar o consumo dos países importadores em cerca de 2,3 milhões de sacas, no período considerado. Assim, a geada no Brasil deverá resultar, tão somente, em uma redução da folga entre a oferta e a demanda mundial de café, em 1979/80.

Se as estimativas acima não indicam uma perspectiva de oferta abundante, tampouco prenunciam uma conjuntura de escassez, como, aparentemente, pretendem as autoridades brasileiras. No contexto de relativo equilíbrio de mercado previsto para os próximos 12 meses, o desempenho da exportação de café, em termos de divisas a serem arrecadadas pelos países produtores, decorrerá, em grau significativo, do acerto das estratégias de vendas que serão implementadas. No Brasil, em particular, a situação preocupante da Balança de Transações Correntes deste ano, (tudo indica deverá persistir em 1980), confere papel de suma importância à política de comercialização de café a ser adotada no ano-safra que ora se inicia.

EXPORTAÇÕES SATISFATÓRIAS NO PRIMEIRO SEMESTRE DO ANO

Muito embora, no primeiro semestre de 1979, o desempenho das exportações brasileiras de café, em termos de quantidades, tenha sido inferior ao previsto, o resultado pode ser encarado como satisfatório, tendo em vista não só a grande concorrência que normalmente se verifica entre os ofertantes, nesse período do ano, como os naturais problemas decorrentes da substituição na direção do IBC. Nos primeiros três meses do ano, o Brasil logrou exportar 2,6 milhões de sacas, (menos 0,4 milhões em relação a igual período de 1978), embora a política de descontos especiais, em uso na época, objetivasse o aumento da quantidade exportada. No segundo trimestre, quando os descontos foram cancelados, a exportação alcançou 3,2 milhões de sacas. A receita dos exportadores de café, nos primeiros seis meses do ano, totalizou US$ 912 milhões. No período considerado, o preço médio obtido por saca exportada apresentou tendência crescente. No primeiro trimestre, situou-se em US$ 145,85/saca, aumentando para US$ 165,23, no segundo. Em junho, o valor médio da saca atingiu US$ 182.

No início do ano, o IBC anunciou que, em 1979, o Brasil exportaria de 13 a 14 milhões de sacas de café. Supondo que esta intenção não tenha sido modificada, apesar das quebras da atual e da próxima safra, teremos ainda que embarcar, no segundo semestre, de 7,1 a 8,1 milhões de sacas. Para que seja obtida a mesma receita de 1978 em termos reais (considerando uma desvalorização do dólar da ordem de 10% a.a., o preço médio corrente das vendas do segundo semestre deverá situar-se entre US$ 200,43/sc e US$ 228,66/sc, caso sejam exportadas 8,1 ou 7,1 milhões de sacas, respectivamente.

Embora os preços atualmente praticados na Bolsa de Nova York estejam em patamar superior ao daquele intervalo, (US$ 268,61/sc no período 1/8 a 24/8 para entrega em setembro/79) a repetição da receita obtida no passado ainda não está assegurada. O aumento da participação mensal brasileira no mercado, como suposto anteriormente, acarretará reflexos negativos sobre os preços. Em sentido contrário, atuariam possíveis notícias sobre reduções na safra dos países que colhem em setembro próximo.

De qualquer forma, é provável que o Brasil obtenha uma receita elevada, em 1979, com as vendas externas de café. A exportação de 13 a 14 milhões de sacas, previsão inicial do IBC para 1979, depende, em primeiro lugar, de uma decisão das autoridades governamentais, uma vez que envolve certo grau de renuncia à política de valorização dos preços do produto..

Por outro lado, as previsões acerca da evolução do consumo mundial, quando comparadas com as estimativas de produção, parecem indicar uma perspectiva de preços levemente declinantes até o próximo inverno do Hemisfério Sul, não se justificando, portanto, a retenção (dentro de uma política ortodoxa) da oferta brasileira. Deve levar-se em consideração que

o potencial produtivo do Brasil monta atualmente a 30 milhões de sacas/ano de café, o que torna urgente, portanto, a ampliação da participação brasileira no mercado internacional.

A disponibilidade de café brasileiro, durante as duas próximas safras, tampouco impõe restrições à expansão necessária da oferta. Se o Brasil exportar 28 milhões de sacas em 1979/80 e 1980/81, e consumir internamente 14 milhões, os estoques remanescentes em 1/7/80 serão de 9,7 milhões de sacas, declinando, no ano seguinte, para 7,7 milhões. Isto, considerando a existência de um estoque no Brasil (inclusive do IBC), em 1/7/79, de 11,2 milhões de sacas, e que sejam concretizadas as estimativas de produção do IBC (19,5 milhões em 1979/80 e 19 milhões em 1980/81).

UMA ALTERNATIVA PARA OS MÉTODOS TRADICIONAIS

Este plano de vendas poderia, no entanto, ser visto como demasiadamente arriscado, uma vez que atravessaríamos dois períodos de inverno no Brasil com um estoque bastante reduzido. Se, eventualmente, uma geada como a de 1975 atingisse, em 1980 ou no ano seguinte, as regiões produtoras do Brasil, a tentativa de aumentar a participação brasileira no mercado internacional certamente se frustraria. No entanto, o crescimento recente das vendas de outros países produtores, principalmente a Colômbia, não permite que se espere pela formação de estoques elevados para dar início à necessária ampliação da exportação brasileira de café, sob o risco de o Brasil perder a liderança no mercado.

Evidentemente, é necessário que a política de valorização dos preços do café seja parcialmente sacrificada, ou que sejam engendradas novas armas que se mostrem capazes de sustentar os preços internacionais sem colocar o país, como diversas vezes ocorreu, na posição de fornecedor residual do mercado.

Uma alternativa em relação aos métodos tradicionalmente usados pelo Brasil seria, segundo afirmam alguns analistas, o estabelecimento de um preço de garantia a níveis elevados e de um generoso esquema de financiamento da comercialização. Esta proposta baseia-se na suposição de que o produtor, dispondo de crédito fácil e de um comprador institucional a bom preço, poderia afastar-se do mercado sempre que as cotações do café não se mostrassem atraentes. Assim, o produtor poderia distribuir ao longo do tempo a comercialização de sua safra, vendendo o produto nos momentos mais propícios.

No entanto, a posição de vendedor residual a que o Brasil vem sendo constantemente relegado, decorre da retração da oferta brasileira promovida pelas autoridades sempre que as condições de mercado não são vistas como atraentes. Quando essa atitude é acompanhada pelos demais países produtores, os resultados costumam ser satisfatórios. Quando não, os demandantes de café obtêm o produto em outras fontes e o Brasil perde mais uma oportunidade de negócios ou, pior ainda, clientes tradicionais. A alternativa proposta por aqueles analistas, contudo, padece do mesmo mal. Isto porque, sempre que a diferença entre o preço internacional e o confisco cambial se tornasse inferior ao preço oferecido pelo IBC, a oferta externa brasileira sofreria forte retração. A menos que as alterações no confisco cambial fossem adequadamente administradas.

O PERIGO DE FORMAÇÃO DE ESTOQUES OFICIAIS

Tendo em vista as grandes oscilações de preços que caracterizam o mercado de café, existiria ainda o risco do governo se ver obrigado a adquirir quantidades indesejáveis do produto. Em 1978, por exemplo, o IBC foi obrigado a comprar, em poucos meses, 8,5 milhões de sacas de café a um preço que, quando estabelecido, era bem inferior ao de mercado.

Parte deste estoque comprado a contragosto, foi negociado, há poucas semanas, em pregões diários na Bolsa de São Paulo. Dada a conjuntura do mercado, essas vendas foram realizadas a preços relativamente compensadores

para o IBC, embora nada indicasse, quando da formação do estoque, que as cotações internas sofreriam tal inversão. As vendas serviram ainda para regular a oferta brasileira de café, enquanto não se iniciava o período de colheita.

Embora reduzido, subsiste o risco, de o IBC ser novamente levado a adquirir café no mercado brasileiro. Como todos sabem, foram aprovados recentemente pelo Conselho Monetário Nacional, três níveis de preço de garantia para o ano safra 1979/80: 1) Cr$ 3.000,00/sc, a vigorar no período junho/dezembro/79; 2) Cr$ 3.800,00/sc para janeiro/abril/80 e 3) Cr$ 4.200,00/sc para abril/junho/80. Na mesma oportunidade, foi fixado, em 60%, o percentual financiável por saca, para cálculo do crédito de comercialização.

É PRECISO UM ESFORÇO PARA AUMENTAR AS EXPORTAÇÕES...

Admitindo a hipótese de que, em janeiro de 1980, a saca de café venha a ser cotada no mercado internacional a US$ 251,43 (média dos preços para entrega em dezembro/79, no período 1/8 a 17/8), , o valor máximo do confisco cambial será US$ 125,35/saca, ca, para que o exportador possa pagar ao produtor preço superior ao oferecido pelo IBC. Da mesma forma, em maio/80, supondo um preço no mercado internacional igual a US$ 244,09/sc (média dos preços para entrega em maio/80, no período 1/8 a 17/8),), o valor máximo do confisco cambial deverá ser de US$ 120/67/saca.(1)

Parece-nos, no entanto, que a política de comercialização do café brasileiro terá de estar voltada, nos próximos anos, para a busca de um aumento nas vendas externas de café. O potencial produtivo da população cafeeira do Brasil (estimado atualmente em 30 milhões de sacas/ano), a redução do consumo mundial per capita de café nos países importadores e no Brasil, e o significativo crescimento das exportações colombianas de café nos últimos anos são alguns dos fatores que estão a exigir das autoridades brasileiras um sério esforço, a curto prazo, neste sentido.

Durante os anos setenta (ver gráfico I), a exportação brasileira de café declinou, em termos absolutos, cerca de 33,5% (considerando médias móveis trienais e, para 1979, 14 milhões de sacas). Em relação ao total comercializado mundialmente, este decréscimo é ainda mais expressivo: em 1970, o Brasil exportou 32,40% do café comercializado mundialmente, declinando sua participação, em 1978, para apenas 22,37%. Esta tendência não é, no entanto, recente. No período 1953/63, o Brasil exportou 40% do café comercializado internacionalmente e, no período 1970/78, apenas 28%.

As causas da diminuição do mercado desfrutado pelo café brasileiro, já foram exaustivamente discutivas em publicações especializadas: geadas, política do "guarda-chuva", etc. A julgar pelas declarações oficiais, as autoridades governamentais já compreenderam a urgência do problema. No entanto, algumas contradições perduram e, em conseqüência, os frutos dos esforços já realizados não aparecem. Assim é que, por exemplo, enquanto alguns contatos em mercados não tradicionais são empreendidos, o registro para exportação está aberto apenas para embarques a partir de outubro.

... E CONQUISTAR NOVOS MERCADOS

Tendo em vista que as antigas negociações no âmbito da OIC, bem como entre países produtores, visando ao estabelecimento de cotas de exportação e preços mínimos de venda, não se mostram promissoras, resta ao Brasil empreender esforços não só para a reconquista dos mercados tradicionais (muitos deles de capitulação recente) mas, também, para conquista e expansão de mercados novos.

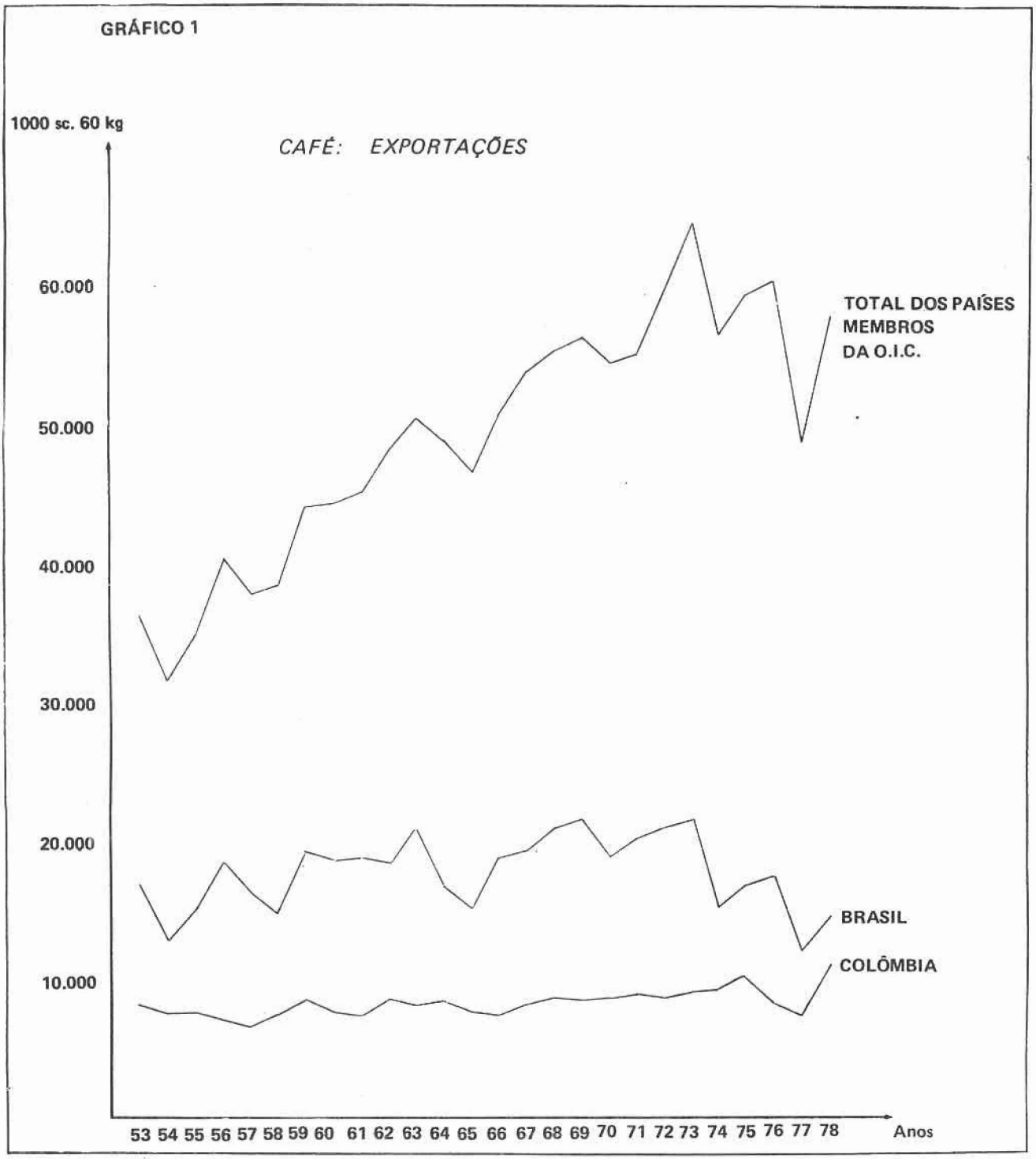
Haveria ainda a hipótese de executar uma política de vendas como a colombiana. No entanto, esta opção, provavelmente, acarretaria

(1) Nos cálculos acima, foi considerada uma desvalorização cambial do cruzeiro, em relação ao dólar, de 40% a.a.

uma forte redução dos preços internacionais. Isto porque, bem ou mal, o Brasil ainda lidera um grupo de países exportadores (algumas vezes, reduzido), o que tem contribuído para sustar quedas mais violentas das cotações internacionais, em várias oportunidades.

Seja qual for a linha de ação a ser adotada, é de suma importância compreender que as tentativas de valorizar os preços internacionais do café não podem implicar no afastamento do Brasil do mercado por tempo prolongado, como ocorreu em 1977.

GRÁFICO 1



CARNE

OS PREÇOS CONTINUAM EM ESCALADA NO MERCADO MUNDIAL DE CARNES. E O BRASIL, QUE JÁ FOI UM EXPORTADOR, ENCONTRA-SE HOJE NA POSIÇÃO DE COMPRADOR.

A FALTA DE CRÉDITO FOI UM DOS FATORES DETERMINANTES NO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO DO REBANHO BRASILEIRO. ASSIM, MATRIZES, QUE DEVERIAM TER SIDO RESERVADAS PARA A CONTINUIDADE DO REBANHO, FORAM AMPLAMENTE ABATIDAS NO PERÍODO 1975/77. E OS REFLEXOS DESTE ABATE GENERALIZADO NA OFERTA DE BOIS GORDOS, VÃO SE INTENSIFICAR AINDA MAIS EM 1980.

A CURTO PRAZO A ÚNICA SAÍDA É A IMPORTAÇÃO.

MAS, A MÉDIO PRAZO, É PRECISO UMA POLÍTICA QUE IMPEÇA A LIQUIDAÇÃO DESPROPOSITADA DO REBANHO BRASILEIRO.

Desde 1978, os preços no mercado mundial de carne vêm crescendo significativamente. O fato, entretanto, não chega a ser uma novidade, pois a maioria dos grandes rebanhos mundiais se encontram em fase cíclica de baixa na oferta. Assim, segundo dados da FAO (veja Quadro 1), com exceção da Comunidade Econômica Européia e dos países socialistas, os demais rebanhos estão em declínio desde 1976. A estimativa para 1979, realizada também pela FAO, mostra que a tendência permanecerá este ano (veja Quadro 1).

Tradicionalmente, este ciclo recessivo ocorre no mercado internacional até que o crescimento da população bovina leve a uma oferta superior à demanda. A partir daí inicia-se o ciclo ascendente da produção. A reversão da maioria dos ciclos pecuários deverá ocorrer somente depois de 1980, sendo que a oferta mundial estará em nível normal a partir de 1982. No caso brasileiro, entretanto, caso sejam mantidos os atuais índices de crescimento, é certo que a oferta — mesmo no pico do ciclo ascendente — não corresponderá às necessidades de consumo. Tal situação será analisada mais adiante.

Os preços no mercado mundial de carnes continuam em escalada. Assim, o comércio de carne industrializada entre os Estados Unidos e a Oceania poderá alcançar preço médio por tonelada de US$ 3.000. Já as cotações de carne em Chicago atingem 80 cents/libra e a previsão do USDA para o crescimento do preço este ano é de 25%. A produção americana em 1978 caiu 6% e, nos dois primeiros meses de 1979, os abates registraram menos 10% de cabeças. A recuperação do rebanho é esperada para 1980-81. Até lá, as importações que, no ano passado, cresceram 23%, deverão continuar aumentando.

Na Austrália, os dados mostram que está ocorrendo a liquidação do rebanho. Os índices de abate em março indicam participação de fêmeas da ordem de 51%, contra 44% em dezembro último. Para as condições do rebanho australiano, a liquidação se caracteriza quando ocorre participação de fêmeas nos abates acima de 40%. A produção prevista para 1979 é de 1,87 milhões de toneladas, quando, em 1978, foram produzidas 2,09 milhões. As exportações devem apresentar queda de quase 10%, se situando em torno de 715 mil

toneladas. A Nova Zelândia, em idênticas condições, produzirá menos 9%, exportando um volume 7% inferior ao de 1978.

A Argentina, país que na condição de exportador vem se beneficiando do mercado em alta, está comercializando internamente novilhos por 1.200 pesos/kg. Há um ano, o preço do quilo estava em torno de 200 pesos. Apesar dos altos índices inflacionários que caracterizam aquele país, é um crescimento significativo. As exportações de carne bovina de janeiro a maio de 1979 somaram 200.285 t, contra 166.322 t no mesmo período do ano passado. O preço médio dessa carne evoluiu de US$ 1.352 para US$ 1.953/t, sendo que as 41.415 t de maio alcançaram US$ 2.298/t (considerados todos os tipos de carne).

Das propaladas intervenções do governo argentino no mercado, como o possível corte em 30% nas exportações, idéia não compartilhada pela classe produtora, que passou longo período de preços magros, efetivou-se, até o momento, apenas a decisão de importar frangos para substituir a carne exportada e diminuir a pressão inflacionária. O Uruguai, por sua vez, ofertará cerca de 90 mil t de carne bovina, o que significa uma queda de 20% em relação à quantidade vendida no ano passado

PARA O COMPRADOR O MERCADO NÃO ESTÁ FAVORÁVEL

Analisando a escalada de preços no comércio internacional de carnes, pode-se verificar que as perspectivas não são favoráveis ao comprador. E o Brasil por falhas na política para o setor pecuário, encontra-se, ironicamente (afinal, já foi exportador) nesta situação.

Até o ano passado, o país conseguiu conservar sua posição de exportador de carne industrializada (US$ 117 milhões). Entretanto, para o período janeiro-março de 1979 o volume destas exportações declinou em 34,6% comparando com o mesmo período de 1978.

Entretanto, mesmo nos últimos anos, quando ainda se realizavam vendas externas, a carne já escasseava no mercado brasileiro, e para manter o nível de exportação acionou-se o sistema "draw-back". Mas as condições mudaram no mercado internacional da carne. De tal forma,

QUADRO 1

*EVOLUÇÃO DE REBANHOS: 1976-79**

	76	77	78	79
USA	127.976	122.810	116.375	110.864
EEC	77.290	76.872	77.216	77.677
Austrália	33.434	31.533	29.379	26.500
N. Zelândia	9.777	9.472	9.129	8.633
Argentina	58.174	61.039	59.000	53.000
Uruguai	10.701	10.128	9.424	9.613
URSS	111.000	110.735	112.690	114.400

Fonte: FAO in Agr. Européia.
* 79 – previsão.

que as importações, inclusive aquelas voltadas para o abastecimento do mercado interno, tornaram-se difíceis.

A falta de crédito foi um dos fatores determinantes no processo de liquidação do rebanho brasileiro. Assim, matrizes, que deveriam ter sido reservadas para a continuidade do rebanho, foram amplamente abatidas no período 1975/77 porque os pecuaristas não tinham crédito para retê-las. Tal fato foi o principal responsável pela mudança de papel do Brasil no mercado das carnes: de exportador para importador.

Os dados referentes aos abates de fêmeas confirmam esta hipótese. Baseado nos números do censo de 1970, pode-se chegar, senão aos números exatos, pelo menos à tendência de abates sob inspeção federal no país (mesmo sabendo-se que os abates não inspecionados encerram participação significativa de fêmeas, comercializadas a um menor preço, considerou-se que a falta deste dado não compromete a tendência).

Senão vejamos. A composição do rebanho, tomando o ano de 1970 como 100, indica crescimento da categoria boi para abate até 1979 (índice 137) reduzindo-se ao índice 121 em 1981, e retomando o crescimento em 1983 (índice 133).

Neste quadro, a oferta de bezerro decresceu em 1977/78, como influência direta dos abates de matrizes. Percebe-se também que o tempo que decorre até que se faça sentir o efeito de carne bovina é função da idade da categoria. Assim, a queda na oferta de bois gordos só se fez sentir anos depois (a partir de 1979).

Considerando, então, o rebanho brasileiro, os abates de matrizes em 1977 influenciarão, mais fortemente, a oferta de bois gordos apenas em 1980, mas, tratando-se da categoria bezerro, a influência foi imediata. Já em 1978, um ano apenas após os elevados abates, ocorreu a retração. Quanto à pressão altista, a escalada se inicia quando da recuperação dos preços das categorias mais jovens. Ou seja: tanto as categorias jovens como as matrizes registram um ágio sobre os preços do boi gordo na fase de crescimento do rebanho, e um deságio no período inverso.

FALTA DE CRÉDITO: ACELERANDO A LIQUIDAÇÃO DO REBANHO NO BRASIL

Em geral, a oferta de carne é dada pela soma dos abates de bois gordos e matrizes descartadas. Quando da queda cíclica dos preços, o pecuarista passa a enviar ao abate fêmeas que ainda possuem capacidade reprodutiva, visto a perspectiva futura de preços ser negativa. Assim, passa o rebanho a ser liquidado até que seu tamanho se reduza de tal forma que um novo nível de oferta leve os preços à recuperação. Começa, então, a fase de retenção cíclica, guiada pela perspectiva da ascensão de preços. Desse modo, no momento de liquidação, as vacas passam a participar significativamente da produção de carne, como ocorreu de 1975 a 1977. Já de 1977 a 1978, a produção total de carne bovina declinou mais pela diminuição do envio de fêmeas ao abate do que pela menor oferta de bois gordos.

De janeiro a abril de 1979, os abates declinaram 7,5% nos estados do Sul, Sudeste, Centro-oeste. A redução no caso de machos adultos foi de 1,3% e, no de vacas, 27,3%. Como foi citado acima, em 1979 a participação de bois para abate ainda não havia declinado no rebanho, pois eram bezerros em 1975/76, início da fase de abate de fêmeas.

Explica-se, assim, a redução de 1,3% de bois pelo fato de agora o pecuarista reter o animal na esperança de vender na safra seguinte a preço maior. De 1977 para 1978, observou-se o mesmo: redução nos abates de 12% e queda na participação de bois (-3,1%) e de vacas (-31,5%). Nesse mesmo ano, a participação de vitelos diminuía 33%, pois a recuperação de preços ocorreu, em primeiro lugar, nas categorias jovens.

Em 1979, o segundo ano de alta nos preços, o período janeiro-maio apresenta uma média superior em 12% ao pico de 1974. A cotação de julho de 1979 ao atingir Cr$ 700,00 por arroba registrou um crescimento, em ter-

mos reais, de 22% em relação, também, ao pico de 1974. Com a recuperação dos preços, espera-se menores incrementos nas cotações futuras.

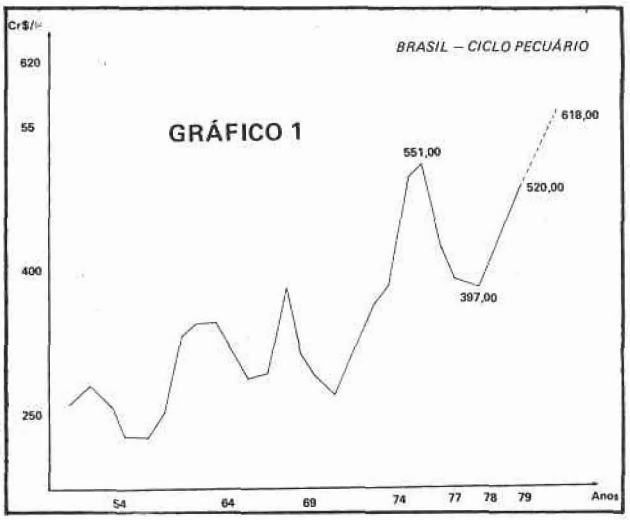
A média em valor real de 1978 é 30,5% superior à do ano anterior. Quanto à cotação esperada para dezembro de 1979, não há consenso entre os integrantes do setor. Pode-se levantar a hipótese de que pressionado pelos estoques reduzidos e pelas importações restritas, o preço da arroba chegue a Cr$ 1.000,00. Mas também é possível que com a renda corroída pela inflação, a população acabe, pelo menos parcialmente, por substituir a carne por frango ou suínos. Afinal, o salário mínimo, que em maio de 1978 comprava 5,6 arrobas de boi ao produtor, em maio deste ano comprava apenas 3,7 arrobas.

Analisando o período 1970/77, pode-se observar que apenas de março a julho a produção de carne bovina supera a média mensal de cada ano, restando sete meses em situação inversa. Como tem havido um certo equilíbrio entre oferta e demanda, os excedentes mensais da safra deverão ser distribuídos de agosto a fevereiro.

O consumo per-capita de carne deve estar em torno de 20 kg, podendo chegar aos 18 kg este ano devido ao aumento de preços acima do reajuste salarial. Considerando, então, 18 kg per-capita, teremos um consumo mensal de 180 mil t. A partir também de uma análise da variação estacional de abates no período 1970/77, sabe-se que, no mês mais agudo da entressafra(outubro), os abates caem para 55% da média mensal (dados de abates sob inspeção federal para 1977 e 1978 mostram que foram abatidos no mês de outubro, respectivamente, 46% e 56% da média mensal).

Finalmente, tomando os números médios do período 1970/77, teríamos de agosto 1979 a fevereiro 1980, uma produção de 960 mil t, um consumo de 1.260 mil t e estoques mais importações somando um total de 300 mil t. No período mais crítico de entressafra (agosto a novembro), a produção deverá estar em torno de 468 mil t para um consumo de 720 mil t, o qu levará a um déficit de 252 mil t[1].

(1) Os cálculos foram baseados nos índices de variação estacional 1970-77 elaborado pelo ASCOM–COBAL.



Vale destacar que o estoque existente não é suficiente para manter o nível de abastecimento do 2º semestre, mesmo contando com os estoques que os frigoríficos mantém além do previsto no acordo com a COBAL. Os preços relativos à carne comercializada nos termos daquele acordo foram reajustados para Cr$ 49,00 o traseiro e Cr$ 30,30 o dianteiro. Os frigoríficos mantém um estoque extra para abastecimento dos açougues (pagando, na ocasião do reajuste citado, Cr$ 51,00 pelo traseiro e Cr$ 35,00 pelo dianteiro). De qualquer forma, é certo que a estocagem final não alcançará as 300 mil t necessárias até março, quando a oferta torna-se superior à demanda.

Sobre as importações, pouco se tem a acrescentar. A Argentina e o Uruguai, fornecedores naturais, dificilmente venderão carne a menos de US$ 1.800/t CIF, preço que convertido em cruzeiros resultaria em mais de Cr$ 54,00/kg. Superior, portanto, ao pago hoje pelo traseiro. Poderá haver subsídio às importações se o abastecimento de carne tornar-se um ponto de estrangulamento.

Em suma, não há muito o que especular em torno de alternativas para o curto prazo, além da necessidade de importação. Mas, a médio prazo, cabe observar que a pecuária precisa de uma política que evite que, passados os dois próximos anos, quando a produção retomar a tendência de crescimento, novamente se proceda à liquidação do rebanho. Caso isto ocorra, daqui a cinco anos teremos uma repetição da problemática de 1979.

FEIJÃO

APESAR DE SER UM DOS ALIMENTOS BÁSICOS DA POPULAÇÃO BRASILEIRA, O FEIJÃO NÃO TEM RECEBIDO MAIOR APOIO OFICIAL. OBSERVA-SE DE 1956 A 1977 UMA QUEDA NA PRODUTIVIDADE DE 1,1% AO ANO. NESTE QUADRO, AS PREVISÕES PARA 79 NÃO SÃO OTIMISTAS. A SECA E AS CHUVAS PREJUDICARAM A SAFRA DAS ÁGUAS DESTE ANO, FAZENDO COM QUE O PREÇO DO FEIJÃO PRETO NO RIO TENHA CRESCIDO EM MAIS DE 30% NOS TRÊS PRIMEIROS MESES DO ANO. QUANTO À SAFRINHA, A ESTIMATIVA É DE UM CRESCIMENTO DE APENAS 5% EM RELAÇÃO A 1978. PARECE REMOTA TAMBÉM A POSSIBILIDADE DE IMPORTAÇÕES PARA AUMENTAR A OFERTA INTERNA, DIMINUINDO O PREÇO DO PRODUTO.

A despeito de ser um alimento de alto teor de proteína e de grande consumo popular, o feijão, planta bastante frágil e suscetibilíssima a doenças e pragas, praticamente não recebeu, ao longo dos anos, nenhuma atenção maior por parte dos diversos órgãos públicos no sentido de ter seu rendimento incentivado.

De 1956 a 1977, embora a área cultivada com feijão tivesse aumentado a uma taxa média anual de 3,3%, o ritmo de crescimento da produção foi inferior a 2%, por causa de um decréscimo anual médio da produtividade de 1,1%.

Além do desinteresse oficial, a cultura de feijão enfrenta outros problemas que contribuem para que sua estrutura de produção seja caracterizada como atrasada; dentre eles, a perpetuação de técnicas tradicionais de cultivo, a predominância de lavouras minifundiárias (mais de 73% do total das propriedades que produzem feijão, possuem menos de 50 ha), o consorciamento com o milho, sobretudo no Centro-Sul, e o elevado índice de utilização da produção para auto consumo. Por isso mesmo, a cultura feijoeira vem sendo empurrada para as terras de menor fertilidade substituída por culturas mais rentáveis (a soja no Sul e a mamona na Bahia, por exemplo), o que só faz agravar o processo de marginalização.

A esses elementos estruturais que limitam a expansão da produção, somam-se outros fatores que contribuem para fazer com que o feijão chegue ao consumidor a preços bastante altos, como, por exemplo: a precariedade da rede de armazenamento, a pulverização da produção, a falta de informação por parte dos agricultores, e principalmente, a ação dos intermediários. A comercialização é um dos fatores mais importantes de encarecimento do produto: 60% da produção são vendidos aos atacadistas do interior e das capitais e 40% aos caminhoneiros que, por sua vez, revendem aos atacadistas.

A ocorrência de adversidades climáticas no início de 1978, afetando principalmente a safra das águas paranaense (perda de 50 mil t), e frustrando em 5% a expectativa inicial da produção nacional da primeira safra, ao lado de um preço mínimo bastante desestimulador, foram suficientes para criar problemas de abastecimento. A safra 1977/78 situou-se em 2.390 mil t, número que até teria sido

uficiente para suprir o abastecimento interno, caso as estimativas oficiais para o consumo de feijão no Brasil — de 21 kg per capita ao ano — fossem reais. Como tal escalculoa está provavelmente subestimado, a safra não foi suficiente para impedir uma crise de abastecimento no Grande Rio. Assim, os preços no varejo elevaram-se, o que imediatamente pressionou o índice do custo de vida.

Neste quadro, a tentativa governamental de conter o índice do custo de vida tabelando o preço do feijão preto no Grande Rio teve outras conseqüências. Não conseguindo controlar a especulação, o Governo controlou o índice do custo de vida às custas do desaparecimento do produto nas prateleiras dos supermercados e de uma oferta a preços bastante superiores ao da tabela no mercado paralelo.

A CFP chegou a tentar, através da liberação de seus estoques, fazer chegar, ao consumidor, feijão preto ao preço de tabela, o que não surtiu efeito, de vez que estes estoques, em julho, eram de somente 10.000 t. A situação, bastante crítica, não se modificou no segundo semestre de 1978. Isto porque a quebra da safra da seca no Centro-Sul provocou novo aquecimento especulativo dos preços e uma continuação do parte na oferta do produto.

Por outro lado, a pequena oferta internacional de feijão, em 1978, dificultou as compras externas, inicialmente previstas em 100.000 t. Importou-se tão somente 17% do total autorizado pelo governo, a um custo 29% mais elevado do que o interno. Assim, ao final do ano, o total produzido pelo país na segunda safra (1.095.000 t) revelou-se inferior ao inicialmente esperado e afastou a possibilidade de uma regularização, a curto prazo, do mercado carioca de feijão preto.

Ao iniciar-se 1979, o país contava, então, com um estoque oficial de 37.741 t de feijão (1,6% da produção de 1977/78), sendo que a participação do feijão preto neste total era de somente 2%. Já era, pois, evidente, que, no caso de frustração de safra, não haveria como garantir o abastecimento no decorrer deste ano, principalmente em se tratando de feijão preto. Os estoques desta variedade deveriam ser, segundo a própria CFP, de, pelo menos, 50% do total absorvido, durante a entressafra, no Grande Rio (de 40.000 a 50.000 t). Desta forma, o controle governamental sobre os preços seria exercido de forma mais adequada, já que é neste centro consumidor que a disputa por feijão preto assume características mais marcantes.

É POSSÍVEL UM AUMENTO DA PRODUTIVIDADE

A seca e as chuvas que atingiram, respectivamente, o Sul e o Centro do país, foram suficientes para que a CFP reduzisse em 7% sua estimativa da produção brasileira da safra das águas deste ano, e para que o preço do kg do feijão preto, no varejo do Grande Rio, registrasse elevação de mais de 30% de janeiro à primeira quinzena de março.

Este aumento dos preços atuou, por sua vez, de modo a incentivar os produtores a plantarem para a safrinha.

Entretanto, a ocorrência de algumas doenças e de chuvas, principalmente no Paraná, prejudicou sobremaneira o produto desta safrinha, que, segundo a CFP, deverá situar-se entre 1,1 e 1,2 milhão de t (2,5% menor do que havia sido previsto em maio), ou seja, apenas 5% a mais do que o produzido na safrinha em 1978.

No entanto, é possível que, já na próxima safra, ocorra um aumento no rendimento da cultura, graças ao fornecimento de sementes fiscalizadas às principais zonas produtoras de feijão do país. O esquema a ser seguido deverá constar de 3 modalidades: venda da semente a preço subsidiado, e/ou troca de 1 saca de semente fiscalizada por 1 saca de semente própria (ou grão) ou por 1,5 saca de grãos a pagar após o beneficiamento da futura safra. Desta forma, já para a próxima safra das águas, deverão ser fornecidas 95 mil sacas de sementes fiscalizadas aos estados do Paraná, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul, os quais deverão, também, receber 140 mil sacas de sementes para a safrinha de 1980.

É de suma importância que ocorra aumento do uso de sementes de bom rendimento na cultura feijoeira, já que o índice de utilização,

hoje, é de apenas 8%. O quadro abaixo mostra que o problema é comum a todas as regiões produtoras e que não houve progresso algum nos últimos três anos.

O plantio desta leguminosa carece também, de maior uso de fertilizantes, cuja utilização, em toneladas de nutrientes, em relação ao total estimado da demanda nacional, foi de 0,8% e 0,7%, respectivamente, em 1977 e 1978. A esse respeito, vale notar que o aumento de 5,4% da área colhida de feijão em 1978, em comparação a 1977, foi acompanhado de um decréscimo de 7,9% na produtividade e de 2,8% no uso de fertilizantes. O único registro positivo refere-se ao crescimento no uso de sementes melhoradas, ainda que em proporções muito modestas.

MAIOR SEGURANÇA PARA OS AGRICULTORES?

Também ao lado da produção, a decisão governamental de cobertura de 100% do PROAGRO, em caso de frustração de safra, dará aos agricultores uma maior segurança (note-se que, desde 1976, as safras de feijão vêm sendo bastante prejudicadas pelas condições climáticas). No entanto, levando-se em conta que o cultivo da leguminosa tende a um consorciamento com o milho, só se beneficiarão do seguro aqueles agricultores que tiverem cultura solteira de feijão (ou seja, 5% do total).

A comercialização do produto, por outro lado, poderá, na próxima safra, ser mais favorável aos produtores. A criação do Pré-EGF, fugindo ao esquema tradicional, que favorecia os atravessadores, deverá ampliar a participação das cooperativas nas compras aos agricultores. Para a safra das águas 1978/79 foram liberados recursos num total de Cr$ 70 milhões e, para a última safrinha, 44,7% deste valor.

Embora, no período 1969/76, o financiamento de custeio para o feijão tenha registrado acréscimos significativos, tanto no número de contratos como no montante de crédito (162,5% e 278,7%, respectivamente), esses aumentos fo-

QUADRO 1

Brasil
Estimativa do Uso de Sementes Comuns de Feijão
Nas Diversas Regiões
(em %)

REGIÕES	1976	1977	1978
SUL	99,0	99,8	99,8
SUDESTE	80,6	81,6	81,0
CENTRO-OESTE	87,3	87,2	87,3
NORTE	97,3	97,7	97,7
NORDESTE	91,3	91,1	89,8
BRASIL	92,3	92,5	91,9

Fonte: Sistema Nacional de Planejamento Agrícola, MA.

ram menos expressivos do que para a maioria dos demais produtos. A razão principal, provavelmente, é que os produtores de feijão, em sua maioria minifundiários desconhecedores da mecânica governamental de crédito, e sem nenhum poder econômico, acabaram por desinteressar-se pela obtenção de ajuda oficial ou, mesmo, por ter seus pedidos preteridos frente àqueles provenientes de grandes produtores dedicados a lavouras mais rentáveis ou de menor risco.

Por outro lado, é difícil avaliar o efeito que os Valores Básicos de Custeio adotados este ano terão sobre a decisão de plantio dos produtores. À primeira vista, os acréscimos percentuais para o feijão estiveram, via de regra, bem abaixo da inflação, como mostra o quadro.

No entanto, considerando-se que o rendimento médio brasileiro, nos últimos anos, esteve abaixo de 600 kg/ha, verifica-se que, provavelmente, os percentuais de aumento serão, na prática bem mais elevados. Um exemplo servirá para ilustrar a questão. Considere-se um agricultor cuja produtividade, em condições normais, é de 700 kg/ha. Na safra 1978/79, obedecendo à sistemática antiga, ele teria recebido Cr$ 2.583,00/ha. Este ano, com a mesma produtividade, ele terá direito a um financiamento de Cr$ 4.328,00/ha, ou seja, 67% de aumento.

INCENTIVANDO A PRODUTIVIDADE

O resultado acima, decorre do fato de que o limite superior da 1ª faixa de produtividade encontra-se bem acima do rendimento médio nacional. O provável inconveniente dessa situação, é que os agricultores cujo rendimento situa-se bem abaixo daquele limite não terão maiores incentivos para elevar a sua produtividade, pois só receberão mais Ch$/ha se conseguirem ultrapassar os 900 kg/ha.

Verifica-se, portanto, que, na prática, os agricultores que obtêm menor produtividade tiveram substancial acréscimo nos valores de custeio para

QUADRO 2

Brasil
Valores de Custeio para o Feijão, Segundo Faixas de Produtividade nas Safras 1978/79 e 1979/80
(em Cr$/ha)

Produtividade	SAFRA 1978/79(1)	SAFRA 1979/80	Variação %
Até 900 kg/ha(2)	3.321,00	4.328,00	30
de 901 a 1.000 kg/ha(3)	3.505,50	4.614,00	31
Acima de 1.001 kg/ha(4)	3.694,69	5.526,00	49

(1) Valores calculados com base no preço mínimo de Cr$ 369,00/sc da safra 1978/79 e um percentual de financiamento do custeio de 60%.
(2) Valores calculados com base na produtividade de 900 kg/ha, limite superior da 1ª faixa.
(3) Valores calculados com base no ponto médio da 2ª faixa de produtividade (950 kg/ha).
(4) Valores calculados com base no limite inferior da última faixa de produtividade (1.001 kg/ha).

a safra 1979/80. Resta saber, no entanto, até que ponto esse volume adicional de recursos estimulará o crescimento da produtividade. Outra incógnita, é a atitude que os Bancos adotarão nesses casos, já que o financiamento excessivo por unidade de produto tende a elevar os riscos da concessão do crédito.

E esta situação, num futuro próximo, não deverá alterar-se: as etapas para a obtenção de crédito governamental continuarão a existir, o produtor de feijão continuará a ser economicamente impotente e, a curto prazo, a cultura do feijão continuará arriscada a perdas por pragas, doenças ou intempéries climáticas.

PREÇO MÍNIMO PODE INCENTIVAR A PRODUÇÃO

Por outro lado, o preço mínimo de garantia, no que diz respeito ao feijão, é fator de grande importância na mercadologia desta leguminosa, visto ser ele o determinante do preço pago pelos intermediários. E, adicionando-se que a repercussão, junto aos plantadores de feijão, do aumento de 65,9% registrado no preço mínimo para a safra 1979/80, foi das melhores, espera-se que a produção de feijão possa, já a partir do próximo ano, revelar incremento significativo.

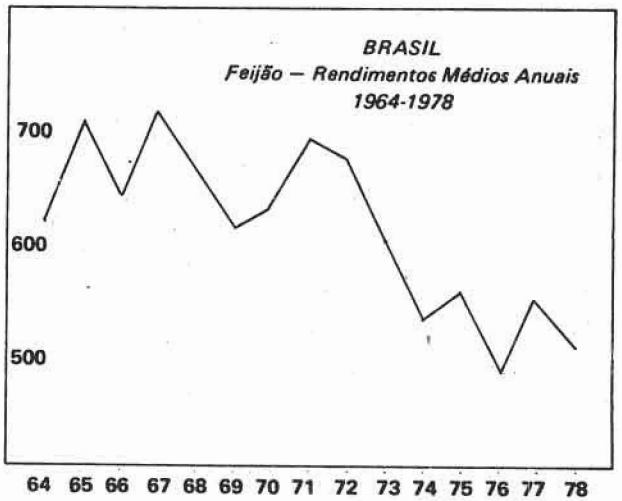
Ressalte-se, porém, que o atraso ocorrido na liberação do novo preço mínimo foi fato lamentável e paradoxal, visto que faz parte das metas do Programa de Incremento da Produção de Feijão a divulgação do preço mínimo dois meses antes do plantio da safra. Ou seja, em junho, considerando-se que o Paraná (maior produtor brasileiro da safra das águas) inicia seu plantio em meados de agosto.

Assim, a conjugação do atual preço mínimo com os elevados preços praticados, hoje, no mercado, deverá ser suficiente para que a produção brasileira de feijão em 1980 consiga atingir nível mais compatível com sua importância na dieta alimentar do brasileiro, melhorando, desta forma, o abastecimento de feijão preto no Grande Rio.

No momento, a oferta do produto neste centro consumidor está aquém da demanda, o que vem provocando um aumento continuado dos preços: de janeiro a maio, a elevação verificada no varejo foi de 23%, reflexo das reavaliações, para menos, das duas safras deste ano. E, até dezembro, a situação não deverá modificar-se, uma vez que os (pequenos) estoques da CFP (45.000 t em julho, sendo 13.000 t de feijão preto), quando vendidos em pregões, não conseguem causar queda dos preços, visto ser sua qualidade inferior à do produto ofertado pelos atacadistas.

A possibilidade de contarmos, internamente, com um acréscimo na oferta, advindo de compras realizadas no exterior, parece bastante remota. A oferta internacional de feijão tende a ser pequena, pois os maiores produtores mundiais (Índia, México) são países que, à semelhança do Brasil, produzem-no, basicamente, para consumo interno, restando pequeno excedente para exportação. Em conseqüência, não há fixação, em bolsa, da cotação de feijão, o que torna difícil o estabelecimento prévio de um preço aceito internacionalmente para qualquer transação de compra e venda.

Em se tratando de feijão preto, sua participação no total importado durante os 5 primeiros meses do ano foi de somente 5,2%, o que deixa claro, face à sua pequena oferta internacional, que as importações não devem ser consideradas como um regulador do mercado interno, uma vez que a garantia que oferecem é mínima.



Fonte: FIBGE.

LEITE

UMA FORMA DE AUMENTAR SUBSTANCIALMENTE A PRODUÇÃO DE LEITE, A CURTO PRAZO, NO BRASIL, SERIA ATRAVÉS DA UTILIZAÇÃO DE ALIMENTO SUPLEMENTAR NA ENTRESSAFRA, QUANDO AS PASTAGENS REDUZEM SUA CAPACIDADE DE SUPORTE DE ANIMAIS. INADIÁVEL, TAMBÉM, AINDA QUE OFERECENDO RESULTADOS APENAS A LONGO PRAZO, É O ESFORÇO PARA A MELHORIA GENÉTICA DO REBANHO.

ATÉ QUE SE ALCANCE O TÃO ALMEJADO CRESCIMENTO DA PRODUTIVIDADE, NO ENTANTO, O PAÍS CONTINUARÁ TENDO QUE IMPORTAR LEITE. ESTE ANO, AS COMPRAS NO EXTERIOR PODERÃO ALCANÇAR AS 20 MIL T DE LEITE EM PÓ. BEM ABAIXO DAS 40 MIL T IMPORTADAS EM 1977 MAS, AINDA ASSIM, INEXPLICÁVEIS PARA UM PAÍS QUE POSSUI UM DOS MAIORES REBANHOS BOVINOS DO MUNDO.

Não se pode analisar a exploração leiteira no Brasil sem considerar alguns problemas estruturais do setor. Para um país onde o índice de consumo de produtos lácteos é dos mais baixos (a produção per capita brasileira é de 74 kilos ao ano, enquanto nos Estados Unidos alcança 268 kilos), a produção vem crescendo a taxas lentas.

Assim, para contornar uma oferta insuficiente, o mercado de leite e derivados tem evoluído a partir de soluções paliativas. No caso do leite para consumo direto, por exemplo, criou-se o tipo B, que consegue remunerar o produtor e o distribuidor em níveis superiores ao C. Considerando o produto beneficiado, vale também como exemplo desta distorção a expansão do processamento de derivados (iogurtes, queijos, etc.) a preços livres, o que oferece grande rentabilidade à indústria de laticínios.

Como a expansão da produção leiteira é lenta, os crescentes aumentos na oferta de certos ítens (como os derivados sofisticados) se realizam a custa de um menor crescimento na produção de leite C, que, por ser tabelado, apresenta pouca atratividade. O resultado social destas medidas é bastante negativo, seja porque estimula a oferta de produtos finais cujo consumo se restringe à camada populacional de maior renda, seja porque beneficia apenas uma pequena faixa de produtores: aqueles que se dedicam à produção de leite tipo B.

Um dos fatores que tradicionalmente atuam como incentivadores da produção — o preço pago ao produtor — há muito deixou de desempenhar este papel. Desde o primeiro ano do último governo (1974) até julho do ano passado, aquele valor manteve-se constante em termos reais. Este ano, inclusive, a situação se deteriorou, pois o aumento de 37% ficou abaixo da taxa de inflação.

O principal argumento utilizado para justificar a rigidez no controle dos preços é de que o leite tem um peso substancial no índice do custo de vida. Por isso, enquanto no período outubro de 1974/julho de 1978, o valor recebido pelo produtor e o preço do leite tipo C permaneceram inalterados em termos reais, o queijo prato e o leite em pó apresentaram acréscimo de 17%, já descontada a inflação. Em conseqüência, a produção de leite tipo C tornou-se ainda menos lucrativa em relação à dos derivados.

Não é preciso insistir nos efeitos negativos que este tipo de política pode ter, a médio prazo, sobre o abastecimento. Este ano, por exemplo, a

rede varejista de distribuição de leite, principalmente as padarias, iniciou um movimento reivindicando um aumento na sua margem de comercialização.

ABASTECIMENTO INTERNO É PREJUDICADO

Existe uma grande diferença entre o volume total produzido de leite e o total processado. Esta diferença merece ser analisada porque interfere diretamente na oferta do produto.

Em 1977, para uma produção estimada em 10,5 bilhões de litros, foram processados 5,4 bilhões sob inspeção federal. Do total processado, 51% correspondia a leite in natura para consumo direto, com predominância do tipo C. Quanto aos outros 5,1 bilhões, uma parcela foi absorvida em auto-consumo, e o restante em processamento não inspecionado (queijos caseiros, etc.).

O importante para o entendimento do mercado é que a parcela do total que é processada pode variar. E, pelo menos, dois fatores atuam sobre esta relação: a coleta de leite e a competição com a produção de carne. Em períodos favoráveis ao preço da carne, há desvio de leite para alimentação do bezerro. Quanto à coleta, por coincidir a safra com a estação chuvosa, o estado do tráfego das estradas vicinais pode influenciar o volume de leite efetivamente colocado na plataforma da usina.

Quanto ao total industrializado, o que se observa é uma tendência cada vez mais acentuada das indústrias absorverem o leite in natura para a produção de derivados, em detrimento do abastecimento interno do produto para consumo direto. Em São Paulo, durante o período 1970-76, o processamento de leite, que consumia 22,6%, da produção passou a consumir 39,5%. Já em Minas Gerais, onde, em 1967, se industrializava 27,9% da produção, o total consumido pelas indústrias atingiu 53% em 1977.

Neste quadro, um outro dado revela também a problemática do setor: o fato de que em alguns estados a taxa de crescimento da produção de leite tem sido negativa, como, por exemplo, em São Paulo, no período 1970/76, sendo que nos últimos dois anos não houve modificação significativa. Já no Rio de Janeiro, a exploração leiteira, no mesmo período, teve um aumento de 3,4% ao ano, continuando mesmo assim insuficiente para atender às necessidades para um estado que continua a depender das importações de outras regiões. Minas Gerais, o maior produtor, cresceu a 5,6% ao ano. Mas isso não tem alterado substancialmente o consumo per capita dos mineiros, pois boa parte da produção continua sendo exportada.

Observa-se, então, que o crescimento da industrialização não foi acompanhado pela expansão da matéria-prima. Talvez a única exceção seja Goiás, cuja produção triplicou neste período, passando a fornecer matéria-prima e mesmo leite para consumo direto. Entretanto, não se pode esquecer que em tempos de crise energética, a expansão da produção em áreas mais longínquas acarreta, necessariamente, um aumento substancial nos custos de comercialização.

Como, então, conseguir aumento da produção a curto prazo? A única resposta seria através da utilização de alimento suplementar na entresafra, quando as pastagens reduzem sua capacidade de suporte de animais. A melhoria genética do rebanho, também necessária, além de exigir mais investimentos e pesquisa, apresentaria resultados apenas a longo prazo.

A produção de leite B, por exemplo, que já é um segmento mais desenvolvido, se realiza na entressafra a custo de alimentação suplementar, utilizando principalmente a silagem, que apresenta custos bem mais baixos em relação a tortas e rações concentradas.

Tal processo poderia ser usado, sem problemas, para a produção leiteira como um todo. Isto porque somente acima de um certo nível de produtividade animal torna-se necessário o uso de concentrados. Tecnicamente, é possível a produção de leite, a nível de 10 l/vaca/dia, apenas com volumoso de boa qualidade (caso da silagem de milho). Assim, como a produção do rebanho nacional é bem inferior aos 10 l/vaca/dia, o crescimento da oferta através deste suplemento alimentar se apresenta como bastante viável.

Contar unicamente com um programa de estocagem de leite em pó para garantir o abastecimento pode não surtir efeito. O resultado seria apenas o excedente gerado na safra, que, em geral,

não é suficiente para cobrir a entressafra. Somente quando a produção se desenvolve normalmente — sem imprevistos — é que se pode obter uma estocagem satisfatória. Mesmo assim, é preciso que se inicie a desidratação do leite ainda no começo da safra, com o máximo de aproveitamento do excedente.

Na safra deste ano, por exemplo, quando se estocou 35 mil toneladas de pó, não houve um aproveitamento total do excedente, devido tanto às enchentes como ao atraso na liberação das verbas. Apesar disto, o volume estocado foi significativo. E caso não ocorressem as geadas que anteciparam a redução da capacidade de suporte das pastagens, teríamos leite em pó em quantidade suficiente para ser reidratado no segundo semestre.

EM 79 TAMBÉM SERÁ PRECISO IMPORTAR

A previsão para a safra de 1979 era de normalidade até ocorrerem as geadas de maio. Estas acabaram por levar, mais uma vez, à necessidade de se buscar nas importações o complemento necessário para o abastecimento interno.

Até maio, o comportamento da safra era tão favorável que chegou a levantar expectativas de que haveria superprodução este ano (um cálculo, aliás, que além de otimista, se baseava em uma comparação errônea com 1977, ano em que ocorreram quebras consideráveis).

Além das geadas, vale destacar ainda as enchentes como um fator negativo que interferiu na produção deste ano. Estas, que atingiram o sudoeste no início de 1979, apesar de não terem comprometido o abastecimento da safra, prejudicaram o estoque. Somente em Minas Gerais, a quebra provocada pelas enchentes significou uma perda que poderia ser convertida em 6,7 mil t de leite em pó.

Houve problemas também para a alimentação durante a entresafra. Mesmo os produtores que fazem a silagem, que não constituem maioria, se viram obrigados a reduzir a ensilagem devido às chuvas que ocorreram na região em janeiro. Por outro lado, em função do alto custo, não puderam utilizar, como alternativa, as rações concentradas.

Além destas considerações, fica bastante difícil fazer uma previsão exata do abastecimento para o período, incluindo aí as necessidades de importação. Estas são calculadas em cima do volume da demanda de julho a outubro menos os estoques (cerca de 35 mil t este ano) e a produção de entresafra.

O ítem mais difícil de calcular é o relativo à produção da entresafra. Entretanto, o sub-setor do leite B tem produção quase constante durante o ano. Podemos, portanto, tomar como pressuposto o abastecimento deste sub-setor para realizar uma aproximação mais realista.

Partindo da hipótese de que o estoque não será distribuído uniformemente pelo país — e sim concentrado nos principais centros urbanos — torna-se possível uma avaliação da demanda. Considerando o consumo no período julho-novembro, que soma o equivalente a 60 mil t de leite em pó, chega-se a uma aproximação da demanda para o período.

Assim, como a estocagem é de 35 mil toneladas e, ainda por cima, existe a possibilidade de recorrer ao sub-setor leite B para o abastecimento de entressafra, é possível concluir que a importação não repetirá os níveis de 1977, quando atingiu mais de 40 mil t. Este ano deverá se situar na faixa dos 10 a 20 mil t de leite em pó. Por outro lado, não deverá haver problemas quanto a disponibilidade ou preços no mercado internacional, pois os estoques da CEE permanecem altos.

Entretanto, como se trata de um setor altamente desorganizado e com sérios problemas estruturais, outros problemas acabam surgindo. Para reidratar o produto importado e os estoques é preciso de manteiga. Mas, contrastando com 1978, quando o estoque de manteiga foi acima do normal, este ano foi preciso acionar o dispositivo de redução do teor de gordura do leite para 2% a fim de gerar a manteiga necessária à reidratação.

Vale destacar, ainda, que a redução do teor de gordura aumentou a margem de lucro da indústria, que se beneficiou da diferença de gordura sem remunerar o produtor. Portanto, mais uma solução paliativa que, apesar de dar uma folga momentânea, tem o inconveniente de reduzir o poder nutritivo do leite e de comprometer o abastecimento futuro.

MILHO

A FIXAÇÃO DE UM PREÇO MÍNIMO DE Cr$ 185,40/SC REPRESENTA UM INCREMENTO DE 71,7% SOBRE O VALOR DA SAFRA PASSADA. APESAR DA BOA RECEPTIVIDADE DESSA MEDIDA ENTRE OS AGRICULTORES, O CONSENSO GERAL INDICA QUE O NÍVEL ATUAL DESSE PREÇO CORRESPONDE BASICAMENTE, A UMA REPOSIÇÃO DIANTE DOS BAIXOS REAJUSTES OBTIDOS NAS ÚLTIMAS TEMPORADAS.

MESMO ASSIM, PODE-SE ESPERAR UM RAZOÁVEL CRESCIMENTO DA ÁREA SEMEADA, BEM COMO UMA EXPRESSIVA RECUPERAÇÃO DA PRODUÇÃO SOBRE A (FRUSTRADA) COLHEITA DE 1979. EM CONDIÇÕES NORMAIS, E SUPONDO-SE UMA EXPANSÃO DE 3,5% NA ÁREA PLANTADA, É POSSÍVEL QUE A PRODUÇÃO NACIONAL SUPERE LEVEMENTE A BARREIRA DE 19 MILHÕES DE T, EM 1979/80.

No final da década passada, a conjuntura internacional caracterizava-se pela existência de grandes reservas mundiais de grãos forrageiros. Nos EUA, aproximadamente 1/4 da produção de milho do país, em 1969, (119,0 milhões de t) teve que ser estocada. Os países europeus, por sua vez, viviam situação semelhante, graças a expressivas colheitas, não obstante disporem de reservas proporcionalmente inferiores às norte-americanas, quando comparadas à produção.

A produção mundial de milho foi de 260 milhões de t, com os EUA exportando um volume da ordem de 15 milhões de t. A Bolsa de Chicago movimentou, àquela época cerca de 219 milhões de t. Este é um rápido esboço do quadro vigente naquele período e que sofreria grandes alterações ao longo dos anos 70.

Afora o impacto altista decorrente da deflagração da crise internacional do petróleo, em 1973, e da grande frustração da safra de grãos do Hemisfério Norte, em 1974, a crescente demanda por milho e rações constituiu-se no principal elemento propulsor da referida alta de preços do cereal. Com efeito, a retomada expansionista dos principais rebanhos bovinos mundiais, bem como o crescimento paralelo de outros segmentos pecuários — devido à favorabilidade dos preços internacionais do complexo carne no período 1970/75 — respaldaram a evolução dos preços daquelas matérias-primas, enquanto os estoques norte-americanos experimentavam reduções gradativas.

A situação atual compreende, pois, algumas variáveis semelhantes às encontradas no final dos anos 60. Essas variáveis, somadas a outros fatores, levarão o mercado de grãos a um novo movimento ascendente de preços, a partir do período de baixa causado pelas sucessivas safras recordes norte-americanas de milho que nos últimos anos, possibilitaram a recomposição dos seus estoques, semelhantemente ao ocorrido na década passada.

De início, em função da crescende demanda internacional por milho, prevê-se um aumento da participação de empresas norte-americanas no comércio mundial do cereal em 1979/80, devido à quebra de produção das principais regiões produtoras do Hemisfério Sul, provocadas pela estiagem do princípio do ano. Assim, a Argentina exportará menos de 11 milhões de t de milho e sorgo, enquanto a África do

Sul, que no ano passado exportou cerca de 3,1 milhões de t de milho, apresentará uma redução de 60% sobre aquele montante. Nesse sentido, espera-se que a participação dos EUA supere a casa dos 70% no comércio exterior de milho, reforçando ainda mais seu poder de controle sobre os preços do produto.

De outro lado, as adversidades climáticas que afetaram o desenvolvimento das lavouras do Leste Europeu, refletiram fortemente sobre o montante a ser colhido a partir de setembro próximo, forçando a maioria dos países a fazer importações maciças. A URSS, cuja meta inicial era produzir 235 milhões de t grãos (compreendendo trigo, milho, cevada, centeio, etc.) deverá colher, segundo as últimas previsões do USDA, cerca de 75% daquele montante. Adicionalmente, estão previstas quebras de safra significativas na Polônia, Tchecoslováquia, entre outros exemplos, de forma a incrementar o volume a ser importado pelos países da Europa Oriental.

A este quadro, acrescentam-se os estímulos que esses países do bloco socialista vêm dando, nos últimos anos, à produção interna de carnes, com o objetivo de elevar o padrão alimentar da população. Especificamente na URSS, os preços internacionais atrativos vigentes na época, no mercado de matérias-primas para arraçoamento animal, favoreceram a ampliação de seus rebanhos, no período 1975/78.

ONDA ALTISTA NO MERCADO DE "COMMODITIES"

Não se espera, em princípio, que tais países procedam a cortes bruscos no sentido de inverter a estratégia até aqui adotada nos programas de alimentação. Com efeito, na esteira das últimas reavaliações para baixo de suas colheitas, houve compras volumosas no mercado internacional. Estas, aliadas ao novo reajuste nos preços do petróleo pela OPEP e à corrosão progressiva da moeda norte-americana, traduziram-se em nova onda altista no mercado de "commodities", questão que voltará ser abordada adiante. Já neste 3º ano do acordo relativo ao comércio de grãos (encerramento em 30/9 próximo), as compras da URSS aos EUA deverão alcançar o recorde de 3,5 e 12,0 milhões de t de trigo e milho, respectivamente. Para o ano subseqüente, em que a redução de sua safra será por certo ainda mais forte, as compras soviéticas previstas são de cerca de 20 milhões de t de grãos, enquanto a Europa Oriental, em sua totalidade, demandará algo em torno de 15 milhões de t de grãos.

Na França, maior produtor de grãos da Comunidade Econômica Européia, o plantio caracterizou-se por um forte aumento na área semeada com milho (2,1 milhões de ha, + 16,2%), em detrimento do trigo e de outros cereais. Ainda assim, os dados globais da produção de grãos (inclusive trigo), na CEE revelam a possibilidade de uma colheita inferior em 5% às 114 milhões de t obtidas em 1978. Por outro lado, a despeito da exacerbada competição da mandioca (importada da Indonésia) relativamente aos outros componentes tradicionais das rações, parece claro que aquele bloco de países deverá engrossar o roll das nações importadoras, na medida em que prossiga o crescimento da produção de carne na CEE. Enquanto as estimativas preliminares indicam, para 1979, um ligeiro aumento na produção de carne bovina (0,8%), os altos preços desse produto, a nível de consumidor final, poderão ensejar uma expansão do consumo de outros tipos de carnes (aves e suínos), cuja oferta agregada deverá crescer aproximadamente 3,1%, o que implica uma demanda adicional de rações.

Relativamente aos EUA, o panorama apresenta-se do seguinte modo. As vultosas safras precedentes têm gerado, pelo menos em setores governamentais, uma certa relutância em continuar financiando os estoques mundiais de alimentos. Os primeiros sinais nesse sentido, apareceram com a instituição do programa de "set-aside", ou seja, pagar para não plantar. No caso do trigo, os resultados desse sistema já são evidentes: a ponderável redução do plantio (e da colheita) nas últimas temporadas que fizeram com que, de 1975 a 1978, a produção do país caisse de 58 para 49 milhões de t. Para o milho, a timidez do programa de redução e diversificação de plantio não tem logrado

o mesmo sucesso. No ano passado (1978/79), os produtores norte-americanos reduziram a área plantada em 2%, enquanto que o governo pretendia uma redução de 10%. Ainda assim, as excepcionais condições climáticas vigentes nas principais fases do desenvolvimento do cereal, responderam por produtividades recordes, alçando a produção do país a 180 milhões de t, superior em 11% % ao total obtido na temporada anterior

Uma safra dessa ordem, acoplada a um "carry-over" também elevado, não levou, contudo, os preços do milho ao fundo do poço, como se poderia esperar. A consciência de que os EUA detêm parcela considerável do volume de grãos comercializado no mundo condicionou o mecanismo de suporte de preços a pautar-se por outras variáveis relevantes. Durante todo o decorrer do ano comercial de milho nos EUA (1º out a 30 set), parcelas significativas de grãos forrageiros permaneceram excluídas do processo normal de comercialização, pois estavam vinculadas ao programa governamental de reservas; a quantidade de milho, por exemplo, "protegida" por esse programa atingiu um volume equivalente a 55% % do "carry-over" do país.

SETOR DE RAÇÕES: SUSTENTANDO OS PREÇOS

Um outro importante fator de sustentação das cotações foi o setor de rações, impulsionado pela ampliação dos mercados avícola e suinícola, em face da contínua redução do rebanho bovino, iniciada em 1975, cujo número estimado de cabeças — 110,9 milhões em 1º / 1/79 — atingiu o nível mais crítico dos últimos anos*. Assim, os produtores de carnes substitutas beneficiaram-se duplamente. Primeiro, pela desenfreada alta de preços da carne bovina (+ 27% desde janeiro/78) e, segundo, pela farta disponibilidade, a preços compensadores, de matérias-primas; vantagens estas evidenciadas na favorabilidade dos preços relativos carnes/rações. Como resposta, o rebanho suinícola passou a crescer rapidamente, enquanto a produção de carne de aves aumentou 6,6%, atingindo 5,9 milhões de t, em 1978.

* (ver prognóstico de pecuária bovina).

UMA NOVA CRISE INTERNACIONAL

Adicionalmente, os preços do milho captaram os reflexos altistas do mercado de "commodities". Àquela altura, já se faziam sentir os sinais de uma nova crise internacional, no sentido de uma súbita alteração nos preços relativos das "commodities" (favorecendo o petróleo), na medida em que o iminente impasse energético ganhava destaque no cenário mundial, com contornos cada vez mais graves. Por outro lado, o constante insucesso da administração norte-americana em livrar o dólar da gradativa desvalorização que vinha sofrendo no mercado internacional, serviu de aquecimento suplementar ao mercado, notadamente o de metais. O ouro, por exemplo, que em julho de 1978 estava cotado a US$ 190, supera, atualmente, o patamar dos US$ 300/onça.

Ao exposto, resta adicionar as tendências de produção, consumo e exportação dos EUA, na temporada 1979/80, para que se complete o perfil futuro do mercado de milho e grãos forrageiros. Do lado da produção, a estimativa mais recente do Departamento de Agricultura dá conta de uma área semeada com milho equivalente à do ano passado. Prevê-se, todavia, uma colheita da ordem de 180,6 milhões de t, reflexo de uma produtividade física de 6.450 kg/ha, uma vez que se espera a repetição das benesses de clima e desenvolvimento vegetativo que caracterizaram 1978. A produção global de grãos forrageiros poderá superar 200 milhões de t, pelo menos 6% inferior ao total obtido no ano passado.

Ao nível do consumo interno daquele país, a perspectiva de alta no mercado de grãos e rações atuará no sentido da diminuição do ritmo de crescimento da produção de aves e suínos. Porém, como já foi mencionado, a atratividade dos preços relativos vigentes em 1978, induziu

a um notável crescimento do rebanho suinícola norte-americano. Em 1º de junho próximo passado, o USDA estimou uma população suína de 64,9 milhões de cabeças, 18% superior à posição de um ano antes. Para o 2º semestre de 1979, o Departamento de Agricultura está prognosticando uma ampliação de 16% no número de fêmeas destinadas à procriação. Não obstante esse prognóstico otimista relativo a igual período do anterior, setores privados estimam um aumento bem menor, entre 10 e 12%, na medida em que se espera uma maior compressão na margem de lucro dos criadores, levando-os a reduzir o rebanho. Ainda no mesmo período, o inventário revelou um crescimento de 15% a 17% no número de animais em engorda, com peso variável entre 27 e 81 kg. De qualquer forma, considerando-se o elevado índice técnico de produtividade (taxa de desfrute média em torno de 140%)%) e os referidos números do inventário de suínos dos EUA, pode-se antever uma maior demanda por matérias-primas para formulação de rações. Paralelamente, ter-se-á maior produção de carne suína em 1979 (estimada pela FAO em 6,9 milhões de t, isto é, mais 13,1%) e no primeiro semestre de 1980. Ressalte-se, entretanto, que um desenvolvimento da produção, ao nível das previsões do USDA, tem seus limites marcados pela rentabilidade da exploração e que uma forte alteração na tendência dos preços relativos será seguida de redução no plantel, mediante o abate de matrizes e animais de menor peso.

Por sua vez, a atividade avícola de corte, cujo ciclo curto de produção viabiliza respostas mais rápidas aos estímulos de mercado, já em 1978, havia denotado um ponderável incremento na produção. Para 1979, deverá elevar ainda mais sua participação relativa no consumo total de carne nos EUA. A estimativa mais recente prevê, para 1979, um aumento de 10% na produção de frangos, o que demandará uma quantidade adicional de milho e rações.

As exportações de milho pelos EUA, nos últimos anos, têm caminhado no sentido do estabelecimento de sucessivos recordes. Para a temporada que tem início em 1º /10 próximo, ao lado da ampliação da parcela norte-americana no comércio mundial do produto, calcula-se um volume de vendas da ordem de 63,5 milhões de t, 11,5% superior às transações estimadas para o período que se encerra em 30/9/79. O crescimento da demanda pelo cereal resulta não só das maiores compras pela URSS, CEE e Europa Oriental (pelos motivos já abordados), mas também da presença firme do Japão, Coréia do Sul e países do Oriente Médio no mercado de grãos. Destaque-se também a importância futura da China que, em sua reativação do comércio com o Ocidente, deverá importar dos EUA um montante próximo a 3 milhões de t de milho, na temporada 1979/80.

MENOR OFERTA MUNDIAL

Em síntese, o panorama internacional revela uma menor oferta mundial de milho e grãos forrageiros paralelamente a uma demanda em franca evolução, no sentido de respaldar o incremento da produção de pequenos e médios animais, seja para suprir os deficits na produção de carne bovina, seja para dar cobertura a programas governamentais de melhoria do nível alimentar da população, caso típico da URSS e da China. Essa pressão de demanda resultará em queda no nível atual dos estoques com a consequente elevação das cotações no mercado internacional. Nos EUA, estima-se, para o início da próxima temporada (1979/80), um "carry-over" de milho próximo a 31 milhões de t; ao final do período de comercialização aqueles estoques deverão ter baixado a cerca de 24 milhões de t, redução esta bastante indicativa do movimento de preços que será deflagrado no mercado externo proximamente, tão logo sejam minimizados os efeitos sazonais depressivos decorrentes da colheita do Hemisfério Norte. Da mesma forma, os estoques conjuntos de milho, cevada, centeio e sorgo deverão experimentar uma queda de aproximadamente 40 milhões de t (quase 20%), de agora até julho de 1980. Reforçam-se, assim, no início dos anos 80, os contornos de um quadro pouco favorável aos países que de forma esporádica (caso do Brasil) ou regular necessitam assegurar seu

abastecimento interno recorrendo a importações.

O MILHO E O MERCADO INTERNO BRASILEIRO

O perfil da produção de milho no Brasil revela o predomínio de pequenas propriedades no cultivo do cereal. A título de ilustração, tomando-se por base as Estatísticas Cadastrais do INCRA (1972), e analisando-se os dados conjuntos dos estados do Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Santa Catarina (2/3 da área do cereal no país naquela época), observa-se que as propriedades de tamanho inferior a 50 ha respondiam por quase 60% do total colhido no ano. E mais, essa participação nos dois estados do extremo sul do país excedia a 90% da produção. Na Região Nordeste, caracterizada por excessiva concentração na posse e uso da terra, a parcela que as propriedades desse estrato de área detinha, em 1972, relativamente ao total produzido, era próximo de 47%.

No que tange à comercialização, considerando-se a reduzida infra-estrutura de armazenagem existente nesses estabelecimentos, é inegável a ***vulnerabilidade*** desses pequenos produtores às pressões dos compradores, sejam estes comerciantes locais, grandes atacadistas, eventuais exportadores, ou os grandes complexos agroindustriais de processamento para a formulação de rações e produtos alimentícios derivados do milho. Essa subordinação, por certo, não decorre somente dos exíguos investimentos em armazenagem por parte dos produtores. Somam-se ainda, entre outros fatores, a insuficiente rede de armazens oficiais distribuídos numa malha que não atinge boa parte das regiões produtoras; a pouca atratividade e extensão dos instrumentos de empréstimos à comercialização (EGF) e aquisição do governo federal (AGF); a precariedade dos programas de difusão da informação de mercado agrícola, etc. Como conseqüência, uma ponderável parcela dos agricultores é forçada a comercializar a produção em períodos próximos à colheita, depreciando os preços do mercado, sem auferir melhores resultados com o gradativo escasseamento do produto nos meses subseqüentes, até a proximidade de entrada no mercado, da nova safra.

Há ainda outros elementos que servem à compreensão das condições em que se dá o desenvolvimento da produção de milho no Brasil. De um lado, estima-se que em média 55% do total produzido anualmente é consumido dentro da propriedade rural. Nos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina onde predominam os minifúndios com atividade mista (agrícola e pecuária), a parcela do auto-consumo do cereal é seguramente maior. De outra parte, a produção deste é influenciada pelas diretrizes básicas da política econômica, no que se refere às medidas de controle de preços (tabelamentos, desovas de estoques, etc.), aos preços mínimos, aos níveis e prazos de créditos ao custeio agrícola e para inversões no setor produtivo.

A estrutura de produção levemente esboçada acima evidencia a singular importância dos preços de mercado no montante de receita monetária da grande maioria dos produtores e, por conseguinte, nas intenções concernentes a plantios futuros. Num ano de safra abundante, a relativa incapacidade de reter estoques acarreta uma depressão mais acentuada nos preços à época em que o produtor típico vende o grosso da parcela destinada normalmente ao mercado. Por outro lado, com a persistência de baixos preços no mercado, a opção consiste, via-de-regra, na ampliação dos rebanhos animais, após uma análise subjetiva do desenvolvimento (atual e futuro) da relação de preços produtos pecuários/milho e/ou rações.

Se após um período de prejuízos ou de duvidosos resultados econômicos, o governo resolve proceder a desova de seus estoques, na época de novo plantio (em que a elevação de preços é normal dada a sazonalidade da produção), é lícito esperar uma redução na área semeada, favorecendo outras explorações agropecuárias, como bem demonstra o passado recente (safra 77/78).

Num ano em que as mazelas da política econômica e/ou do clima, consubstanciam uma colheita inferior à demanda do país, a exemplo do que se verificou em 1978 e 1979, o setor de produção capta alguns benefícios da natural elevação dos preços. No entanto, a receita adi-

cional restringe-se duplamente. De um lado, pela própria redução do total colhido e, de outro, pela necessidade premente de saldar os débitos do financiamento da produção, normalmente contraídos junto aos comerciantes locais ou às instituições bancárias. Nesse sentido, quando da proximidade da entressafra, com os preços trilhando uma trajetória eminentemente altista, o grosso dos estoques disponíveis já estará cingido às manipulações especulativas dos intermediários e grandes processadores, em prejuízo dos consumidores finais dos produtos que utilizam o milho como matéria-prima.

Visando mais a coibir uma inusitada pressão das cotações do cereal sobre os índices de preços do que propriamente resguardar o consumo da população, a estratégia governamental tem optado pela prática do tabelamento do milho, farelo de soja, rações, etc. Mas o tabelamento, se por um lado reduz virtualmente o impacto sobre os índices de preços, por outro lado não evita as renitentes manobras especulativas, que passam a ser desenvolvidas no "mercado paralelo", onde as distorções da comercialização acabam por afetar negativamente os setores que consomem as matérias-primas.

A referida insuficiência da produção frente à demanda tem ensejado a adoção de uma segunda prática, qual seja o recurso à importação, no sentido de diminuir o deficit no abastecimento do produto. De out/78 a mar/79, ao custo de um volume de subsídios que somou Cr$ 1,65 bilhão; (valor nominal), foram distribuídos, aos consumidores locais, cerca de 1,5 milhão de t. No entanto, afora essa quantidade ter sido inferior à demanda potencial do país, a morosidade que caracterizou a tomada de decisão e efetiva negociação junto às empresas exportadoras norte-americanas e argentinas, acabou por atrasar sobremaneira o desembarque do cereal nos portos brasileiros. Além disso, as dificuldades naturais para a distribuição interna, paralelamente aos entraves na definição das cotas e na liberação do produto, resultaram em descompasso temporal ainda maior para que o cereal importado fosse efetivamente utilizado pelos avicultores, suinocultores, etc.

Dessa forma, além do montante importado não ter logrado maiores efeitos no sentido de obstaculizar o movimento altista dos preços, assistiu-se a um processo de ampliação da procura por rações prontas, elevando seus preços, na medida em que boa parte dos granjeiros não dispunha de uma quantidade de milho suficiente para formular, na propriedade, o volume de rações necessário à sua exploração. O pano de fundo desse quadro mostra, também, a vulnerabilidade de uma razoável parcela dos criatórios racionais (com apreciáveis índices técnicos de produtividade) frente aos interesses dos intermediários, detentores de estoques de milho e rações. Com efeito, a inexistência de um capital de giro adequado, aliada à quase nula capacidade de armazenagem a nível da unidade consumidora, não tem permitido a formação de estoques dessas matérias-primas ao longo do ano, para evitar um impacto maior das vicissitudes (principalmente as altistas) do mercado sobre os custos da atividade desenvolvida no período.

PREÇOS ELEVADOS EM 1978

O ano de 1978, comparativamente ao anterior, foi marcado por uma sensível valorização no nível de preços reais recebidos pelos produtores de milho. Essa evolução, segundo dados do Centro de Estudos Agrícolas da FGV, oscilou entre 52% e 93% para os estados de Goiás e Santa Catarina, respectivamente. A região Centro-Sul, responsável por cerca de 90% da produção brasileira atual, apresentou um incremento médio de 73%. Apesar do forte estímulo decorrente da prática de preços elevados no mercado, o plantio para a safra 1978/79 não revelou magnitude semelhante em seu crescimento. Na verdade, a falta de liquidez dos agricultores, reflexo da redução no valor da produção da temporada anterior, levou-os a uma maior dependência dos créditos oficiais para o custeio da produção.

Na medida em que o preço mínimo de referência foi considerado inferior aos custos operacionais de produção (exceto para o Paraná, Santa Catarina e Rio de Janeiro), pode-se con-

cluir que houve redução no volume de recursos (próprios ou oficiais) destinados ao plantio de milho, ano passado. Nesse sentido, a área semeada com o cereal atingiu 11.265 mil hectares, contrariando o otimismo oficial que previa a volta ao nível do plantio recorde de 1976/77 (11.740 mil ha). No entanto, a estiagem voltou a afetar importantes regiões produtoras da região Centro-Sul, concorrendo para uma nova frustração da safra, estimada, atualmente pela CFP em 16,6 milhões de t. Configuram-se, assim, perspectivas de um inusitado aperto no quadro do abastecimento interno do produto, forçando o país a novamente ingressar, como comprador, no mercado internacional. Nessas circunstâncias, merecem destaque alguns pontos relevantes que são abordados a seguir.

Nos últimos anos, a notória fase de retração da oferta de bovinos prontos para abate vem representando grande incentivo à produção de carnes substitutas, incrementando seu consumo na dieta da população. Em resposta, é de se esperar, em 1979, um consumo interno de rações talvez superior a 11,5 milhões de t. Antes do período de estiagem, calculava-se uma demanda total por milho da ordem de 18 milhões de t. Porém, a expressiva alta de preços que se seguiu àquele período, por certo levará a que o consumo não atinja a demanda prevista. Em compensação, poderá levar, também, a uma redução no nível do auto-consumo, possibilitando, por conseguinte, a ampliação da quantidade ofertada no mercado. Mesmo acrescentando-se a utilização de sucedâneos do cereal (raspa bruta e farinha de mandioca integral, sorgo etc.), ainda assim, o déficit na oferta de milho deverá exceder a 1 milhão de t.

Com efeito, as recentes notícias a respeito do desenvolvimento da produção no Nordeste revelam a possibilidade de uma quebra de safra da ordem de 14% % sobre a estimativa inicial da CFP, com o que aquela região produziria tão somente 1.25 milhão de t este ano. A confirmação dessas notícias baixaria a produção brasileira a 16.4 milhões de t, frustrando a pretensão governamental de reduzir as importações, em relação ao volume originalmente programado. Todavia, a perspectiva de prolongamento da redução na oferta interna de bovinos em 1980 cria, forçosamente, a premência de adequar-se o fornecimento de milho e rações às atividades avícolas e suinícolas, no sentido de não impedir a expansão da produção dessas carnes mais baratas, já que o preço da carne bovina é proibitivo para grande parcela da população.

É POSSÍVEL O AUMENTO DAS IMPORTAÇÕES

Uma vez aceita essa perspectiva e confirmada a queda na produção nordestina, as compras brasileiras no mercado externo poderiam até mesmo superar a meta inicial (1 milhão de t). A estratégia governamental de reduzir as importações a 60% desse volume, toma por base elevar para 600 mil t a produção da "safrinha" (colheita antecipada em jan-fev) dos estados de São Paulo e Paraná, principalmente. Esse programa prevê a cobertura de 100% dos riscos através do PROAGRO, além da instituição de um preço especial de compra pela CFP. Apesar disso, informações preliminares oficiosas estimam uma colheita máxima de 350 mil t. Sedimenta-se, então, a possibilidade de alteração naquela estratégia, engrossando o volume das compras externas do país.

A concretização das compras no exterior, a exemplo do ano passado, foram iniciadas com atraso substancial; já em fevereiro as estimativas sombrias da safra de milho colocavam o país na condição de importador. Não obstante, somente ao final de julho é que a COBEC e a INTERBRAS ("trades" estatais vencedoras da concorrência) realizaram as primeiras compras (330 mil t), num dispêndio da ordem de US$ 56,1 milhões CIF. Nesse interim, as cotações do produto na Bolsa de Chicago elevaram-se em 27%, respondendo não só à entrada agressiva da URSS no mercado, bem como ao movimento geral de alta das "commodities", derivado do reajuste dos preços internacionais do petróleo. Tal atraso, além de significar maiores gastos com as importações, poderá comprometer os esquemas

de distribuição do cereal aos consumidores, pois o montante já adquirido só começará a ser desembarcado nos portos brasileiros em setembro próximo.

A importação de 1 milhão de t, caso efetivada, reprsentará um volume de recursos da ordem de US$ 165 milhões, incluindo as despesadas com fretes marítimos. Acrescidos os custos de interiorização, o cereal alcançará um preço final superior em cerca de 70% ao valor base de Cr$ 173/sc 60 kg, pelo qual o governo pretende comercializar o produto (a partir de outubro) junto aos consumidores da matéria-prima (avicultores, suinocultores, etc.). Dessa forma, será necessária a alocação de aproximadamente Cr$ 2,1 bilhões em subsídios para atender à comercialização do produto nas condições desejadas.

A ESTIMATIVA É DE ALTA NOS PREÇOS

Devido à reduzida disponibilidade interna, a retenção especulativa de estoques e os problemas esperados na distribuição do milho importado, ao lado de uma forte pressão de demanda pelo cereal, fundamentam a antevisão de uma alta acentuada dos preços até a entrada da nova safra, no outono próximo. Os preços atuais praticados no mercado atacadista de São Paulo (fontes extra-oficiais) e Belo Horizonte (segundo a EPAMIG) oscilam, respectivamente, em torno de Cr$ 260 e Cr$ 250 a saca de 60 kg. Partindo-se desse patamar, e com a perspectiva de recrudescimento do processo inflacionário, não seria de todo descartável a hipótese especulativa de que tais preços, no final do ano, aproximen-se de Cr$ 300 e Cr$ 290, respectivamente, nos referidos mercados. Dessa maneira, o montante a ser importado e o eventual sucesso na distribuição do produto constituem o talvez diminuto cacife governamental para coibir, efetivamente, a indesejável elevação dos preços nos principais centros consumidores de milho do país.

A área de milho na safra 1979/80 resultará da ponderação de importantes variáveis que concorrem para definir a intenção de plantio dos agricultores. Dentre esses fatores, destacam-se o delineamento dos preços de mercado, a disponibilidade relativa de recursos para o custeio da produção, os preços mínimos relativos e a disponibilidade dos fatores de produção. A partir do cotejo destas variáveis em função dos diferentes produtos que concorrem em área, os agricultores voltados predominantemente para a produção de mercado formam o seu processo decisório.

A análise das diversas faixas do Valor Básico de Custeio (VBC) para a cultura do milho, uma vez convertidos os seus valores para a unidade do produto (em Cr$/kg), mostra importantes peculiariedades. Excluindo-se as duas faixas de produtividade extremas ("até 900 kg/ha" e "acima de 3.101 kg/ha") e tomando-se para os 11 intervalos restantes o seu ponto central, percebe-se, entre a menor e a maior produtividade, uma queda apreciável de 26,5% no montante de financiamento a ser concedido à produção de cada unidade. Evidencia-se, assim, a maior oferta de crédito subsidiado, por unidade de produto, aos agricultores que obtém menor rendimento físico por hectare, talvez como forma de possibilitar o crescimento da sua produtividade.

AUMENTANDO A CONCENTRAÇÃO DO CRÉDITO?

A sistemática atual de implementação do crédito de custeio agrícola baseada em diferentes valores para as diferentes faixas de produtividade, embora seja regressiva para os rendimentos físicos mais elevados, não o é de forma suficiente a estreitar a distância entre os valores extremos dos créditos concedidos por área. Este fato poderá incentivar a adoção de mecanismos que acabem em superestimação da produtividade física obtenível com a tecnologia utilizada pelos produtores, a fim de elevar o montante do custeio por hectare. Assim, em função da facilidade do acesso e do maior poder de barganha dos grandes produtores junto às

instituições bancárias, poder-se-ia incorrer no incremento da concentração do crédito subsidiado, aguçando as contradições do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR).

APENAS 6,7% DOS PRODUTORES RECEBERAM CRÉDITO INSTITUCIONAL

Na ausência de informações mais atualizadas, o confronto dos dados do COMCRED/ Ministério da Agricultura com os do Recadastramento do INCRA, permite alinhavar alguns pontos concernentes à utilização do crédito institucionalizado na produção de milho. A nível de Brasil, em 1972, aproximadamente 1,63 milhões de imóveis rurais mantinham alguma produção do cereal. No mesmo ano, o número de contratos de custeio agrícola aos produtores somou 109,1 mil para uma aplicação total de Cr$ 2,29 bilhões, a preços de 1978. A relação contratos/imóveis indica, a grosso modo, que no máximo 6,7% dos imóveis produtores de milho foram cobertos pelo crédito institucional destinado especificamente ao custeio da produção do cereal. Essa relação tem seus extremos na Região Nordeste (apenas 2,1%) e na Região Sudeste (13,4%).

Evidentemente, tais números devem ser tomados apenas dentro da ótica especulativa da análise. Primeiro, porque o contrato não se vincula diretamente ao imóvel (embora este normalmente faça parte das garantias ao empréstimo) e, sim, ao produtor (normalmente o proprietário, pois o acesso de parceiros e arrendatários ao SNCR é ainda mais limitado). Segundo, porque se está considerando a existência de apenas um contrato para cada imóvel. Por fim, aquela relação não considera o crédito destinado ao repasse pelas cooperativas aos produtores.

De 1972 a 1976, o número de contratos para custeio de milho cresceu 50%, enquanto o volume total de crédito para aquela finalidade expandiu-se em 690% (em termos reais). Essa evolução reflete uma ampliação mais vertical do que horizontal no acesso dos produtores ao crédito subsidiado. Comparativamente, a área e a produção do cereal, no mesmo período, apresentaram um crescimento da ordem de 6% % e 20%, respectivamente.

A partir de 1972, constatou-se um expressivo avanço da aplicação do crédito rural na agropecuária brasileira (mormente nas explorações voltadas para o mercado externo). Parece pouco provável, no entanto, que se tenham promovido grandes alterações no perfil anteriormente traçado sobre a sua distribuição, no sentido de reduzir substancialmente o número de produtores que ainda permanecem alijados dos benefícios do crédito subsidiado.

Relativamente ao plantio do milho para a safra 1979/80, considerando-se os dispositivos legais previstos no recente "pacote agrícola" e que preconizam a aplicação de 25% do volume de crédito institucionalizado junto aos mini e pequenos produtores, permanece indefinida a magnitude da demanda que tais agricultores apresentarão. De qualquer forma, as dificuldades que surgirão no cadastramento, na estipulação de garantias e na fixação das faixas de produtividade para os que recorrem pela primeira vez ao Sistema Nacional de Crédito Rural, além da incerteza quanto ao interesse dos agentes bancários em colaborar para a efetivação das metas previstas no "pacote", constituem nos principais entraves à distribuição do crédito nos moldes pretendidos.

O "PACOTE AGRÍCOLA" PROVOCARÁ MAIOR DISTRIBUIÇÃO?

Em que pese à inexistência de estudos detalhados a respeito dos custos de produção das lavouras nos diferentes estados e regiões brasileiras, alguns indicadores disponíveis permitem contrapor as despesas operacionais de produção ao montante de financiamento a ser concedido ao produtor através do Valor Básico de Custeio. No caso do milho, em particular, podem-se tecer algumas considerações de acordo com os dados contidos no Quadro 1.

Conforme a abordagem anteriormente apresentada, às faixas de menores produtividades estariam correspondendo um valor maior de crédito de custeio, por unidade do produto. A situação é outra, todavia, quando se considera tais montantes de crédito em relação aos dispêndios para a realização da produção. Com efeito, o quadro abaixo sugere que a cobertura institucional acompanha a tendência da evolução da produtividade. O aumento desta, viabilizado por uma utilização mais intensiva de fatores de produção modernos, propicia a redução dos custos operacionais numa intensidade mais acentuada do que a redução experimentada pelo volume creditício alocado à produção de uma mesma unidade do produto, conforme o Quadro 1. A gradativa diminuição da cobertura institucional que se verifica paralelamente ao decréscimo da produtividade, revela a necessidade de maior participação dos recursos próprios dos produtores para concretizar a produção. Tal fato, associado à escassez atual de capital de giro poderá significar uma menor utilização de insumos modernos e entravar uma eventual expansão da área cultivada, comprometendo, de ambas as formas, o crescimento da produção no grau desejado pelas autoridades governamentais.

QUADRO 1

Estimativas[1] dos Valores de Custeio, Preço Mínimo e Custo Operacional de Produção da Lavoura de Milho, Safra 1979/80

	São Paulo (média do Estado)	São Paulo (DIRA de Ribeirão Preto)	São Paulo (Região de Orlândia)	Paraná (DERAL)
Produtividade (kg/ha)	2.220	2.820	3.600	2.700
Custeio (VBC) (Cr$/sc 60 kg)	103,62	96,11	84,50	95,29
Custo Operacional de produção (CP) (Cr$/sc 60 kg)	177,19	137,18	97,19	140,62
Cobertura institucional VBC/CP (em %)	58,4	70,1	86,9	67,8
Preço Mínimo – PM	185,40	185,40	185,40	185,40
Relação PM/CP	1,05	1,35	1,91	1,32

Fonte dos Dados Brutos: IEA/SP e S.A./DERAL/PR.

1 Os dados de São Paulo apresentam estimativas do Instituto de Economia Agrícola e consideram as condições concretas de produção no estado, na Divisão Regional Agrícola de Ribeirão Preto e na Região de Orlândia.

A estimativa do DERAL (Paraná) não representa a média das condições do estado, mas sim um sistema de produção intensivo em capital, que possibilita auferir o explicitado nível de produtividade.

A fixação do preço mínimo do milho para a região Centro-Sul em Cr$ 185,40/sc representa um incremento de 71,7% sobre o valor até então vigente. Apesar da boa receptividade dessa medida entre os agricultores, o consenso geral indica que o nível atual desse preço corresponde, em grande parte, a uma reposição face aos baixos reajustes obtidos nas últimas temporadas. Muito embora os preços atuais de mercado, a nível dos produtores, estejam em vias de alcançar o preço mínimo recém-estipulado, deve-se ter em mente a progressiva erosão desse preço de referência até a entrada da nova safra, quando servirá de base às operações de EGF e AGF. Os preços recebidos, por seu turno, continuarão em franca ascensão até a proximidade da nova colheita, a despeito da distribuição interna de cereal importado.

A PREVISÃO É DE AUMENTO NA ÁREA PLANTADA

De qualquer modo, tanto as recentes medidas adotadas pelo governo dentro da política de crédito do custeio agrícola e de preços mínimos, como o desenvolvimento atual dos preços de mercado, influem positivamente sobre a definição das intenções dos produtores quanto ao plantio de milho. No entanto, as dificuldades, carências e deformações estruturais anteriormente arroladas desincentivam posturas arraigadamente otimistas. Assim, não só pode-se esperar um razoável crescimento da área semeada, bem como uma expressiva recuperação da produção sobre a (frustrada) colheita de 1979.

As condições concretas atuais não permitem que se estime com exatidão a extensão dos campos de milho no país em 1979/80. No entanto, dentro da precariedade de praxe, tem-se como razoável o prognóstico de que a expansão do plantio viabilize um crescimento oscilando em torno de 3,5% da área da safra 1978/79 (11,27 milhões de ha). Por outro lado, parece pouco provável uma elevação mais acentuada da produtividade à custa de maiores quantidades de insumos modernos, notadamente os fertilizantes. Estes devem intensificar a pressão sobre os custos de produção, devido à alta dos preços do petróleo e derivados, além dos entraves que se verificam no setor de transportes.

A exemplo dos anos anteriores, a colheita futura do país dependerá do comportamento do clima nas principais regiões por onde se estende o cultivo do cereal. Em condições normais de desenvolvimento vegetativo e razoáveis índices de produtividade (próximo de 1.650 kg/ha) pode-se estimar que a produção nacional poderá superar levemente a barreira de 19 milhões de t, em 1979/80.

A região Centro-Sul, poderá apresentar um crescimento de área semeada por volta de 3,5%, sobre os 9,12 milhões de hectares de 1978/79. O Paraná, auto-suficiente, deverá continuar na liderança da produção de milho no país. As informações disponíveis dão conta de um plantio aproximado de 2,2 milhões de ha, com o aprisionamento de áreas marginais da soja para o cultivo do milho destinado totalmente ao mercado, tendência esta também verificada em 1978.

SAFRA 79/80: UMA PRODUÇÃO DE 19 MILHÕES DE T

A despeito da atratividade dos preços da soja, percebe-se, no Rio Grande do Sul, como resposta às frustrações acumuladas nas duas últimas temporadas, uma forte tendência a evitar o crescimento da monocultura nos plantios de verão. Assim, é notório o movimento no sentido da diversificação do plantio. A diversificação envolve, também, a ampliação das atividades pecuárias. Neste sentido, causa perplexidade o volume de investimentos que se vêm realizando ultimamente para a produção de suínos naquele estado, podendo acarretar um excesso de oferta proximamente. Santa Catarina, a exemplo do Rio Grande do Sul, poderá elevar sua produção, principalmente nas zonas minifundiárias, visando a reduzir o deficit de seu abastecimento interno e a frear a alta dos custos de produção de produtos pecuários, decorrente da sua dependência maior de outros estados produtores de milho, em 1978 e 1979.

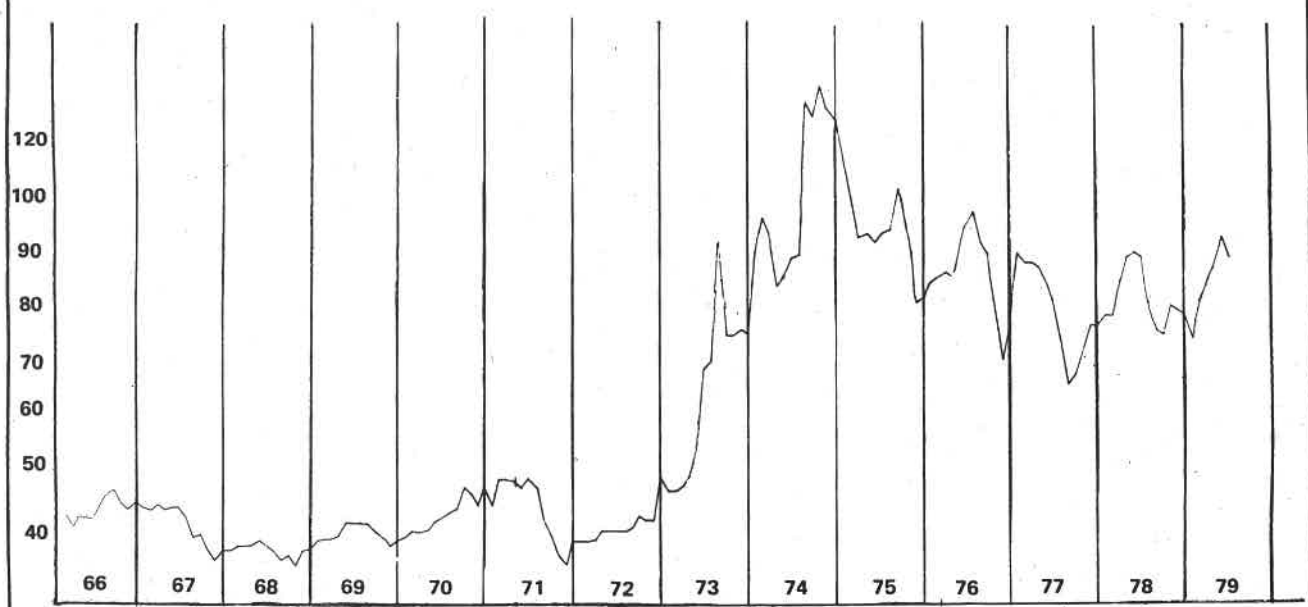
Em São Paulo, continua o processo de expulsão das culturas de menor rentabilidade para terras de fertilidade natural mais baixa ou para além das fronteiras do estado. Assim, por exemplo, ganha destaque a significativa expansão da área de soja e dos canaviais (com os estímulos à produção de álcool carburante) a novas regiões, destinadas anteriormente ao cultivo de produtos básicos de alimentação e pastagens. Evidencia-se, então,. o contínuo afastamento dos campos de cultivo de milho em relação aos principais centros de consumo e de processamento da matéria-prima. Não obstante, a área da safra 1979/80 propiciará uma colheita de milho superior (talvez em 15%) às 2,4 milhões de t produzidas, no ano passado.

Em síntese, as estimativas preliminares da produção de milho na região Centro-Sul indicam um volume próximo a 17,5 milhões de t, considerando-se um desenvolvimento normal da produção. A concretização desse prognóstico, se acompanhada de incrementos proporcionais nas colheitas de soja, arroz, e demais grãos, resultará em pressão de demanda sobre a capacidade de armazenagem do país e no sistema de transporte de produtos agrícolas. Nesse aspecto, a atuação governamental deve pautar-se em coibir abusos desmedidos, seja nos preços dos serviços ou dos produtos. Particularmente no caso do milho, seria oportuna a dotação de recursos e meios para que a CFP realizasse compras logo à entrada da safra (a um nível de preços não necessariamente igual ao mínimo de referência), viabilizando a formação de estoques estratégicos e evitando uma queda muito acentuada nos preços recebidos pelos produtores.

Finalmente, o presente texto, em seu todo, ressalta a importância dos preços de mercado sobre a intenção de plantio dos produtores e, por decorrência, na produção total do país. Fica também evidente a necessidade de uma definição das políticas de preços e de produção não atadas a objetivos de curto prazo, cujos efeitos em anos recentes deixaram um rastro de incertezas e descontentamento no meio rural, enquanto os problemas de abastecimento assumiam contornos dramáticos.

GRÁFICO 1

PREÇOS DO MILHO YELLOW Nº 2 NA BOLSA DE CHICAGO
1966-jun-1979



Fonte dos Dados Brutos: Reuters.

SOJA

A ELEVAÇÃO SUBSTANCIAL DO PREÇO MÍNIMO PARA A SAFRA 1979/80 DEVERÁ SE CONSTITUIR EM IMPORTANTE INCENTIVO À EXPANSÃO DA SOJA EM NOVAS REGIÕES PRODUTORAS COMO O CENTRO-OESTE. NAS REGIÕES PRODUTORAS TRADICIONAIS, AS PERSPECTIVAS DE AUMENTO DA ÁREA PLANTADA SÃO MAIS LIMITADAS. AS QUEBRAS DAS DUAS ÚLTIMAS SAFRAS, DEVIDO A PROBLEMAS CLIMÁTICOS, E OS INCENTIVOS INSTITUCIONAIS QUE ALGUMAS CULTURAS CONCORRENTES VÊM RECEBENDO SÃO ALGUNS DOS FATORES QUE DEVERÃO INIBIR, ESTE ANO, A EXPANSÃO DA SOJA NO SUL DO PAÍS. ALÉM DISSO, A BAIXA DISPONIBILIDADE DE SEMENTES PODE SER UM ENTRAVE A UMA EXPANSÃO SIGNIFICATIVA DA ÁREA DE PLANTIO.

A frustração da safra 1978/79 da soja, produto mais dinâmico de nossa agricultura nos últimos anos, representou nova decepção para os produtores brasileiros. Apesar da colheita ter terminado ainda no primeiro semestre, as estatísticas não são conclusivas, mas tudo indica que as minguadas 9,5 milhões de t, obtidas em 1978, foram superadas em, no máximo 500 mil t.

Assim, a quebra da safra deverá ser da ordem de 29% em relação à previsão inicial de produção (14 milhões de t), situando-se a produtividade média em apenas 1.220 kg/ha (29% abaixo da média obtida no triênio 1974/77). Mais uma vez, a causa do insucesso foi a estiagem que atingiu a cultura, especialmente no Rio Grande do Sul, durante o mês de janeiro. A quebra consecutiva da safra nos dois últimos anos vem acarretando algumas repercussões negativas, tanto comprometendo o setor, agroindustrial quanto trazendo problemas ao abastecimento interno.

Analisando-se o setor agroindustrial, observa-se que na esteira da expansão da soja no Brasil ocorre uma ampliação substancial do parque industrial para transformação de grãos em farelo e óleo, derivados de altas cotações nas bolsas internacionais de matérias-primas. Hoje, o Brasil dispõe de uma capacidade instalada de 18,3 milhões de t e se, em 1979, o país tivesse produzido 14 milhões de t, ainda assim a capacidade ociosa do parque industrial estaria acima de 20%. Mas a situação atual é bem mais grave, em face das quebras de produção das duas últimas safras. Subtraindo-se das 10 milhões de t produzidas em 1979, as reservas para sementes e as exportações de grão (aproximadamente 1,5 milhão de t), a disponibilidade para esmagamento será de apenas 8,5 milhões de t, correspondendo a 46% da capacidade instalada.

Cabe ressaltar que muitos setores da indústria brasileira operam com capacidade nominal muito acima das necessidades do mercado. Sendo assim, os custos adicionais, advindos dessa situação, já estão embutidos na estrutura contábil das empresas. Na verdade, a origem desta distorção estrutural deu-se na fase do "milagre" brasileiro, quando os empresários, mediante dinheiro barato, atenderam aos chamamentos governamentais para ampliação da capacidade instalada. Os recursos necessários à expansão do parque de esmagamento de soja, da mesma forma, foram obtidos a juros subsidiados.

Este fato, no entanto, nunca é lembrado quando as indústrias, pretendendo reajustes de preços, alegam a pressão sobre os custos oriundos da existência de uma elevada ociosidade. Este ano, entretanto, a escassez de grãos deverá se fazer sentir de forma mais acentuada, havendo a possibilidade de faltar matéria-prima até para o funcionamento "normal" (isto é, um índice de 40% de ociosidade das fábricas).

Quanto ao abastecimento interno, os problemas se vinculam à situação do mercado internacional. Assim, observa-se que as perdas da safra brasileira, já constatadas no princípio do ano, provocaram um aquecimento da demanda internacional do complexo soja. No Brasil, a corrida para o registro de exportações, motivada pelos preços ascendentes, levou a CACEX, ainda que com um certo atraso, a fixar cotas para o abastecimento interno, uma vez que os registros efetivados de óleo e grão já constituíam na época o total dos "excedentes exportáveis". Assim, já se delineava, no início do ano comercial brasileiro (março/fevereiro), a perspectiva de um abastecimento interno conturbado.

Em face da disparidade entre os preços de óleo de soja nos mercados internacional e nacional e, posteriormente, frente ao tabelamento estabelecido pelo governo, as indústrias alegaram não haver possibilidade de suprir as necessidades domésticas àquele nível de preços. O período de fevereiro a junho caracterizou-se, pois, por intensa movimentação entre os representantes das indústrias esmagadoras e autoridades governamentais.

Do lado da indústria, os movimentos eram todos no sentido de forçar aumentos de preços e maior liberdade de exportação, não faltando até mesmo a forma predileta de pressão dos empresários — a retenção do produto. As autoridades, por sua vez, com os olhos fixos nos índices inflacionários, lançaram mão de seu ineficiente arsenal de medidas imediatistas de contenção de preço e regularização da oferta.

A primeira medida concreta neste sentido foi tomada em fevereiro, quando a CACEX fixou um quota mínima de 1,6 milhão de t de farelo e 1,08 milhão de t de óleo de soja, que seriam destinadas ao atendimento das necessidades domésticas, em parcelas mensais de 90 mil t de óleo e 133 mil t de farelo.

Em março, contudo, a CACEX suspendeu os registros de exportação de farelo e óleo devido ao não cumprimento do acordo segundo o qual as indústrias haviam se comprometido a prover o abastecimento doméstico, exportando tão somente os excedentes de produção. Em abril, foram reabertos os registros de exportação e, tendo em vista o fracasso da sistemática empregada anteriormente, foram estabelecidas quotas para o mercado externo de 5.078 mil t de farelo e 567 mil t de óleo e a demarcação de um prazo de até 27/4 para a normalização do abastecimento interno, sob pena de serem suspensos os créditos para exportação.

Durante todo esse período, apesar das medidas tomadas pelo governo, não se conseguiu a regularização do abastecimento. Em cada novo "acordo de cavalheiros", a renovada promessa de que a situação se normalizaria era prontamente frustrada pela ausência do produto, nas prateleiras dos supermercados dos grandes centros.

NA CRISE DE ABASTECIMENTO, O FATOR ESPECULAÇÃO

Observa-se também que, na presente temporada, a falta de óleo de soja para o suprimento interno apresenta, como pano de fundo, uma subestimação do nível atual de consumo da população brasileira. A nitidez dessa subestimativa repousa no fato de que o volume de 1,08 milhão de t, previsto para o consumo da atual temporada, fica abaixo das 1,2 milhão de t, consumidas em 1978/79. Desse modo, ao lado da escassez da oferta interna, o nível de preços do mercado internacional funcionou como estímulo para que se aumentassem ficticiamente os excedentes, mediante o rebaixamento do consumo interno.

Na realidade, porém, foi o tabelamento do óleo de soja o mais forte elemento que impediu o abastecimento normal do mercado. A luta contra o tabelamento, ou por um reajuste condizente com a realidade do mercado, foi o caminho que as indústrias moageiras e refina-

doras trilharam para diminuir ao máximo o seu alegado prejuízo com a colocação de óleo de soja no mercado doméstico.

Por outro lado, as autoridades governamentais, para cumprirem o papel de mediadoras de interesses conflitantes, usaram todo o seu arsenal de medidas, desde o trivial e inócuo "acordo de cavalheiros" até as ameaças de corte dos créditos de exportação. O tabelamento, entretanto, sem salvaguardas concretas (estoques reguladores), depende, em última instância, de um certo "espírito de sacrifício" dos industriais, além de pressupor um controle governamental efetivo da qualidade do produto, objetivando impedir que a "criatividade" empresarial, através de saídas sub-reptícias, acabe por burlar os dispositivos legais. O óleo misto tem sido uma dessas saídas.

A comparação dos dados relativos à disponibilidade interna de óleos vegetais comestíveis no Brasil, reforçam esta hipótese. Este ano, a oferta doméstica dos óleos vegetais, exceto óleo de soja, deve atingir 130 mil t (óleos de amendoim, de milho, e de algodão), quantidade esta que representa apenas 11% do total da oferta interna. É evidente, portanto, que a participação do óleo de soja, na composição do óleo misto é, em condições normais de mercado, bastante elevada. Ora, se os óleos mistos este ano, não tem seus preços controlados e são vendidos com um ágio de 50% em relação ao produto tabelado, é provável que as indústrias tenham optado por transformar suas quotas de entrega de óleo de soja ao mercado interno em óleo misto, impedindo assim, que os mecanismos institucionais fossem suficientes para garantir o atendimento das necessidades internas.

FARELO DE SOJA: SEM PROBLEMAS NO MERCADO INTERNO

Em relação ao consumo brasileiro de farelo de soja para o período de 1979/80, especialistas do setor consideram o volume de 1,6 milhão de t, previsto pela CACEX, aquém das reais necessidades do país. Mesmo assim, não deverá haver problemas para o atendimento ao mercado doméstico.

Entre as causas que permitirão este atendimento, destaca-se o fato de que a liberação anunciada do preço interno do farelo dará margem à equiparação com os preços internacionais, facilitando o atendimento da demanda doméstica. Na realidade, desde março, o farelo vem sendo negociado a preços superiores ao da tabela, razão porque a extinção do tabelamento virá tão somente legitimar a atual realidade do mercado.

Além disto, a safra recorde norte-americana de 50,2 milhões de t de grãos, em 1978/79, propiciou a expansão do esmagamento naquele país, resultando num aumento da oferta americana de farelo de soja de 21,8 milhões de t, contra 20,5 milhões em 1977/78, representando um acréscimo de 6%.

ESCALADA ALTISTA NAS COTAÇÕES INTERNACIONAIS

Com a expectativa da entrada das safras de verão do Hesmifério Sul, os preços do complexo soja costumam se apresentar desaquecidos nos dois primeiros meses do ano. Em 1979, no entanto, a ocorrência da estiagem no Brasil provocou uma escalada altista nas cotações internacionais, até certo ponto inesperada, tendo em vista o desempenho inédito da última safra norte-americana. As sucessivas reavaliações para baixo da produção brasileira de soja foram, em parte, compensadas pelos aumentos das estimativas de produção e exportação norte-americana, realizadas pelo USDA.

Para o ano comercial norte-americano 1978/79, podemos observar as seguintes alterações do "Supply & Demand Estimates" no período de 26/1 a 12/7/79: grãos — aumento das exportações de 20,7 milhões de t para 21,9 milhões e do esmagamento, de 27,2 para 27,8 milhões de t; farelo — incremento na produção de 21,5 para 22,0 milhões de t, aumento das exportações em 320 mil t, ao mesmo tempo em que a previsão para o estoque final em 30/9/79 baixou de 313 mil t para 243 mil t; óleo — aumento da produção em 200 mil t.

Estas reavaliações indicam a recuperação de mercados obtida pelos EUA nesta temporada, que foi ainda facilitada pela redução da safra soviética de girassol e de grãos em geral. A médio e longo prazo, porém, a perspectiva de expansão do mercado internacional de soja e oleaginosas é particularmente promissora e, em certa medida, bastante atraente do ponto de vista dos países produtores. Isso porque, se, por um lado, a produção mundial de oleaginosas tem crescido a taxas elevadas, por outro, a demanda mundial de farelo proteínicos e óleos vegetais tem se expandido de forma também significativa.

A soja, o girassol e a colza são as três oleaginosas responsáveis pela expansão da oferta mundial de óleo em 1978/79. Em relação à soja, a produção argentina de 3,8 milhões de t (a média de 1972/77 foi de 670 mil t) é um fato que deve despertar a atenção das autoridades brasileiras. Em função da redução da oferta brasileira, aquele país se tornou o segundo maior exportador de grãos, posição que deve ser mantida, pelo menos a curto prazo, por não dispor, como o Brasil, de um parque de esmagamento que lhe possibilite a venda ao exterior de farelo e óleo, subprodutos de maior valor agregado.

Também os EUA vêm expandindo sua produção de soja. Este ano, houve um aumento na área plantada da ordem de 7,4%, devendo a produção norte-americana alcançar 57,95 milhões de t, de acordo com as estimativas do USDA divulgadas em 10.8.79. Neste caso, em 1979/80, a oferta mundial de soja deverá ser de 92 milhões de t, 15% superior à registrada em 1978/79 (ver Quadro 1).

Quanto ao girassol, está havendo grande expansão também nos EUA e Argentina onde se deve chegar, em 1980, a uma produção de 3,2 e 1,8 milhões de t, respectivamente (as médias do período 1972/77 foram de 300 mil e 900 mil t em cada um daqueles países). Assim, espera-se que, em 1979/80, a produção mundial dessa oleaginosa cresça em mais de 10%.

ÓLEOS SUBSTITUTOS NÃO CHEGAM A AMEAÇAR

Em relação à colza, a produção canadense tem-se expandido rapidamente. No Brasil, é concorrente da soja, no plano comercial, pois apresenta um teor oleaginoso de 40%, apesar de se tratar de uma cultura de inverno. Desse modo, especialistas do setor nutrem esperanças de que essa oleaginosa, no futuro, ganhará parcelas consideráveis de nossas áreas

QUADRO 1

Estimativa da Produção Mundial de Soja para a Safra 1979/80

	Projeção para 1979/80	1978/79
EUA	58,0	50,2
Brasil	13,5	11,0(*)
Argentina	4,5	3,8
Paraguai	0,6	0,4
China	10,5	10,5
Outros	5,0	4,3
Total	92,1	80,2

(*) A estimativa do USDA para 1978/79 excede em 1,0 milhão o último dado interno.
Fonte: USDA.

agrícolas. Plantios experimentais já estão sendo feitos no Rio Grande do Sul, visando à difusão do seu cultivo no país. Além disso, algumas indústrias brasileiras já efetuaram compras de colza no mercado internacional para moagem e mistura com o óleo de soja, objetivando compensar a restrita disponibilidade de soja no mercado interno.

De acordo com o USDA, a produção mundial de oleaginosas na safra 1979/80, deverá situar-se em torno de 174 milhões de t, gerando 92 milhões de t de farelo e 59 milhões de t de óleo, (incluindo farelo e óleo de peixe). Comparativamente à safra 1978/79, as quantidades de grãos e de farelos apresentam um incremento de 10%, enquanto o aumento de óleo é de apenas 7%. Tal crescimento é considerado suficiente para atender à expansão da demanda.

Por outro lado, o consumo de oleaginosas deve crescer menos aceleradamente. O semanário "Oil World" prevê que, na temporada 1978/79, as necessidades mundiais de importação de grãos e óleos deverão crescer 4%, isto é, um crescimento menor do que a média anual de 7,5%, registrada no último quadriênio. Devemos acentuar, que no momento, o farelo é o elemento mais dinâmico no comércio internacional de oleaginosas, e particularmente no do complexo soja. Este fato deriva da necessidade do aumento mundial dos rebanhos, que, após um período de redução dos estoques de animais, devem crescer substancialmente nos próximos anos. Em função disso, já se constata forte expansão das populações suínas e avícolas, as quais, em 1978, cresceram em relação ao ano anterior 6,0 e 4,6% respectivamente.

Do lado da demanda do complexo soja, em particular, dificilmente pode-se esperar expansão de 15% como previsto para a oferta (ver Quadro 1). Isso porque, conforme observado anteriormente, a produção de oleaginosas substitutas da soja também deverá crescer significativamente, no mesmo período. Além disso, somente uma vez ocorreu um crescimento inusitado do consumo da soja e seus derivados, quando o rigoroso inverno europeu de 1977, aliado aos baixos preços vigentes no mercado, elevou em 20% a sua demanda, em relação ao período anterior. Para 1979/80, a se concretizarem as projeções de produção do USDA, os preços deverão se situar em patamar inferior ao de 1979, em virtude da competição que se verificará entre os principais países exportadores.

Neste sentido, a Argentina buscará aumentar sua participação no mercado de grãos, enquanto o Brasil se esforçará para reconquistar as parcelas perdidas para os EUA na venda de derivados. Ao lado da possível maior oferta, essa disputa paralela que deverá ocorrer no mercado do complexo soja, será um fator a mais a comprimir as cotações no período 1979/80.

Dentro dessa ótica, as projeções preliminares do USDA indicam médias de preços menores do que as que serão obtidas no atual ano agrícola. Segundo estas previsões, as cotações médias em 1978/79 deverão ser as seguintes: grão — US$ 248/t; farelo — US$ 204/t e óleo — US$ 595/t. Tal perspectiva não é animadora para os produtores brasileiros que, após duas quebras consecutivas, esperam obter níveis normais de produção.

NOVO PREÇO MÍNIMO PROTEGE O AGRICULTOR

Diante deste panorama, como será o comportamento do produtor brasileiro? A resposta está condicionada, evidentemente, à comparação entre as perspectivas dos preços internos e externos da soja e de outros produtos concorrentes em área, bem como da cobertura institucional de que disporá a cultura.

O reajuste do preço mínimo recentemente divulgado ampliou, de forma significativa, a proteção governamental contra a chamada ruína de abundância. Isso porque o novo preço mínimo (Cr$ 315/sc 60 kg) deverá situar-se em nível bem mais próximo ao das cotações de mercado que nos últimos anos.

No entanto, tendo em vista o dinamismo do mercado de soja, o agricultor normalmente valoriza pouco esse tipo de proteção, preocupando-se muito mais, quando da defini-

ção das intenções de plantio, com as perspectivas do preço do produto e os recursos disponíveis para financiamento. Apesar disso, a elevação substancial do preço mínimo deverá se constituir em importante incentivo à expansão da soja em regiões produtoras não tradicionais como a região Centro-Oeste. Isso porque, nessas regiões, a deficiente infraestrutura de comunicação, transporte, etc., impede que o produtor efetue comercialização de sua safra em condições mais atraentes.

Nas regiões produtoras tradicionais, as perspectivas de aumento da área plantada são mais limitadas. As quebras das duas últimas safras de soja, devido a problemas climáticos, os incentivos institucionais que algumas culturas concorrentes em área vêm recebendo, recentemente, são alguns dos fatores que deverão inibir, este ano, a expansão da soja na região Sul do país.

Por outro lado, a vasta e bem montada estrutura de produção e comercialização de que dispõe a soja naqueles estados torna difícil a reconversão para outras lavouras em função do alto grau de especialização e da problemática da re-alocação dos fatores de produção.

Em relação ao Valor Básico de Custeio, cabe destacar que, considerando um financiamento de apenas 80% para todas as 12 faixas de produtividade (1.000 kg/ha a 2.001), os acréscimos obtidos cobrem a desvalorização da moeda, garantindo, no mínimo, o mesmo volume de recursos do ano anterior. Se, entretanto, o financiamento for de 100%, através da constatação de perdas pela EMATER ou de cobertura do PROAGRO, o plantio da leguminosa se torna bastante compensador, em função do volume de recursos a serem levantados, a título de financiamento de custeio.

Quanto aos custos de produção da soja para a safra 1979/80, há grande defasagem entre os valores calculados pelo governo e os estimados pelas cooperativas. Para um rendimento médio de 1.800 kg/ha, os produtores estimam gastos de Cr$ 5.898,00/ha, enquanto os técnicos governamentais prevêem apenas Cr$ 4.874,00/ha. Deve-se acrescentar, contudo, que, em 1978, para a produtividade de 1.800 kg/ha, o financiamento era de Cr$ 2.700,00/ha, e que, para a safra 1979/80, o reajuste do Valor Básico de Custeio é de 118%, muito acima dos índices inflacionários. De acordo com os cálculos efetuados pelos produtores, o valor financiado da saca de 60 kg deveria ser Cr$ 196,60, e o preço mínimo de aquisição, Cr$ 326,40/sc 60 kg, ou seja, 67% superior ao financiamento.

Mesmo considerando as estimativas de custos dos produtores, as perspectivas para 1979/80 são alentadoras, uma vez que, no final da safra 1978/79, os preços domésticos da soja em grão atingiram Cr$ 385,00/saca. Imaginando-se que os preços da oleaginosa se reajustem, ao longo da atual temporada, em 50%, passando assim para Cr$ 450,00/sc de 60 kg, a margem de lucro dos produtores parece ser ainda bastante atraente.

PEQUENA EXPANSÃO NA ÁREA DE CULTIVO

No entanto, esta expectativa poderá se frustrar em decorrência das condições futuras do mercado internacional de oleaginosas. Como já foi analisado uma expansão significativa da produção mundial de girassol, colza e principalmente soja está prevista para o próximo período, o que dificilmente será acompanhado pelo aumento do consumo de farelos (e óleos) proteínicos. Não é por outro motivo que o USDA prevê, para a próxima estação, preços declinantes em relação à média da atual safra (1978/79).

A resultante final de todos os fatores analisados leva à possibilidade de, para a safra 1979/80, haver uma pequena expansão da área de cultivo no país, que poderá se situar em torno de 8,5 milhões de ha. Em princípio, o Rio Grande do Sul e o Paraná, os dois maiores produtores da federação, devem praticamente manter os níveis de 1978/79, quando foram semeados 4,0 e 2,4 milhões de hectares, respectivamente. O aumento do cultivo deve se dar nas áreas recém-incorporadas à exploração agrícola, especialmente os estados de Mato Grosso do Sul e Goiás. Neste sentido, a área total ocupada pela soja em São Paulo, Santa Catarina, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Minas Gerais e Bahia pode atingir 2,1 milhões de ha, 10% superior à área plantada nesses estados na safra 1978/79.

Entretanto, a concretização dessas projeções está condicionada à disponibilidade interna de sementes. Atualmente, as informações sobre a produção de sementes dentro dos padrões oficiais são ainda preliminares, uma vez que apenas 40% das sementes de soja produzidas no Sul já foram classificadas.

No Rio Grande do Sul, fornecedor tradicional de sementes para outros estados, a produção bruta foi de 6,5 milhões de sacas de 60 kg. Descontando-se desse volume as quebras naturais) (estimada em 20%) no processo de classificação dos lotes, a disponibilidade final será de 5,2 milhões de sacas, sendo que 90% com índice germinativo acima de 80% (padrão A), e 10%, entre 70 e 80% (padrão B). Levando-se em consideração o consumo médio de sementes da ordem de 85 kg/ha, a quantidade de semente fiscalizada é suficiente para cobrir uma área de 3,67 milhões de ha. No entanto, não pode ser omitido que a utilização de sementes fiscalizadas corresponde a 82,7% da área de plantio do estado, sendo o percentual restante coberto por sementes próprias. Assim, partindo-se da premissão que a área de cultivo da próxima safra será de 4,0 milhões de ha, concluimos que, com base nos dados até agora conhecidos, poderá haver um excedente de sementes fiscalizadas de 500 mil sacas. Esses cálculos configuram uma situação de relativo aperto, uma vez que nem toda a semente recebida foi classificada e que o Rio Grande do Sul exporta, por safra, cerca de 1,0 milhão de sacas para outros estados.

Diante desse panorama, se a reserva de semente do Rio Grande do Sul garante a cobertura da área prevista para a próxima safra do estado, o mesmo não pode ser afirmado em relação ao excedente que normalmente supre áreas substanciais de soja nos estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso. Não pode ser também descartada a possibilidade do suprimento dos sojicultores gaúchos ficar comprometido, em face das dificuldades de controle da saída de sementes do estado, mormente em época em qu a demanda é mais intensa.

No Paraná, a disponibilidade bruta de sementes atinge a 6.618 mil sacos de 50 kg. Desse total, estima-se que 3,5 milhões de sacas serão classificadas como padrão A e 500.000, padrão B. Assim, atendidas as necessidades do estado, provavelmente haverá um excedente aproximado de 600 mil sacas de 50 kg.

Diante desse panorama, as reservas de sementes, no Rio Grande do Sul e no Paraná, garantem a cobertura da área prevista para a próxima safra nestes dois estados. Contudo o mesmo não pode ser afirmado em relação ao excedente que normalmente é exportado para as demais regiões produtoras. Considerando-se os dados disponíveis até o momento, é de se supor que haja um excedente mínimo de 60 mil t, suficiente para cobrir 705 mil ha, supondo a utilização média de 85 kg de sementes por ha.

Uma vez contornadas as dificuldades para obtenção das sementes, e sendo efetivamente plantados 8,5 milhões de ha, é possível supor uma produção máxima de 14,5 milhões de t, caso a produtividade seja de 1.700 kg/ha. No entanto, como exercício especulativo, pode-se imaginar que a safra brasileira será de 13,5 milhões, previsão do USDA até o momento. Descontando-se 1,0 milhão de t (reserva de semente e perdas eventuais) teremos uma disponibilidade de 12,5 milhões de t para atender aos seguintes mercados: exportação de grãos em torno de 1 milhão de t, visando a atender a importadores tradicionais; esmagamento de 11,5 milhões de t, que gerarão 8,6 milhões de t de farelo e 2,1 milhões de t de óleo.

Considerando-se as estimativas da CACEX para o mercado doméstico de 1,6 milhão de t de farelo e de 1,08 milhão de t de óleo para 1979, pode-se estimar a demanda interna, em 1980, em 1,8 milhão de t de farelo e 1,3 milhão de t de óleo. Tais valores levam a supor que o excedente exportável pode atingir 6,8 milhões de t de farelo e 800 mil t de óleo.

Neste caso, a receita de exportação do complexo soja, em 1980, deverá aproximar-se de US$ 1,9 bilhão, ligeiramente superior à estimada para 1979. Nas estimativas acima foram utilizadas as médias das previsões de preços para 1979/80, elaboradas pelo USDA, na hipótese de prevalecerem boas condições climáticas em ambos os hemisférios: US$ 221/t (grão), US$ 193/t (farelo) e US$ 419/t (óleo). Entretanto, se houver contratempos significativos em qualquer dos grandes fornecedores mundiais (EUA, Brasil e Argentina), obviamente as expectativas de preços se alteram.

A CARNE DE PORCO JÁ SE CONSTITUI NA SEGUNDA MAIS IMPORTANTE FONTE DE PROTEÍNA ANIMAL À DISPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO. E SEU CONSUMO DEVERÁ AUMENTAR AINDA MAIS EM CONSEQUÊNCIA DOS PREÇOS DA CARNE BOVINA, QUE VÊM SE ELEVANDO SIGNIFICATIVAMENTE DIANTE DA NECESSIDADE DE RECOMPOSIÇÃO DO REBANHO. ESTE ESTÍMULO, POR PARTE DA DEMANDA, DEVERÁ IMPULSIONAR A PRODUÇÃO NACIONAL, ESTANDO PREVISTO, PARA 1985, UM VOLUME DE 1,45 MILHÃO DE T. QUANTO ÀS EXPORTAÇÕES, QUE SOFRERAM UMA REDUÇÃO BRUSCA NO 1º SEMESTRE DE 1978 COM O SURGIMENTO DA PESTE SUÍNA, PODERÃO VOLTAR A APRESENTAR, EM BREVE, SUBSTANCIAL CRESCIMENTO.

O fato de 16% da oferta nacional de produtos de origem animal, entre 1975 e 1977, e de um quarto da produção brasileira de carnes vermelhas provir da suinocultura demonstram a importância cada vez maior desta atividade na economia do país.

Assim é que, embora o consumo brasileiro per capita/ano de carne de porco ainda seja baixo (8 kg), este produto constitui-se, hoje, na segunda mais importante fonte de proteína animal à disposição da população. É possível, inclusive, que esta taxa de consumo aumente em conseqüência da retração do consumo de carne bovina, cujos preços vêm se tornando proibitivos para a maior parte da população. A carne suína, da mesma forma que a carne avícola, tenderá, pois, a crescer de importância na dieta alimentar do brasileiro num futuro próximo. Este estímulo, por parte da demanda, deverá impulsionar a produção nacional, estando previsto, para 1985, um volume de 1,45 milhão de t.

Em 1977, eram 10 os estabelecimentos de abate de suínos sob inspeção federal, dos quais 63,6% localizavam-se na região Sul. No período de 1971/1977, houve uma evolução de 35,6% no número de suínos abatidos nestes estabelecimentos.

No entanto, quando se consideram também, os estabelecimentos fora de inspeção federal, verifica-se que, durante os sete primeiros anos da presente década, o desenvolvimento da suinocultura nacional foi bastante modesto. Prova disto é que a média anual de abates passou de 11,3 milhões de animais, no triênio 1969/71, para apenas 11,8 milhões, no triênio 1975/77, sendo que o número de cabeças abatidas, em 1977, foi somente 10,4% superior aos abates de 1971.

Em 1970, segundo a FIBGE, a participação da suinocultura no valor bruto da produção pecuária do país era de 15%, sendo bem expressiva nos estados da região Sul, e razoável nos estados de Minas Gerais e São Paulo. E, embora no Rio Grande do Sul, essa participação tenha registrado pequeno decréscimo em 1977, nos outros estados analisados ela aumentou sensivelmente, sobretudo em Santa Catarina e São Paulo (veja Quadro 1).

É fato notório, entretanto, que a atividade suinícola brasileira vem, há muito, convivendo com diversas falhas estruturais, tais

como escassez de insumos, deficiência do sistema de armazenamento a nível de propriedades, pequena assistência técnica aos suinocultores e ausência de estoques reguladores de grãos, fatores esses que vêm prejudicando o desenvolvimento desta atividade econômica.

PESTE SUÍNA: PREJUÍZOS PERMANECEM

Para o país como um todo, a taxa de desfrute no período 1977/78, manteve-se em torno de 56% (ou seja, 72% abaixo da média de desfrute obtida nos países desenvolvidos), embora haja exceções isoladas, como é o caso de Santa Catarina, que, no período 1977/78, apresentou taxa de 83%, o que evidencia as fortes disparidades regionais existentes.

O maior empecilho que se coloca para o aumento da taxa de desfrute reside no fato de que boa parte da produção brasileira de suínos provém de pequenas explorações onde a aplicação da moderna tecnologia disponível é muito reduzida. Nesse sentido, a exacerbada especulação de que a suinocultura foi alvo por ocasião do questionável surto de Peste Suína Africana (PSA), trouxe à tona as precárias condições técnicas (manejo, sanidade, alimentação, etc.) em que esta atividade se desenvolve no país. Dentre os prejuízos advindos da PSA, destaca-se a suspensão total das exportações brasileiras de carne suína. Estas vendas, apesar do seu pequeno volume, proporcionavam não só a entrada de divisas, mas, também, abriam novos incentivos a uma constante melhoria do produto nacional, com vistas à ampliação dos mercados compradores.

No Quadro 2, onde estão consignados os valores das importações de animais reprodutores e das exportações de carne suína, observa-se que, de 1974 a 1977, a evolução das vendas de carne foi de 606%, enquanto as importações de animais em pé variaram grandemente.

A exportação brasileira de carne suína, em 1978, restringiu-se ao período de janeiro a maio, somando um total de 3.000 t, pois as vendas foram suspensas logo após a divulgação dos primeiros sinais de surto da peste no país. A suspensão deverá permanecer por mais algum tempo, pois há restrições à importação do produto brasileiro até mesmo em países que convivem com a peste (Portugal, por exemplo), por pressão da Comunidade Econômica Euro-

QUADRO 1

Brasil — Estados Selecionados
Participação da Produção Suinícola no Valor da Produção Pecuária
Anos de 1970 e 1977

Estado	Valor da Produção Suinícola/ Valor da Produção Pecuária (%) 1970	1977
RIO GRANDE DO SUL	22,8	22,5
SANTA CATARINA	41,5	47,2
PARANÁ	35,6	37,2
SÃO PAULO	4,0	9,8
MINAS GERAIS	11,2	13,2

Fontes dos Dados Brutos: FIBGE (1970)/IEA e CEPA's (1977).

péia, onde vêm se verificando significativos incrementos na produção.

De acordo com os dados da FIBGE, em 1978 (resultado de 11 meses), o peso médio dos animais abatidos, sob inspeção federal (SIF), aumentou ligeiramente, tendo passado de 69,0 kg/cabeça em 1977, para 69,5 em 1978. Nesse período, os dados revelam um crescimento de 12% no número de animais abatidos (SIF) que atingiu, em 1978, cerca de 7,5% milhões de cabeças, de janeiro a novembro. Assim, de acordo com os dados da FIBGE, pode-se estimar que a produção nacional de carne suína, em 1978, tenha excedido 1,1 milhão de toneladas, contrariando as previsões iniciais que oscilavam em torno de 900 mil t.

Relativamente ao fornecimento de insumos à atividade, destacam-se alguns fatores de relevância. O consumo de rações, pela suinocultura, em 1977 e 1978, foi estimado, respectivamente, em 1,45 e 1,80 milhão de t. Para 1979, prevê-se um aumento de 25% sobre a demanda de 1978, o que, aliado à redução da oferta interna de milho e soja, inevitavelmente, causará elevação do custo do animal terminado.

O consumo interno de farelo de soja, de março de 1978 a fevereiro de 1979, foi recorde, somando 1,6 milhão de t (37% acima do consumo no período março 1977/fevereiro 1978). Os preços mais atraentes deste produto no mercado internacional estimulam o crescimento das exportações em prejuízo do fornecimento do produto ao mercado interno.

MAIORES PREÇOS DOS INSUMOS TRAZEM PROBLEMAS

Com isso, desenvolveu-se a comercialização do farelo no mercado negro, com um ágio de 10% acima da tabela. Também a escassez de milho serviu de entrave ao desenvolvimento do setor, pressionando os custos de produção, na medida em que os preços de mercado elevaram-se muito acima do preço tabelado.

Para o presente ano comercial (março 1979/fevereiro 1980), a demanda por farelo de soja, projetada entre 1,6 e 1,7 milhão de t, deverá ser suprida satisfatoriamente.

Por outro lado, não se deve descartar a possibilidade de vir a ocorrer um certo aperto no fornecimento de milho, caso repita-se, este ano, o ocorrido em 1978, quando o atraso na

QUADRO 2

BRASIL
Importação de Reprodutores Suínos e Exportação de Carne Suína
1970/1977

ANO	Importação (cabeças)	Valor da Importação (CIF) (em mil dolares)	Exportação (t)	Valor da Exportação (FOB) (em mil dolares)
1970	256	137	2.129	1.355
1971	1.205	532	1.256	915
1972	815	479	550	502
1973	216	85	3.202	3.847
1974	182	114	1.623	2.667
1975	220	130	5.652	8.143
1976	1.267	982	11.700	16.229
1977	12	21	12.338	21.264

Fontes dos Dados Brutos: CACEX, FAO.

distribuição das cotas do cereal, pela CFP, prejudicou o desenvolvimento dos setores suinícola e avícola. No caso da suinocultura, esses prejuízos, apesar do ponderável crescimento dos preços da carne bovina, podem ser evidenciados pela análise dos preços recebidos pelos produtores. No estado de São Paulo, entre janeiro e dezembro, observou-se uma elevação, em termos reais, de somente 3,4% nas cotações da arroba do produto, refletindo-se sobre a lucratividade do setor, analisada a seguir.

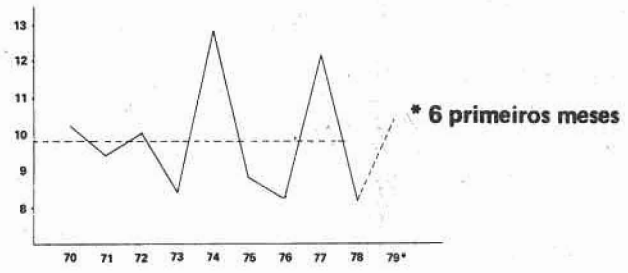
O gráfico 1 mostra a evolução, desde o início da década, da relação de preços suíno/milho. Observa-se que a média anual do preço relativo cai, em 1978, 32,4% em relação à média de 1977, chegando mesmo a situar-se 25,4% abaixo do valor médio registrado no período 1970/77. Isso ocorreu sobretudo em razão da alta significativa do preço do milho que se verificou em 1978: 34,7%, em termos reais.

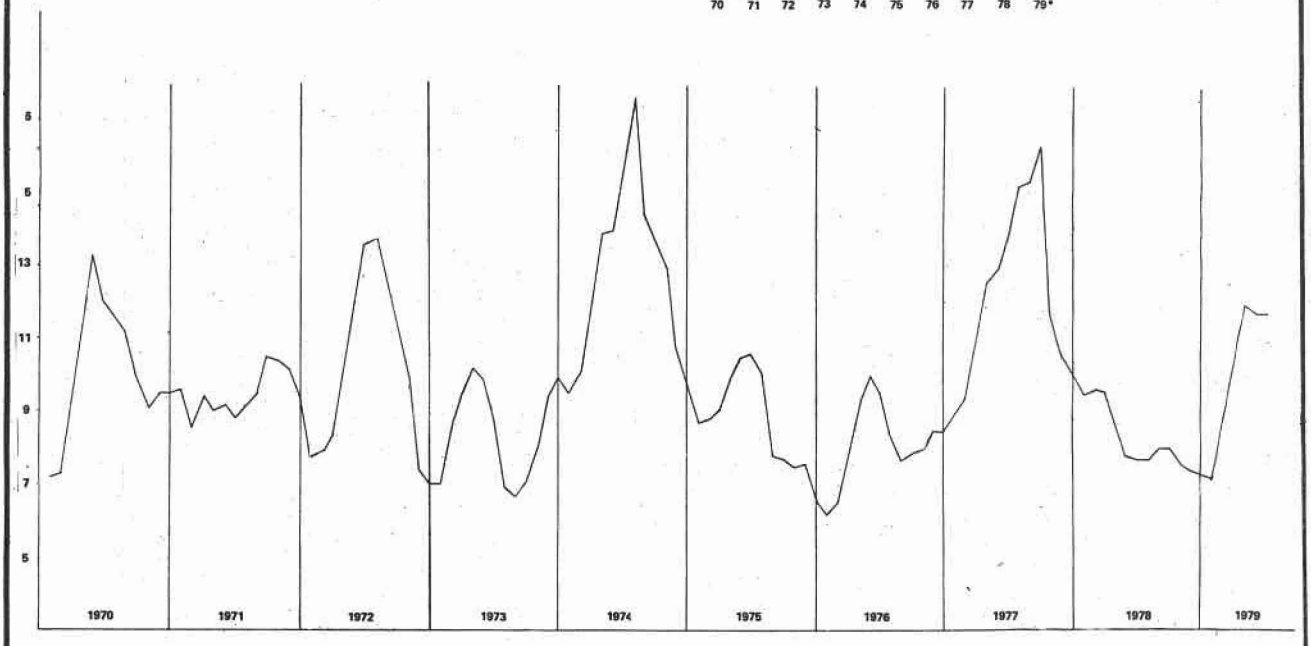
Por outro lado, é notória a recuperação daquele indicador durante os primeiros meses de 1979, apoiada, principalmente, na recuperação acelerada das cotações da arroba do suíno, cuja média, no estado de São Paulo, para os seis primeiros meses deste ano, foi 69% mais elevada do que a de igual período de 1978.

Paralelamente, o preço médio do kg da carne de porco no varejo, na cidade de São Paulo, elevou-se em 19,3% de janeiro a junho deste ano, registrando média (Cr$ 63,93) 53,1% superior à dos seis primeiros meses de 1978. E esta recuperação deverá manter-se até o final de 1979, já que a demanda interna por carne de porco permanecerá ativa, pois o processamento da fase cíclica de alta nos preços da carne bovina continuará a manter o consumo deste último produto fora do alcance da maior parte da população.

GRÁFICO 1

PREÇOS RELATIVOS PORCO/MILHO NO ESTADO DE SÃO PAULO EVOLUÇÃO MENSAL E MÉDIAS ANUAIS – 1970/1979





Fonte: IEA/Instituto de Economia Agrícola.

ATÉ 1975, A PARTICIPAÇÃO DAS FIBRAS NÃO-NATURAIS (ARTIFICIAIS E SINTÉTICAS), NO CONSUMO DA INDÚSTRIA TÊXTIL, CRESCEU A TAXAS BASTANTE SIGNIFICATIVAS, E DEVERIA ALCANÇAR OS 50% EM 1985, CASO NÃO TIVESSE HAVIDO A CRISE DE ENERGIA E O CONSEQUENTE ENCARECIMENTO DOS DERIVADOS DO PETRÓLEO. APESAR DA MUDANÇA NOS PREÇOS RELATIVOS, TUDO INDICA QUE SERÁ DIFÍCIL SUBSTITUIR COMPLETAMENTE AS FIBRAS NÃO-NATURAIS, POIS ISSO EXIGIRIA UMA TAXA DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO DE FIBRAS NATURAIS MUITO MAIOR DO QUE A REGISTRADA NESTA DÉCADA. UMA OUTRA ALTERNATIVA – A EXPANSÃO ACELERADA DO CONSUMO DAS FIBRAS ARTIFICIAIS EM DETRIMENTO DAS SINTÉTICAS – TAMBÉM PARECE INVIÁVEL POIS EXISTEM LIMITAÇÕES TÉCNICAS AO USO DESTAS FIBRAS.

Uma análise mais profunda das causas de uma possível elevação no consumo interno de algodão bem como da interação entre os mercados das diferentes fibras têxteis que servem de matéria-prima das indústrias, é condição básica para prognosticar o comportamento do setor no próximo ano.

A escalada da procura da fibra natural, ocorrida a partir de 1973, respaldou-se na modernização tecnológica sofrida pelo setor industrial (ver Agroanalysis nº 5 vol. 3). Também o encarecimento do petróleo, matéria-prima básica na fabricação da fibra de poliéster, contribuiu para a elevação no consumo de algodão mais recentemente. Sendo o poliéster um produto utilizado basicamente na mistura com o algodão para a fabricação de tecidos, a participação da fibra natural no produto final vem se elevando em razão da crise do petróleo. Além disso, na atualidade, ocorre um forte remanejamento no uso final do poliéster, crescentemente utilizado na fabricação de produtos não pertencentes à área têxtil.

Para se ter uma idéia da importância dos preços do petróleo nas decisões das indústrias têxteis, estima-se que o aumento de um dólar no preço do barril de petróleo eleve o custo das fibras químicas em cerca de 1 cent/libra-peso. Enquanto isso, a influência do aumento no custo do algodão equipara-se à metade da taxa correspondente ao das fibras químicas. No Brasil, o preço da fibra de poliéster (usada na mistura) elevou-se de dez/78 a jun/79 em cerca de 2% em termos reais, ao contrário dos preços do algodão que declinaram em 24%, no mesmo período.

Aliás, a desvantagem relativa do poliéster não constitui o principal problema enfrentado, ultimamente, pelas indústrias de fibras sintéticas. O controle de preços exercido pelo governo a nível de fabricante (no varejo ele é liberado), aliado às dificuldades para a importação de matérias-primas não elaboradas internamente, vem restringindo o desenvolvimento do setor. Em 1978, a capacidade ociosa deste ramo industrial foi da ordem de 20% e o nível de endividamento aproximou-se de 70% sobre o capital de giro.

Entretanto, graças ao desempenho no mercado externo, tem sido mantido o otimismo entre os fabricantes nacionais de poliéster. De 1977 a 1978, o volume exportado de poliéster pulou de 892 t para 4.211 t, o que justifica a ampliação da capacidade instalada em 9,1%, prevista

para o próximo ano. Como as barreiras protecionistas internacionais às indústrias do ramo de fibras sintéticas são menos severas do que no caso dos manufaturados de algodão, espera-se que os fabricantes se voltem, de forma crescente, para o mercado externo. Assim, é possível uma elevação na participação das fibras naturais (que hoje já é de 70%), em especial a do algodão, no consumo total de fibras têxteis. Esta é a hipótese mais provável diante da crise de energia que, inevitavelmente, limitará o uso das fibras sintéticas.

Esta hipótese, entretanto, reverteria a tendência observada até 1975, quando as fibras não-naturais (artificiais e sintéticas), lideradas pelas sintéticas, cresceram a taxas significativas. A participação destas fibras (atualmente em 31%) deveria alcançar os 50% em 1985, caso não tivesse havido a crise de energia e o decorrente aumento de custo.

É POSSÍVEL SUBSTITUIR AS FIBRAS NÃO-NATURAIS?

Comparando-se as taxas de crescimento das fibras naturais (5,8% de 1970 a 1978) com as não-naturais (11,5% a.a. no mesmo período), observa-se que é difícil fazer com que as primeiras venham a substituir as não-naturais, pois isso significaria uma grande mudança na sua tradicional tendência de crescimento.

Uma hipótese, então, que tem sido levantada é de que as fibras não-naturais mantenham este ritmo de crescimento, ocorrendo apenas uma inversão. Ou seja: as fibras artificiais (acetato e viscose) assumiriam a liderança no crescimento do setor em detrimento das sintéticas. Entretanto, existem limitações técnicas ao uso destas fibras, especialmente em relação à mistura com o algodão. No caso brasileiro, haveria ainda um segundo problema, pois as matérias primas são importadas.

Assim, desconsiderando a existência de outro tipo de matéria-prima que possa vir a substituir o petróleo na fabricação de fibras sintéticas, é mais realista esperar um crescimento das fibras naturais no consumo total de fibras têxteis para os próximos anos.

Quanto ao segmento têxtil que utiliza o algodão como matéria-prima básica de suas manufaturas, os problemas que enfrenta nos mercados interno e internacional, não são suficientes para reprimir o consumo de algodão previsto para este ano — 520 mil t.

MEDIDAS PROTECIONISTAS PREJUDICAM EXPORTAÇÕES

Cerca de 20 a 25% da produção brasileira de têxteis é exportada. Há alguns anos, os principais compradores do produto brasileiro (CEE (43%) e EUA (15%)) impuseram limitações às importações de têxteis sob a alegação de que elas estariam prejudicando o desempenho das indústrias locais. De um modo geral, a base alegada para as medidas protecionistas estaria nos subsídios à exportação concedidos pelo país vendedor. Por isso, na Comunidade Econômica Européia (CEE), o volume importado de têxteis é condicionado a um sistema de quotas. Em fins de 1977, quando da renovação do Acordo Multifibras, o Brasil aceitou que suas quotas crescessem a uma taxa anual variável de 0,4 a 5%, (percentuais específicos para cada produto — fios, artigos de malharia, etc.) dependendo do transtorno que causaria cada produto às indústrias européias. Até o momento, não se conhecem elevações nessas quotas. De 1977 para cá, ao contrário, o volume de fios de algodão e tecidos de algodão (crú ou acabado) sofreu redução.

A partir do ano que vem, entretanto, a CEE pretende adotar uma política mais liberalizante, facilitando a entrada de produtos que estariam isentos do pagamento de tarifas através do Sistema Generalizado de Preferências (SGP). Para este ano, espera-se que o código de subsídios, elaborado no âmbito do GATT, seja aceito pelos países integrantes do Acordo. Suas cláusulas favorecem as nações menos desenvolvidas, possibilitando, assim, a eliminação dos subsídios através de uma política seletiva onde o principal critério é o grau de desenvolvimento do país. No caso do Brasil, classificado como "um país em desenvolvimento", o

QUADRO 1

BRASIL
FIBRAS TÊXTEIS (1)
CONSUMO INDUSTRIAL
(1.000 t)

ANO	NATURAIS (2)		NÃO-NATURAIS				
	Algodão em Pluma	Total	Artificiais (3)	Sintéticas (4) Poliéster	Sintéticas (4) Total	Total	Total Geral
1970	291,3	404,9	50,6	22,5	61,5	112,1	517,0
1971	296,1	398,5	57,9	37,2	82,1	140,0	538,5
1972	325,0	445,4	52,5	48,6	106,4	158,9	604,3
1973	379,3	519,5	60,8	63,8	141,9	202,7	722,2
1974	397,0	522,9	61,3	74,4	167,9	229,2	753,1
1975	420,0	555,2	48,9	67,6	163,9	212,8	763,5
1976	445,0	571,2	53,7	85,3	195,6	249,3	820,5
1977	480,0 (5)	590,2	49,5	87,2	214,9	264,4	854,6
1978	510,0	607,9	45,4	91,2	224,8	270,2	878,1
TAXA ANUAL (6) de crescimento (%)	7,6	5,8	-1,3	16,2	16,8	11,5	7,5

Fonte: Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem no Estado de São Paulo.
OBS.: (1) Fibras não consideradas por indisponibilidade de dados: guaxima, sisal, tucum e caroá.
(2) Algodão, lã, linho, rami, seda (fio) e juta.
(3) Acetato e viscose.
(4) Nylon, poliéster, acrílico, olefínicas e elastômeros (lycra).
(5) Número revisto recentemente.
(6) Com base em médias trianuais.

Agroanalysis, 3(7, 8):4-91, setembro 1979

Acordo, caso seja aprovado, vai estipular uma "eliminação gradativa dos subsídios".

Como a situação atual do mercado norte-americano não é muito favorável, parte dos 15% das exportações de têxteis brasileiros tradicionalmente absorvidos por aquele país deverá encontrar novos mercados externos ou serem colocados internamente. Caso nenhuma destas possibilidades se viabilize, o país vai enfrentar um alto índice de desemprego no setor e, inclusive, na economia em geral, uma vez que este segmento industrial representa mais de 50% da absorção global de mão-de-obra, segundo a Matriz de Insumo – Produto do FIBGE, de 1970.

MERCADO EXTERNO: POUCAS POSSIBILIDADES

A Austrália e países do Leste-Africano, são mercados potenciais, mas devido à distância, os fretes são elevados, onerando as exportações. O Irã, até então tido como razoável consumidor dos têxteis brasileiros, apresenta, na atualidade, sérios problemas de ordem política. As possibilidades restantes se resumem aos países sul-americanos (em especial os pertencentes à ALALC) e a Suécia.

Em relação ao mercado da América do Sul, a atuação recente da FENIT tem melhorado o nível das transações. Neste sentido, surge a possibilidade de que a Argentina venha a absorver o volume de fios de algodão que não for colocado em mercados tradicionais, em face da recente liberalização no comércio deste produto com aquele país. Já na Suécia, com a retirada do subsídio governamental à indústria têxtil, fica fortemente reduzida a competitividade dos artigos produzidos internamente. Assim, o mercado sueco deverá abrir-se à importação maciça de têxteis, aumentando as chances de colocação dos produtos brasileiros.

Ainda que a expectativa do setor têxtil seja de superar os níveis de exportações alcançados no ano passado, (segundo a CACEX, no período janeiro-junho deste ano, exportaram-se mais 7,4% dos principais produtos têxteis em relação ao mesmo período de 1978) – é razoável supor que a América Latina, ou outros mercados alternativos, não consigam absorver, em tempo, o volume que deixará de ser colocado no mercado norte-americano. Caso isto ocorra, o excedente poderá transtornar o mercado interno, que atravessa uma fase desfavorável.

A elevação permanente do custo de vida é o principal entrave à absorção interna dos têxteis. A inflação, concentrando a renda nas camadas mais abastadas da sociedade, torna-se um obstáculo ao mercado têxtil. Este na verdade, depende de uma distribuição mais equitativa da renda para poder expandir-se. Ainda assim, o mercado interno poderá ser beneficiado em função de algumas medidas. Primeiro, destaca-se o remanejamento de gastos que o pacote anti-inflacionário vem gerando. Além disso, os aumentos reais de salário advindos das greves e em menor grau, a isenção do pagamento do IPI sobre os produtos têxteis, poderiam atuar no sentido de reativar a demanda. A primeira variável, certamente, direcionará o consumidor para a compra de bens não duráveis, principalmente dos artigos têxteis, em detrimento dos gastos que se faziam, via crédito, para a compra de carros, televisores, etc. Quanto aos reajustes salariais, o efeito deverá ser reduzido. Isto porque os aumentos salariais mais expressivos ainda não se generalizaram a ponto de provocar um sensível alargamento do mercado ou, mesmo, uma forte reativação da procura. E, por outro lado, a relativa compensação diante do achatamento salarial dos últimos anos, servirá tão somente para restaurar o equilíbrio das despesas básicas dos consumidores, nas quais o segmento têxtil representa apenas uma fração. A isenção do IPI, por sua vez, poderia contribuir significativamente para elevar a procura dos têxteis se a alíquota fosse significativa. Como isto não ocorre, a redução prevista nos preços a nível de consumidor final deverá ser bastante insignificante.

PROBLEMAS DE CRÉDITO AFETAM INDÚSTRIAS

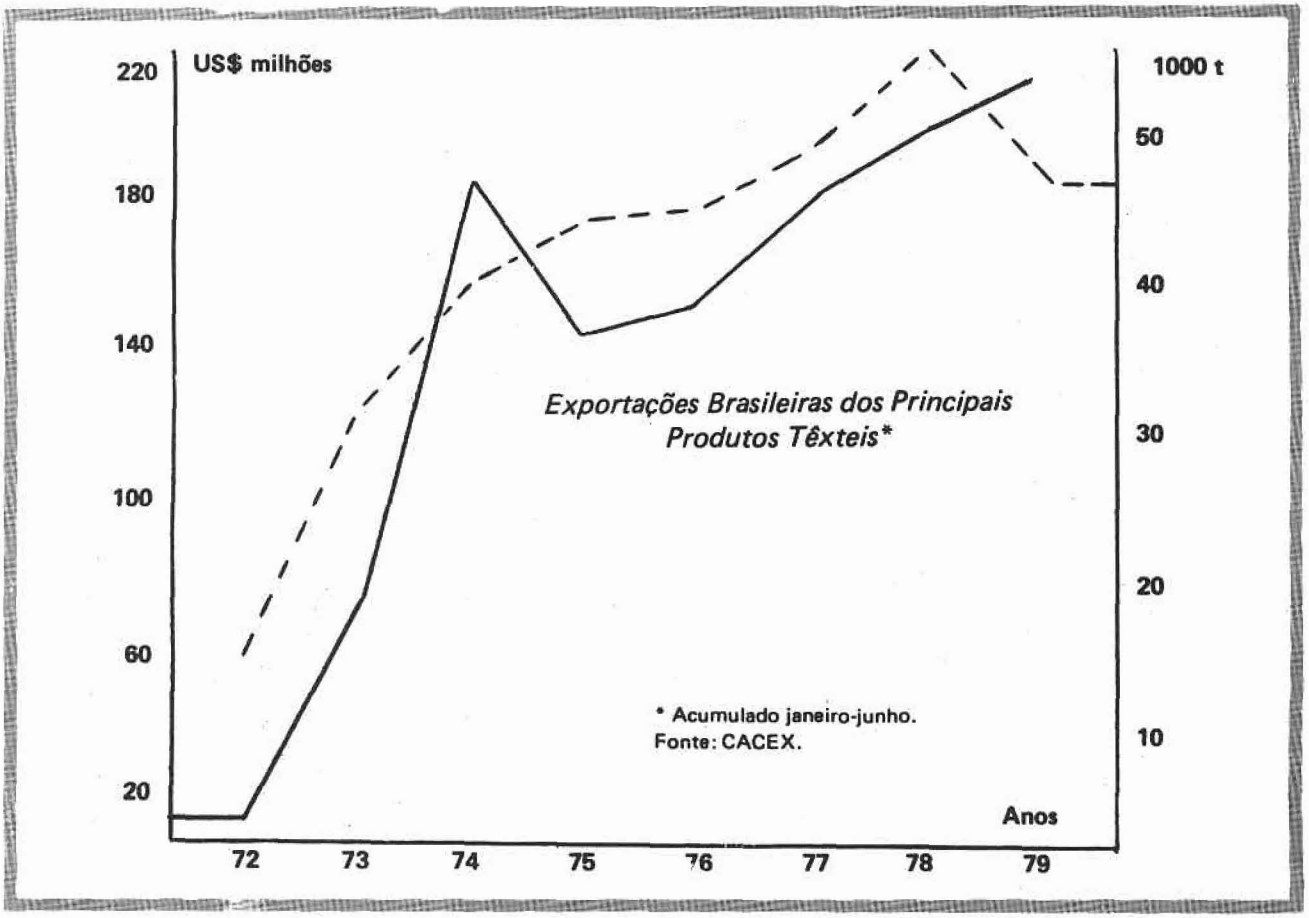
Do lado da oferta, as indústrias se deparam com dois graves problemas que nem mesmo uma possível recuperação da demanda poderá superar. O primeiro diz respeito ao aperto credití-

cio, intensificado depois do pacote anti-inflacionário, que vem penalizando mais drasticamente as pequenas empresas. O segundo, refere-se aos reflexos macroeconômicos da crise energética. Em ambos os casos, a repercussão final recairá sobre os preços do produto, reduzinda a demanda por artigos têxteis.

Essas limitações, portanto, induzem a prognósticos menos otimistas para o setor. Assim, este ano o crescimento da produção de têxteis deverá ser de 4%, isto é, 1,13% abaixo da taxa alcançada ano passado. Daí, a expectativa de que, no próximo ano, a procura de algodão se eleve abaixo da média anual de crescimento, com um consumo provável de até 535 mil t, de acordo com estimativas do próprio setor (ver Prognóstico de Algodão).

Na mesma medida da incerteza geral que paira sobre o desempenho futuro do mercado mundial de têxteis, o mercado interno não se apresenta como uma alternativa tranquila para o setor exportador. A verdade é que o razoável equilíbrio do setor téxtil seria fortemente perturbado se o excedente não exportado fosse dirigido ao mercado interno. Na medida em que somente as grandes empresas são exportadoras, apresentando portanto, menores custos de produção, a entrada maciça de seus produtos no mercado interno desencadearia uma forte concorrência, levando muitas médias e pequenas empresas à falência. Conseqüentemente, o setor industrial de fibras naturais, atualmente menos oligopolizado do que o setor de fibras químicas, tenderia a uma estrutura mais concentrada.

Em termos econômicos, uma maior concentração do setor traria mudanças na fonte de lucros, que passaria a se basear numa política de preços inflexíveis para baixo, chocando-se frontalmente com o programa de combate à inflação. Para evitar que uma possível queda das exportações viesse a conflitar a médio prazo, com a expansão do mercado interno, seriam, então, necessárias medidas que procurassem garantir a sobrevivência das pequenas e médias empresas e que estimulassem o crescimento da demanda interna.



TRIGO

O BRASIL DEVERÁ IMPORTAR ESTE ANO CERCA DE 3,7 A 4 MILHÕES DE TONELADAS DE TRIGO. E COMO AS COTAÇÕES APRESENTARAM ALTA SIGNIFICATIVA EM 1979, O DISPÊNDIO DE DIVISAS SERÁ CERTAMENTE SUPERIOR AO DE 1978, QUE TOTALIZOU US$ 500 MILHÕES. A PREVISÃO É DE UM AUMENTO NO MÍNIMO DE 20% NO GASTO TOTAL COM AS IMPORTAÇÕES DESTE PRODUTO EM RELAÇÃO AO ANO PASSADO.

PARA 1980, NO ENTANTO, AS PERSPECTIVAS SÃO MELHORES, POIS APESAR DOS FRACASSOS PASSADOS, MANTEVE-SE VIVA, ENTRE OS PRODUTORES, A MOTIVAÇÃO PARA O PLANTIO DO TRIGO. REFLEXO DESTA SITUAÇÃO É A ÁREA PLANTADA PARA A SAFRA DE 1979, QUE CRESCEU 54% EM RELAÇÃO A 1978.

O Brasil deverá importar este ano cerca de 3,7 a 4 milhões de toneladas de trigo. Como as cotações apresentaram alta significativa em 1979, o dispêndio de divisas será certamente superior ao de 1978, que totalizou US$ 500 milhões. A previsão é de um aumento no mínimo de 20% no gasto total com as importações deste produto em relação ao ano passado. Para 1980, no entanto, as perspectivas são melhores, pois apesar dos fracassos passados, a motivação para o plantio do trigo permanece. Não só devido à boa produtividade média alcançada pelo Rio Grande do Sul em 1978, mas também em razão de mais uma frustração na cultura da soja que transformou o trigo na principal alternativa para a diminuição do endividamento dos agricultores do sul do país.

Reflexo desta situação é a área plantada para a safra de 1979, que cobre um total aproximado de 4.000 mil ha, representando um acréscimo de 53,87% em relação a 1978. Discriminando-se por estado, a área plantada é a seguinte em mil ha: Rio Grande do Sul — 2.000; Paraná — 1.600; São Paulo — 200; Mato Grosso do Sul — 115; Minas Gerais — 13. O Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul apresentaram as maiores taxas de expansão da área, 64% e 214%, respectivamente.

Analisando cada um dos estados produtores, pode-se verificar, também, que as expectativas para a safra deste ano são otimistas. Senão vejamos. O norte do Paraná e o estado de São Paulo, como em 1978, enfrentaram problemas de estiagem no início do plantio. Mas, ultrapassada essa fase inicial, o desenvolvimento das plantações foi bom. A ocorrência, em julho, de geadas, no oeste do Paraná, deverá acarretar por sua vez uma quebra de até 20% no volume final da produção devendo reduzí-lo de 2 milhões de t (expectativa de junho) para 1,6 milhão de t.

A safra paranaense de 1978, apresentou rendimento inferior a 1.000 kg/ha. Considerando-se as perdas até agora ocorridas, é lícito supor que a produtividade do estado para a próxima colheita deverá ser superior àquela. Mas a diferença deverá ser pequena.

Nas demais regiões produtoras, as condições climáticas têm sido favoráveis. Mato Grosso do Sul recebeu chuvas de março até maio, o que estimulou a expansão da área cultivada (que triplicou) e, provavelmente, pro-

piciará um aumento de produtividade. Isto porque o rendimento médio de 1.200 kg/ha, que se registra nesta região, só não se iguala à média do Paraná, em condições normais, por falta de umidade. Quanto ao Rio Grande do Sul, além do bom desempenho climático, deve-se ressaltar que o aumento da área plantada representa a expansão do cultivo do trigo para terras que, há pelo menos um ano, não eram ocupadas pelo cereal, o que constitui mais um fator positivo, em termos de produtividade.

UM RECORDE: 4 MILHÕES DE T A PRODUÇÃO DESTE ANO

Assim, caso não ocorram problemas climáticos mais sérios até o momento da colheita, e tomando-se por base as produtividades esperadas nas diversas regiões, chega-se à estimativa surpreendente de 4,5 milhões de t para este ano, verdadeiro marco na história da triticultura brasileira. Entretanto, uma expectativa mais comedida, fundamentada na produtividade média de 1978 (1.000 kg/ha, aproximadamente), situaria a produção em pouco menos de 4 milhões de t. Esse resultado seria igualmente satisfatório, uma vez que o consumo brasileiro deverá situar-se em torno de 6,8 milhões de t, considerando-se a taxa de 8,3% de expansão do consumo, média anual na década de 70. A se confirmarem tais estimativas, nossas necessidades de importação sofrerão uma redução significativa já no próximo ano.

Neste quadro, é importante destacar também que a expansão da área cultivada (até certo ponto inusitada) gerou um significativo aumento na demanda por sementes. O Paraná, que dispunha de uma reserva inicial de 237.456 t, exportou 16.500 t para outros estados. Para o Rio Grande do Sul, as maiores quantidades foram da variedade IAC-5 ou Maringá. Para Mato Grosso do Sul e São Paulo, a variedade remetida foi a BH-1.146 que apresenta boa aclimação nas regiões triticultoras daqueles dois estados. Foi necessário, ainda, liberar sementes Padrão B (70% de germinação) para atender à procura registrada. Entretanto, por não contarmos com variedades perfeitamente adaptadas às diferentes áreas de plantio, a atenção dos triticultores, após a semeadura, concentra-se, ainda, no comportamento da meteorologia.

É VIÁVEL A AUTO-SUFICIÊNCIA?

Diante da expansão da área cultivada de trigo, volta a se colocar a questão da viabilidade ou não de se alcançar uma produção suficiente para atender ao consumo do país. Afinal, não é possível esquecer que este era o ano previsto inicialmente para que alcançassemos a auto-suficiência. Anunciado em 31/3/74, o plano pretendia atingir, no prazo de 5 anos, de 3,6 a 4 milhões de hectares plantados, onde se colheriam de 5 a 5,5 milhões de toneladas. O alcance da meta relativa à área ocorreu logo em 1976 (3,5 milhões de ha). Mas a da produção ainda está para ser alcançada, devido ao fato de que o rendimento físico projetado para a lavoura (taxa média anual de crescimento de 3,8%) ficou muito acima do efetivamente obtido.

Vale a pena recordar então, os motivos que levaram à criação do plano, há cinco anos. Na ocasião, ocorrera um aumento de 330% nas cotações do produto na Bolsa de Chicago, devido ao progressivo esvaziamento dos estoques internacionais durante os quatro anos anteriores (1970/74). Foi, pois, em conseqüência dos altos preços vigentes em 1974 que a auto-suficiência do trigo tornou-se uma solução natural, para evitar substanciais gastos com divisas. Assim, na esteira do sucesso alcançado com a soja, e sustentada por forte apoio creditício, a triticultura brasileira voltou a se expandir.

A área plantada em 1973 (1,8 milhão de ha) dobrou três anos depois. Entretanto, por não contar com uma infraestrutura tecnológica específica, principalmente no campo de fitogenética (o Centro Nacional de Pesquisas de Trigo começou a ser estruturado na época), a resposta em termos de produção ficou muito aquém da expectativa.

Este fracasso, aliado à baixa dos preços internacionais, ressuscitou a discussão sobre o custo social do programa de auto-suficiência.

Ao mesmo tempo, o recrudescimento da inflação vem suscitando uma preocupação crescente com a política de subsídios, de uma maneira geral e, em especial, no que diz respeito ao trigo.

A questão do subsídio merece ser examinada mais detalhadamente. Segundo o DETRIG/SUNAB, o Estado dispendeu Cr$ 9,3 bilhões, em 1978, com o subsídio aos consumidores. Isto porque vendeu trigo aos moinhos a Cr$ 1.390,00/t, embora tenha pago, pelo produto nacional, Cr$ 3.040,00/t (1,5 milhão de t) e, pelo importado, Cr$ 2.800,00/t (4,2 milhões de t). Verifica-se, então, que a nível de moinhos os preços tiveram um abatimento de 51%, sobre o preço médio real, diferença bancada pelo governo federal, subsidiando o consumidor.

Em 1979, o volume de subsídios com o abastecimento interno do trigo deverá perfazer um montante aproximado de Cr$ 19,0 bilhões, de acordo com os seguintes cálculos: a) trigo nacional: aquisição de 2,1 milhões de t ao preço de Cr$ 4.916,00/t e venda aos moinhos a Cr$ 1.562,60/t, correspondendo a um subsídio aproximado de Cr$ 7,00 bilhões; b) trigo importado: aquisição de cerca de 4,0 milhões de t ao preço CIF médio de US$ 180,00/t (Cr$ 4.680,00/t ao câmbio de US$ 1,00 = Cr$ 26,00) e venda aos moinhos ao preço de Cr$ 1.562,60/t, correspondendo a um subsídio de Cr$ 12 bilhões.

É importante notar que os Cr$ 19 bilhões constituem cifra bem inferior ao valor, de Cr$ 27 bilhões, que tem sido veiculado pela imprensa.

A questão fundamental, no entanto, é saber se o Brasil tem condições de produzir trigo em bases econômicas. O Quadro 1 mostra que o trigo nacional nem sempre é gravoso.

Esse ano, mesmo, o preço do produto brasileiro acha-se muito próximo do custo CIF do trigo importado. E com o processo de desvalorizações mais acentuadas do cruzeiro, essa diferença tenderá a diminuir ainda mais.

Contudo, o principal obstáculo à expansão da produção brasileira, ainda é a baixa produtividade da lavoura tritícola no país. Os quadros 2 e 3 comparam os rendimentos alcançados nos principais estados produtores brasileiros

QUADRO 1

Brasil
Relação entre o Preço do Trigo Nacional e Importado
1968/76

Ano	Preço do Trigo Nacional/ Preço do Trigo Importado
1968	1,648
1969	1,593
1970	1,611
1971	1,427
1972	1,267
1973	0,942
1974	0,964
1975	1,227
1976	1,350

Fonte: Banco do Brasil S/A.

QUADRO 2

Trigo
Produtividade dos Principais Países Produtores
(em kg/ha)

	1975	1976	1977	Média
Argentina	1626	1723	1334	1561
Austrália	1401	1308	917	1208
Canadá	1800	2096	1942	1946
EUA	2057	2036	2058	2050
Brasil	610	909	710	743

Fonte: FAO Production Yearbook.

com a média obtida em países dos quais o Brasil costuma importar trigo.

Verifica-se que existe grande potencial para o aumento da produtividade no país, mesmo sabendo-se que o Brasil, provavelmente, jamais alcançará a produção por hectare registrada nos países de clima mais frio.

Experiências que estão sendo feitas em áreas do cerrado pela EMBRAPA, com lavouras irrigadas, acusam rendimento superior aos 2.000 kg/ha. Entretanto, estas são estações experimentais, onde a produção obedece a um controle técnico e administrativo difícil de ser transplantado para as condições do campo brasileiro. Mas mesmo levando-se em conta essa limitação, a diferença entre os resultados alcançados pelos técnicos da EMBRAPA e a média brasileira é bastante animadora e nutre as esperanças de que se possa, um dia, utilizar os 5 milhões de ha disponíveis no cerrado, 10% dos quais passíveis de irrigação, para o cultivo do trigo. Existêm, ainda, no Paraná e no Rio Grande do Sul, cerca de 2,0 milhões de ha que poderiam ser aproveitados para o plantio do cereal. São áreas que já dispõem da infraestrutura adequada e do maquinario necessário, faltando apenas o estímulo indispensável à utilização das terras durante o inverno com a cultura do trigo. Trata-se, sobretudo, de cobrir mais efetivamente, por meio de seguro agrícola, o risco financeiro da quebra de safra, ou de reduzí-lo, através da descoberta de variedades mais resistentes aos azares do clima.

Enquanto o aumento da produtividade não é obtido através da introdução de variedades mais produtivas e resistentes, renovam-se as sugestões para que se reduza o incentivo à produção e se elimine o subsídio ao consumo. Nesse sentido, já houve redução de 40% no subsídio dado às compras de trigo pelos moinhos e diminuição paulatina dos incrementos anuais do preço de garantia fixado pelo governo. O quadro 4 mostra que os reajustes deste último valor estiveram, em anos recentes, bem abaixo da taxa de inflação.

Se alguns dos mecanismos de incentivo utilizados ao longo do programa de auto-suficiência mostraram-se pouco atraentes, do ponto de vista do produtor, outros, por sua hipertrofia, acarretaram resultados negativos para o país.

QUADRO 3

Brasil
Trigo
Produtividade dos Principais Estados Produtores
(em kg/ha)

	1975	1976	1977	Média
Minas Gerais	1100	804	905	936
São Paulo	573	1054	474	700
Paraná	554	930	898	794
Santa Catarina	449	541	382	457
Rio Grande do Sul	650	900	452	667
Mato Grosso	216	514	760	497
Goiás	–	–	1500	1500
Distrito Federal	–	1800	1333	1567

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil – 1978 – FIBGE.

É o caso do subsídio dirigido ao consumo e não à produção, que provocou um aumento crescente da dependência brasileira pelo cereal. Instituído numa época em que o trigo era barato nos mercados internacionais, ele expandiu o hábito de consumo do cereal no Brasil em substituição a produtos nacionais como a mandioca e o milho. Para comprová-lo, basta ver a taxa de crescimento do consumo per capita de trigo nos anos 70. Até mesmo no Nordeste, cuja população possui hábitos alimentares bem arraigados, a ingestão do cereal, na forma de pão ou massas alimentícias, aumentou consideravelmente. Passada a fase de abundância, subiram os preços no comércio internacional; e a dependência consubstanciada nos novos hábitos de consumo passou a custar caro em termos de divisas. Este ano, cerca de US$ 600 milhões serão gastos na importação do cereal.

Mas, por força mesmo da política errada que foi desenvolvida no passado, o trigo alcançou uma dimensão social no Brasil que desaconselha a retirada brusca e total do subsídio que é dado ao consumidor. Cresceu muito o consumo de pão e massas alimentícias pela população de renda mais baixa. Sem o subsídio, o preço desses produtos aumentaria substancialmente, com reflexos sociais negativos. Por isso tal iniciativa não é aconselhável sem que se faça um esforço prévio no sentido de aumentar a oferta de produtos substitutos do trigo como, por exemplo, a mandioca e o milho.

Antes disso, também seria nociva qualquer medida visando a reduzir substancialmente os estímulos à produção nacional, pois, mantidos os atuais hábitos de consumo, isso só faria aumentar a dependência com relação ao produto importado e acabaria por onerar, mais ainda, a Balança Comercial do país. Se o Brasil tivesse que adquirir, no mercado internacional, apenas metade dos 4 milhões de t que produzirá este ano, o impacto sobre o preço do trigo seria considerável.

Tudo isso recomenda a adoção de uma abordagem gradualista para a questão, ao invés de

um tratamento de choque. Nesse sentido, uma política adequada teria que considerar os seguintes pontos: 1) retirada gradativa do subsídio; 2) estímulo à produção de produtos substitutos; 3) aceleração das pesquisas fito-genéticas em andamento e do processo de difusão de seus resultados entre os agricultores; e 4) congelamento, também gradativo, da produção em áreas menos propícias ao cultivo do trigo (se possível substituição por outras lavouras de inverno) e desenvolvimento prioritário da produção em áreas de maior rendimento e risco reduzido

SAFRA MUNDIAL É MENOR QUE A DE 1978

Para um país como o Brasil, com sérios problemas no balanço de pagamentos e que deverá importar este ano 4 milhões de toneladas de trigo, torna-se fundamental conhecer a situação do cereal no mercado internacional. Em 1979, a previsão é de que a safra mundial seja entre 5% e 10% menor do que a do ano passado. Destaca-se também que as cotações do produto apresentaram um grande crescimento em relação às de 1978.

O grande crescimento observado na produção mundial de trigo nos últimos anos têm causas específicas que devem ser analisadas. Somente para destacar a dimensão deste crescimento, verifica-se que a produção de 1978/79 foi de 442 milhões de t. Este volume representou o último de uma série de recordes sucessivos, que tem origem, na realidade, no início dos anos 70.

Assim, em 1973, frustrações substanciais das safras asiáticas diminuiram fortemente a oferta mundial de alimentos. Tal conjuntura criou condições para o surgimento da chamada "Revolução Verde" que pretendeu, através do incentivo à aplicação de tecnologia, reverter aquela situação de escassez. Es-

QUADRO 4

Rio Grande do Sul
Relação entre Preços de Garantia Pleiteados e Obtidos pelos Triticultores
1973-79

Ano	Preço Pleiteado pela FECOTRIGO (A) Cr$/saca 60 kg	Preço Institucional (B) Cr$/saca 60 kg	Percentual de Variação do Preço Institucional	B/A %
1973	49,87	45,00	—	0,90
1974	87,64	84,00	87	0,96
1975	101,33	100,20	19	0,99
1976	132,67	127,80	18	0,96
1977	223,66	190,20	49	0,85
1978	295,00	249,00	31	0,84
1979	387,68	324,00	30	0,83

Fonte: FECOTRIGO, DETRIG.

pecificamente no caso do trigo, pode-se dizer que tais estímulos implicaram em acréscimos reais na oferta mundial.

As razões, entretanto, que levaram os países produtores —exportadores, principalmente os EUA, a aumentar sua produção se devem à compreensão de que a posse de estoque de grãos alimentícios representava um eficiente poder de pressão a nível político internacional. Foi a época em que se cunhou a expressão "Agripower".

Mas o volume destes estoques, contraditoriamente, passou a incomodar o governo norte-americano, uma vez que implicava também em quedas no preço do produto. Foi neste contexto que, nos anos de formações dos excedentes, o governo norte-americano se valeu de diversos instrumentos para a redução da produção. Evidentemente, nunca chegou a usar de rigor excessivo no desestímulo a produção, em razão da importância estratégica do trigo. Detentores, no momento, de 25 milhões de t estocadas, os EUA procuraram, ao tentar diminuir as reservas, reduzir o custo de sua manutenção e assegurar preços razoáveis no mercado internacional.

Em 1979, a produção mundial do cereal deverá situar-se entre 5 a 10% a menos do que a do ano passado, principalmente em decorrência de adversidades climáticas na URSS e em alguns países da Europa Oriental. Assim, é possível a presença mais marcante da URSS no mercado comprador, devido à interrupção dos sucessivos incrementos que, desde 1975, aquele país vinha obtendo em sua produção. Pelo menos 15% de sua safra de inverno devem ter sido afetadas por problemas meteorológicos e que, apesar do replantio da primavera, as previsões iniciais estão seriamente comprometidas.

EUA AUMENTAM A PRODUÇÃO

Outro destaque deste ano será o aumento da produção norte-americana de trigo, de aproximadamente 19% sobre os 49 milhões de t de 1978, o que compensará, em parte, as perdas de parcelas das safras da Europa Ocidental, contribuindo para a manutenção dos atuais níveis de estoques.

No âmbito da Comunidade Econômica Européia, a França sofreu quebras significativas no último inverno e, não obstante os estoques de 5 milhões de t da CEE, a atuação deste bloco (um dos cinco maiores ofertantes mundiais) deverá ser menos agressiva no ano agrícola recém iniciado.

Mesmo com as boas colheitas dos dois maiores produtores do Hemisfério Sul (Argentina e Austrália) e apesar das boas safras obtidas por grandes consumidores tradicionais, como a Índia e o Paquistão, vislumbra-se a possibilidade de redução (ainda que pequena) das reservas internacionais. Será a primeira vez a ocorrer este fato, num espaço de cinco anos.

Para um bom conhecimento do mercado, é importante atentar para as posições da URSS e da China, países responsáveis por aquisições maciças de grãos, que geram quase sempre expectativas de preços ascendentes. Entretanto, é difícil conhecer o tamanho real das safras de ambos, questão que o uso de satélites ainda não resolveu satisfatoriamente.

Mesmo assim, pode-se afirmar que compras pesadas são esperadas do lado soviético, motivando preocupações no governo norte-americano quanto à influência que terão sobre a taxa doméstica de inflação. Segundo o USDA, já durante o período 1978/79, os soviéticos teriam importado por volta de 17 milhões de grãos, volume superior ao esperado. E, por ocasião da divulgação da quebra de 25 milhões de t da URSS, as cotações em Chicago dispararam.

As compras soviéticas provavelmente serão realizadas através da venda de ouro (que já se iniciou), pois a URSS é o maior produtor mundial do metal, e com facilidade o converterá em moedas fortes. Caso não se interesse em vender o ouro a preços correntes, poderá programar alguns cortes nas importações, ou incrementar exportações para conseguir mais divisas. O importante é que o mercado internacional de trigo é bastante sensível a esses movimentos.

Por sua vez, a presença da China no mercado, diante do desconhecimento da sua disponibilidade interna de alimentos, é considerada in-

certa. Além disto, sabe-se que enfrenta sérios problemas de liquidez. A política externa recém implantada no país, deverá, contudo, propiciar condições para maiores transações internacionais.

Segundo o USDA, a produção chinesa nesta temporada deve ser equivalente à da safra 1977/78, o que não chega a atender à sua demanda interna. O International Wheat Council observou, porém, que as exportações chinesas de arroz aumentam quando o preço relativo internacional arroz/trigo aumenta. Da mesma forma, há uma correlação entre o tamanho estimado da safra chinesa de arroz e o volume das exportações, o que parece confirmar ser este o recurso empregado pelo país, carente de divisas, para financiar as importações de trigo. Sendo assim, a presença chinesa poderá ser detectada através do início das exportações sistemáticas de arroz. A Bolsa de Chicago, onde é cotada a maior parte do trigo adquirido pelo Brasil, responde imediatamente a esta sinalização.

Este ano, há fortes indícios de mudanças no mercado internacional. Tais alterações deverão ser mais de ordem qualitativa, uma vez que as parcelas do mercado conquistadas pela CEE provavelmente serão, em parte, abandonadas. As causas dessas mudanças estariam não só nos problemas climáticos, mas também no fato de que os EUA tentarão impedir que a Comunidade continue concedendo subsídios à exportação.

Especialistas norte-americanos estimam um prejuízo de US$ 700 milhões no ano comercial de 1978/79, causado pela concorrência "desleal" dos europeus, sugerindo medidas drásticas, caso persista a política protecionista da CEE. Poderão, inclusive, criar um programa de subsídios às exportações de trigo, além de prioridades de comércio.

Em princípio, a situação internacional favorece os EUA, uma vez que as notícias de quebra da safra soviética elevaram os preços do trigo a níveis surpreendentes. Reforça ainda a posição norte-americana a suspensão das exportações argentinas para garantir o abastecimento interno. Prevê-se, neste quadro, uma expansão das exportações norte-americanas, com um aumento de 40% sobre as 32,3 milhões de t exportadas em 1978/79, quando representaram 45,1% do comércio mundial.

De acordo com o USDA, o preço médio recebido pelo produtor norte-americano para a safra 1979/80 deverá se situar entre US$ 139,6 e US$ 154,3, valores suficientemente estimulantes para inviabilizar um provável programa de "set-aside" do trigo, no próximo ano.

Atualmente, as reservas de trigo dos fazendeiros, sob controle do governo norte-americano, estão sendo liberadas para recompra em função dos preços estimulantes do mercado. Por isso, os estoques têm diminuido sensivelmente, devendo situar-se, no final do período 1979/80, abaixo das 25 milhões de t atuais.

ACORDO INTERNACIONAL: UM NOVO FRACASSO?

Se considerarmos que só os EUA detêm cerca de 50% dos estoques mundiais de trigo, obviamente lhes interessa o estabelecimento de políticas conjugadas que ajustem a oferta global de trigo às necessidades do mercado, assegurando um preço remunerador. Apesar disto, em 1979, assistimos a um novo fracasso (fato já rotineiro) nas tentativas de se elaborar um acordo internacional com cláusulas econômicas. As contradições entre os produtores e exportadores não são poucas. Do lado exportador, há países desenvolvidos e em desenvolvimento (Argentina). Portanto, estabelecer limites para constituição de estoques, preços mínimos, etc., expõe as fraquezas de cada um. Quanto aos importadores, a inexistência de um acordo como o pretendido lhes é benéfica; pois, na falta de uma institucionalização das divergências, deve prevalecer a tendência de mercado a um barateamento do trigo.

Entretanto, do lado exportador, a ausência do tratado foi compensada pelas quebras da URSS e demais produtores do hemisfério norte (exceto os EUA), pela alta do ouro e pela fraqueza do dolar, levando os preços do trigo a órbitas inesperadas. Nesta época em que se aprofunda a importância econômica e política do "agribusiness", é oportuno lembrar que a dependência na importação de alimentos torna excessivamente vulnerável um país com mais de 100 milhões de habitantes.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas de organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativos e social, e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

Sede: Praia de Botafogo, 190 – Caixa Postal: 9.052 – ZC-02
Tel: 266-1512
CEP: 20.000 – Rio de Janeiro – RJ

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Luiz Simões Lopes
Vice-Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Membros: Alberto Sá Souza de Brito Pereira, Carlos Medeiros Silva, Eugenio Gudin, José Joaquim de Sá Freire Alvim, Isaac Kerstenetzky e Octávio Gouvêa de Bulhões.

CONSELHO CURADOR
Presidente: Maurício Nabuco
Vice-Presidente: Alberto Pires Amarante
Membros: Aldo Batista Franco, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antônio Garcia de Miranda Netto, Antônio Ribeiro França Filho, Apolônio Jorge de Faria Salles, Celso Timponi, Cesar Reis de Cantanhede e Almeida. Estado de São Paulo – representado por: Murilo Macedo, Francisco Montojos, Heitor Campello Duarte, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, João Carlos Vital, Joaquim Bertino de Moraes Carvalho, José de Nazaré Teixeira Dias, Moacyr Ve[illegible]so Cardoso de Oliveira, Paulo de Tarso Leal, Rafael da Silva Xavier, Rubens D'Almada Horta Porto e Theodoro Arthou.

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente Geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

COMISSÃO DIRETORA
Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões
Membros: Eugenio Gudin, Angelo Jorge de Souza, Janes Angelo de Souza, Julian Magalhães Chacel e Mário Henrique Simonsen.
Assessor de Direção: Jorge Kingston

DEPARTAMENTO DE ENSINO
Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Carlos Geraldo Langoni

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS
Diretor: Julian Magalhães Chacel

Divisão de Contabilidade Social
Diretor: Angelo Jorge de Souza
Centro de Contas Nacionais – Ralph Miguel Zerkowski
Centro de Estudos Fiscais – Margaret Hanson Costa
Centro de Estudos Industriais – Eden Gonçalves de Oliveira

Divisão de Estatística e Econometria
Diretor: Janes Angelo de Souza
Centro de Estudos Agrícolas – Silvio Wanick Ribeiro
Centro de Estatística Econômica – Roberto Maia de C. Abib
Centro de Processamento de Dados – Eugenio Decourt

Não sendo encontrado o destinatário, devolver ao
GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
Av. Gomes Freire, 647 – 10º andar
ZC-58 - RIO DE JANEIRO - RJ - BRASIL